



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE HISTÓRIA

GABRIELA FERNANDES PETRUNGARO

**A POLÍCIA DO RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE 1950: OS ESCRITOS DE
EPITÁCIO TIMBAÚBA NO DIÁRIO CARIOCA**

Rio de Janeiro

2025

GABRIELA FERNANDES PETRUNGARO

**A POLÍCIA DO RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE 1950: OS ESCRITOS DE
EPITÁCIO TIMBAÚBA NO DIÁRIO CARIOCA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro no intuito de obter o título de Mestre em História.

Orientador: Dr. Marcos Luiz Bretas da Fonseca

Rio de Janeiro

Fevereiro, 2025

CIP - Catalogação na Publicação

P498p Petrungraro, Gabriela Fernandes
A polícia do Rio de Janeiro na década de 1950: os escritos de Epiácio Timbaúba no Diário Carioca / Gabriela Fernandes Petrungraro. -- Rio de Janeiro, 2025.
161 f.

Orientador: Marcos Luiz Bretas.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2025.

1. Crime. 2. Epiácio Timbaúba. 3. Polícia. 4. Rio de Janeiro. I. Bretas, Marcos Luiz, orient.
II. Título.

**A POLÍCIA DO RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE 1950: OS ESCRITOS DE
EPITÁCIO TIMBAÚBA NO DIÁRIO CARIOCA**

GABRIELA FERNANDES PETRUNGARO

MARCOS LUIZ BRETAS DA FONSECA

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada por:

Presidente, Prof.º Dr.º Marcos Luiz Bretas da Fonseca
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.º Dr.º Felipe Santos Magalhães
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof.º Dr.º Gonçalo Rocha Gonçalves
Instituto Universitário de Lisboa

Prof.º Dr.º Marcos Luiz Bretas da Fonseca
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

Fevereiro, 2025

A todas as mulheres da minha família que vieram antes de mim, dedico este trabalho. Obrigada por nunca terem me ensinado a desistir.

AGRADECIMENTOS

Aos meus avós, Maria Adelina Afonso e Armindo Isidoro Fernandes, gostaria de agradecer por toda a minha vida, por tudo que passaram para que pudéssemos chegar até aqui, por terem lutado, nunca desistido e terem aberto mão de tanto para proporcionar sempre a melhor coisa para os seus filhos e netos: a educação. A eles gostaria apenas de dizer que nada disso foi em vão, eu cheguei até aqui. Às minhas tias, Maria Irene Afonso Fernandes e Maria Edite Afonso Fernandes, agradeço imensamente por terem apoiado meu sonho. Aos meus pais, Ana Lúcia Fernandes e Vittorio Vivaldo Petrunaro, acredito que não há palavras no mundo para expressar o tamanho da gratidão que eu sinto por tudo que fizeram e fazem por mim. Não imagino viver em um mundo sem a tranquilidade, amorosidade e carinho da minha mãe, e sem estratégia e sabedoria do meu pai. Ao meu grande amigo Lucca Teixeira Cornelio, que todos os dias me dizia palavras de incentivo e se preocupava constantemente com o meu bem-estar. Ao meu orientador, Marcos Luiz Bretas, pela ajuda e pela paciência os quais guiaram o meu aprendizado. E, finalmente, gostaria de agradecer imensamente ao meu companheiro, meu melhor amigo, o amor da minha vida, Wagner Dias da Silva. Obrigada por ter feito parte da minha trajetória, por ter me incentivado, me erguido quando foi necessário e por ter feito de tudo para que eu tivesse mais tempo para estudar. Meu maior incentivador, minha maior torcida, obrigada por sempre apoiar e respeitar os meus sonhos, eles não seriam tão brilhantes sem você ao meu lado. Esse caminho teria sido muito mais tortuoso sem a sua ajuda, e, por isso, só tenho a agradecer, o que é muito pouco, então, lhe dedico este trabalho. Por fim, a todos que compartilharam essa jornada comigo, deixo aqui o meu último agradecimento.

A POLÍCIA DO RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE 1950: OS ESCRITOS DE EPITÁCIO TIMBAÚBA NO DIÁRIO CARIOCA

GABRIELA FERNANDES PETRUNGARO

MARCOS LUIZ BRETAS DA FONSECA

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

RESUMO

A década de 1950 representa para o Rio de Janeiro um período de intensas transformações: políticas, urbanas, sociais e criminais. A cidade experienciava uma série de modificações consideráveis em seu espaço físico, como; o alargamento das ruas, o esvaziamento do centro da cidade, construções e destruições diversas, além da redistribuição de várias ocupações, em uma tentativa de “arejar” e “modernizar” a cidade. No entanto, uma das consequências desse reordenamento urbano é a produção de situações “novas”, as quais a população ainda não acostumada a lidar, delegava a tarefa à polícia. Também compunha esse cenário intensas mudanças nas estruturas sociais, e consequentemente, nos tipos de crimes realizados. A polícia buscava manter a ordem na cidade e o controle das “classes perigosas”. É nesse contexto que surge a figura de Epitácio Timbaúba da Silva, um perito e ex-policia! que esteve presente em diversos momentos célebres de sua época, desempenhando quase sempre um papel essencial como chefe de uma das organizações investigativas mais importantes do período: o Gabinete de Pesquisas Científicas (G.P.S). Com o fim do G.P.S. em 1940, ele troca a pericia pela escrita, levando consigo toda a experiência acumulada em anos de trabalho policial. Foi no jornal ‘Diário Carioca’ que Epitácio traçou sua jornada como redator, discorrendo sobre os mais variados temas focando principalmente naqueles concernentes a configuração e as atuações policiais, a eficiência dos departamentos desta instituição e os problemas presentes no Rio de Janeiro da época. Assim, a presente pesquisa visa investigar as colunas periódicas do químico, perito e ex-chefe do Gabinete de Pesquisas Científicas, Epitácio Timbaúba da Silva, presentes no jornal Diário Carioca. O objetivo é, a partir de um levantamento considerável das referidas fontes, analisar as transformações urbanas e sociais experienciadas pelo Rio de Janeiro na década de 1950, a partir da ótica policial, compreendendo como a polícia se relacionou com cada aspecto, refletindo sobre as características da atuação policial e sua configuração no período proposto.

Palavras-chave: crime, Epitácio Timbaúba, polícia, Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro
Fevereiro, 2025

A POLÍCIA DO RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE 1950: OS ESCRITOS DE EPITÁCIO TIMBAÚBA NO DIÁRIO CARIOCA

GABRIELA FERNANDES PETRUNGARO

MARCOS LUIZ BRETAS DA FONSECA

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

ABSTRACT

The 1950s were a period of intense transformations for Rio de Janeiro, which experienced political, urban, social, and criminal changes. The city underwent various modifications in its physical space, such as street widening, the depopulation of the downtown area, various constructions and demolitions, and the redistribution of several occupations, in an attempt to 'ventilate' and 'modernize' the city. However, one of the consequences of this urban reorganization was the emergence of 'new' situations that the population, not used to dealing with them, entrusted to the police. In this context, there were also intense changes in social structures, and consequently, in the types of crimes committed. The police sought to maintain order in the city and control the so-called “dangerous classes”. It was within this context that Epitácio Timbaúba da Silva emerged—a forensic expert and former police officer who played a key role in various significant events of his time. He was a central figure as the head of one of the most important investigative organizations of the period: the Gabinete de Pesquisas Científicas (G.P.S.). After the G.P.S. was disbanded in 1940, he transitioned from forensic work to writing, bringing with him the wealth of experience accumulated over years in the police. Epitácio found his voice as a columnist for the newspaper *Diário Carioca*, where he wrote about a wide range of topics, focusing primarily on police operations, the efficiency of different police departments, and the problems afflicting Rio de Janeiro at the time. This research aims to investigate his newspaper columns, examining the writings of the chemist, forensic expert, and former head of the Gabinete de Pesquisas Científicas, as published in *Diário Carioca*. The objective is to analyze, through a substantial collection of these sources, the urban and social transformations experienced by Rio de Janeiro in the 1950s from a police perspective, understanding how the police engaged with these changes and reflecting on the characteristics and structure of policing during this period.

Keywords: crime, Epitácio Timbaúba, police, Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro
Fevereiro, 2025

Lista de Ilustrações

FIGURA 1 – Eptácio Timbaúba da Silva	16
FIGURA 2 – Gervásio Seabra, dono do Edifício Seabra	18
FIGURA 3 – Filinto Muller	29
FIGURA 4 – Eptácio Timbaúba e os elementos colhidos pela reportagem do Diário Carioca durante as investigações do assassinato do Sargento	31
FIGURA 5 – Eptácio Timbaúba fornecendo uma entrevista a um redator do Diário Carioca.....	34
FIGURA 6 – Eptácio Timbaúba [o do meio] e demais peritos quando terminavam o exame do material explosivo apreendido na casa que explodiu no Grajaú.	36
FIGURA 7 – Eptácio Timbaúba da Silva.....	39
FIGURA 8 – Eptácio Timbaúba da Silva.....	44
FIGURA 9 – Eptácio Timbaúba da Silva.....	46
FIGURA 10 – Eptácio Timbaúba da Silva no local do crime da “Tragédia da rua Humaitá”	48
FIGURA 11 – Eptácio Timbaúba da Silva olhando recortes de jornais antigos sobre o caso da “Tragédia da rua Humaitá.....	49
FIGURA 12 – Eptácio Timbaúba no local do caso “A morte na vista chinesa”	50
FIGURA 13 – Eptácio Timbaúba trinta e três anos depois, refazendo o trajeto do Capitão Medeiros, da casa de um amigo até o local de seu desaparecimento.....	52
FIGURA 14 – Virgílio de Melo Franco	54
FIGURA 15 – Eptácio Timbaúba visitando vinte e dois anos depois o cenário do duelo a bala.....	55
FIGURA 16 – Eptácio Timbaúba vê os últimos vestígios do mistério: o Edifício Itabira sendo demolido.....	56
FIGURA 17 – Maria-Ivone Coutouger (Pierrot)	57
FIGURA 18 – Maria-Ivone Coutouger (Pierrot) e suas joias.....	60
FIGURA 19 – Cabeçalho da primeira página do jornal Diário Carioca dia 3 de janeiro de 1950	69
FIGURA 20 – Cabeçalho da primeira página do jornal Diário Carioca dia 11 de janeiro de 1958	69
FIGURA 21 – Paródia “Tira o retrato do velho” publicada pelo Correio da Manhã....	83
FIGURA 22 – Mapa da cidade do Rio de Janeiro, 1953	128
FIGURA 23 – Mapa da cidade do Rio de Janeiro, 1970.....	129
FIGURA 24 – Casa França-Brasil.....	129
FIGURA 25 – Fotografia da fachada da antiga Alfândega do Rio de Janeiro	130
FIGURA 26 – Capa da revista “Vida Policial” de 15 de agosto de 1925	144

SUMÁRIO

1.0 Introdução.....	10
2.0 Trajetória de Epitácio Timbaúba da Silva ao longo das reportagens do Diário Carioca.....	14
2.1 Epitácio Timbaúba e o Gabinete de Pesquisas Científicas	21
2.2 A relação entre Epitácio Timbaúba e o Diário Carioca	32
2.3 Atuação de Epitácio Timbaúba após a extinção do Gabinete de Pesquisas Científicas	43
3.0 Análise da estrutura, formatação e filosofia do Diário Carioca	61
4.0 As colunas de Epitácio Timbaúba no jornal Diário Carioca ao longo da década de 1950	74
4.1 A polícia e o carnaval	76
4.1.1 O silêncio do povo é a voz da polícia	78
4.1.2 Rima, mas não combina: moral e carnaval	84
4.2 A polícia e o crime.....	92
4.2.1 A polícia e o policiamento	94
4.2.2 A polícia e as “classes perigosas”	101
4.2.3 O ócio e o crime: vadios, mendigos e menores	102
4.2.4 Entre o Vício e o Crime: Álcool, Drogas e Prostituição.....	109
4.3 Atuações policiais	115
5.0 Polícia e cidade.....	120
5.1 Rio de Janeiro em disputa: a construção da ideia de capitalidade	121
5.2 As transformações na cidade do Rio de Janeiro	126
5.3 A Polícia e a cidade em transformação.....	139
6.0 Conclusão	146
7.0 Referências	151

1.0 Introdução

A década de 1950 representa para a cidade do Rio de Janeiro um período de intensas transformações, tanto no que diz respeito a modificações urbanísticas sofridas pela cidade, como nas questões sociais vivenciadas pela população. Por ser a capital federal, o Rio de Janeiro sediava ainda uma agitada agenda política, tendo os anos cinquenta se destacado por uma série de modificações consideráveis na estrutura da cidade. Observa-se então, o alargamento de ruas, o esvaziamento do centro da cidade, construções e destruições diversas, tudo na tentativa de “arejar” e “modernizar” o Rio de Janeiro. Além disso, esse período também é marcado por um crescimento populacional considerável, pela ampliação do número de favelas, pelo aumento da quantidade de veículos e por diversas alterações no tráfego. Todavia, a principal mudança a ser observada será a da polícia, que experienciava transformações em sua configuração e atuação, na tentativa de se adequar a essas novas dinâmicas que surgiam na cidade.

Nesse sentido, a presente pesquisa analisou as crônicas escritas por um ex-policial, ex-diretor do Gabinete de Pesquisas Científicas e perito, Epitácio Timbaúba da Silva, que ao se aposentar iniciou uma coluna periódica no jornal Diário Carioca, onde narrava as mais variadas situações de seu período. O objetivo desse estudo é, a partir de um levantamento considerável das referidas fontes, analisar a atuação e configuração da polícia na década de 1950, examinando as transformações – de ordem urbana e social – experienciadas pelo Rio de Janeiro nesse período, e como a polícia lidou com essas alterações do espaço físico e social da cidade.

Essa investigação se torna relevante na medida em que Epitácio oferece uma perspectiva singular sobre diversos assuntos, se atendo especialmente a temas como, crimes, investigações, julgamentos, perícias e questões envolvendo o Rio de Janeiro. Ao longo da década de 1950, suas crônicas abordaram diversos acontecimentos, constituindo um vasto material, interessante para a análise das práticas policiais do período. Dessa forma, ainda que suas crônicas representem apenas uma peça dentro do complexo quebra-cabeça que é a história da polícia e da cidade, estes escritos funcionam como um registro único da perspectiva de um ex-policial sobre diversos eventos diários presentes no cotidiano dos cidadãos do período. Além disso, também refletem a visão de mundo de Timbaúba, que estava imbuída de preconceitos e moralismos. Por isso, é necessário que ao realizar a análise de seus textos, considere-se não apenas os eventos narrados por ele,

mas também sua trajetória prévia no Exército e na Polícia Civil, elementos que influenciaram sua forma de interpretar e relatar os acontecimentos.

A metodologia desta pesquisa foi desenvolvida a partir da escolha da coluna periódica de Eptácio Timbaúba no *Diário Carioca* como objeto de investigação. As crônicas de Timbaúba foram selecionadas como fontes principais devido a conexão do autor tanto com o meio policial quanto com o jornalístico, dois âmbitos centrais para a análise proposta. Buscando estabelecer novas linhas de investigação, esta pesquisa se propôs a examinar a visão de um policial sobre a própria polícia, oferecendo uma nova perspectiva sobre o comportamento policial na década de 1950. Para isso, foram selecionadas matérias que abordam sobretudo questões sociais, urbanas, econômicas e políticas relacionadas à atuação policial.

O acesso a essas fontes foi possível graças à disponibilização dos arquivos jornalísticos da Biblioteca Nacional para consulta pública, na repartição denominada “Hemeroteca Digital”. Assim, a busca se concentrou no jornal *Diário Carioca*, o qual teve suas edições analisadas com o intuito de identificar as colunas mais relevantes para a pesquisa. Esse jornal foi escolhido, primordialmente, por ter sido o único periódico que permitia que Eptácio se expressasse integralmente. Além disso, a década de 1950 foi privilegiada na seleção das notícias, pois corresponde ao período de maior atividade de Eptácio no *Diário Carioca*, chegando a publicar uma crônica por dia.

A metodologia de pesquisa será complementada pelo uso da plataforma digital *Imaginerio*, que oferece uma abordagem visual e interativa da cidade do Rio de Janeiro, permitindo a identificação mais clara e a análise espacial das áreas urbanas apontada por Timbaúba em suas colunas. A plataforma possibilita a localização dos eventos no contexto urbano da época, associando imagens históricas e modernas para traçar a evolução social e estrutural da cidade. Através do *Imaginerio*, será possível cruzar dados sobre os locais referenciados com aspectos geográficos, criando uma narrativa visual que aprofunda a compreensão das transformações urbanas e suas implicações no comportamento social dos anos 1950.

Em relação as bibliografias complementares, foram escolhidos textos de correntes historiográficas que privilegiavam um estudo social das esferas policiais. Mediante esse processo, foram definidas leituras capazes de expandir as discussões teóricas e

conceituais sobre o tema, como também colaborar na compreensão das nuances que permeavam as dinâmicas sociais e urbanas do período. Por isso, autores como Marcos Bretas, Egon Bittner, Robert Reiner e Norbert Elias foram selecionados para proporcionar uma abordagem mais sociológica das fontes, enriquecendo a análise sobre o papel da polícia e suas relações sociais.

Até 1960 a bibliografia sobre a polícia era realizada em sua maioria por antigos policiais. Foi apenas no decorrer dessa década, devido às mudanças sociais ocorridas no período – movimento dos direitos civis e luta contra a pobreza nos Estados Unidos – que o trabalho policial alcançou um grau mais elevado de visibilidade pública, transformando-se em objeto de estudo. No entanto, seu desenvolvimento foi lento, gradual e ramificou-se em diferentes linhas historiográficas, levando a distintas perspectivas sobre o mesmo objeto. Dentre estas, encontra-se a concepção liberal, cuja percebia a polícia como parte das instituições do progresso moderno, “parte pouco significativa da história de um Estado que se fazia melhor, mais racional e democrático”¹.

De outra parte, havia também a perspectiva marxista, que entendia a polícia como parte do “arsenal repressivo, agindo sob as ordens de um Estado ou de uma burguesia opressora”². Isto é, a corporação era entendida como a resposta das elites aos protestos dos trabalhadores contra o avanço do capitalismo, desenvolvidos a partir dos movimentos de revolta derivados da Revolução Industrial. Nesse sentido, o controle dos trabalhadores era atribuído e considerado definidor da atividade policial. No entanto, essa suposição limitava o estudo da polícia, já que a explicação de suas ações se encontrava fora dela, em uma racionalidade do estado capitalista³.

A crise destes modelos explicativos permitiu uma aproximação maior do objeto, mesmo que essa percepção ainda tenha se mantido limitada pela visão negativa que o mundo universitário e acadêmico possuía do universo policial⁴, possibilitou o surgimento de uma nova forma de estudar a polícia. Esta nova linha historiográfica priorizou uma perspectiva sociológica, considerando os aspectos comportamentais, individuais e as

¹BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, Vol. 14, nº 26, jan./jul., p. 163, 2013.

²BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, Vol. 14, nº 26, jan./jul., p. 163, 2013.

³BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018, pp.22.

⁴BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, Vol. 14, nº 26, jan./jul., p. 163, 2013.

relações que a polícia desenvolvia entre si e com a população. Com isso, esta pesquisa, alinhada a uma historiografia policial de enfoque social, procurou romper com a visão rígida de polícia, adotando uma abordagem analítica e explicativa voltada para a sociologia, na qual o estudo da corporação é investigado por meio das noções de indivíduo, sujeito e relações interpessoais.

É sob essa ótica, que autores como Marcos Bretas, Egon Bittner, Robert Reiner e Norbert Elias foram inseridos no estudo em questão. Dessa forma, Bretas considera as categorias de ‘trabalhador’ e ‘polícia’ como partes de um processo em que os códigos de relacionamento estão sendo constantemente elaborados, não sendo a polícia resultado da aplicação de um projeto burguês, mas sim uma instituição que é construída com o objetivo de suprir as necessidades reais e imediatas⁵. Enquanto Bittner aborda a polícia como uma resposta rápida e urgente a uma situação, a ponta do Estado, que age naquilo que a sociedade ainda não sabe lidar⁶. E Reiner entende a polícia como uma instituição complementar na manutenção da ordem, não sendo, portanto, a única responsável pela criação de uma sociedade ordenada⁷. Além disso, tanto Reiner como Bretas destacam que as decisões policiais são influenciadas por fatores subjetivos, como valores pessoais, crenças e estereótipos, o que pode levar a uma atuação extralegal e a uma distorção da objetividade e justiça do processo. Nesse contexto, o conceito de “configuração”, desenvolvido por Norbert Elias, ajuda a compreender que a polícia, assim como os cidadãos, está inserida em uma rede de interdependências sociais, onde as ações e decisões dos policiais são intimamente ligadas e moldadas pelas relações e dinâmicas sociais que os conectam aos indivíduos e à cidade.

Por fim, este trabalho teve como objetivo principal a investigação da atuação e da configuração policial ao longo da década de 1950, através da análise das colunas periódicas de um ex-policial, Eptácio Timbaúba da Silva, levando em consideração a possível interferência que as modificações urbanas e sociais sofridas pela cidade do Rio de Janeiro tiveram no comportamento policial do período. Dessa forma, a pesquisa foi dividida e subdividida de modo a abordar diversos temas considerados importantes para a compreensão macro das problemáticas propostas. Assim sendo, a introdução apresenta

⁵BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018, pp. 35.

⁶BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2017.

⁷REINER, Reiner. **The politics of the police**. 4^o ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, p.XIV.

o problema de pesquisa, justificando a escolha das fontes e a relevância da investigação. Já o segundo capítulo traça a trajetória acadêmica e profissional de Eptácio Timbaúba a partir da exposição cronológica de reportagens jornalísticas que faziam referência a ele ou a seu trabalho. Além disso, também é examinado seu envolvimento com o Gabinete de Pesquisas Científicas, sua relação mutuamente benéfica com o Diário Carioca e sua atuação após a extinção do órgão do qual foi diretor. No terceiro capítulo, buscou-se investigar a estrutura, formatação, política e filosofia do jornal, situando-o no contexto da imprensa da época. O quarto capítulo se dedicou à análise das colunas de Timbaúba, explorando suas reflexões sobre a atuação policial mediante as mais diversas situações, como o carnaval, a vigilância, a manutenção da ordem e da moral, o controle das "classes perigosas", a criminalização do ócio, do vício e da marginalização de alguns indivíduos. Também são analisadas as atuações policiais e como suas práticas refletiam e reforçavam narrativas sobre segurança e controle social. No quinto capítulo, a pesquisa articulou a relação entre polícia e cidade, discutindo a construção da ideia de capitalidade do Rio de Janeiro, as transformações urbanas da década de 1950 e os impactos dessas mudanças na atuação policial. Por fim, a conclusão sintetiza as principais reflexões, destacando como as transformações sociais e urbanas ajudaram a moldar as novas práticas policiais que estavam surgindo no período.

2.0 Trajetória de Eptácio Timbaúba da Silva ao longo das reportagens do Diário Carioca

A década de 1950 foi o último período que o Rio de Janeiro desempenhou o papel de capital do Brasil, e longe de ser um momento tranquilo, em um breve intervalo de tempo ocorreram as mais variadas transformações sociais, criminais, policiais, políticas e urbanas. Estas mudanças serão analisadas pela presente pesquisa, partindo da investigação da coluna periódica veiculada no jornal Diário Carioca do ex-policial e perito Eptácio Timbaúba da Silva, que se utilizava de sua expertise e sua passagem pelo mundo policial para dissertar sobre os mais variados temas e questões que afetavam a cidade do Rio de Janeiro e seus contemporâneos.

Eptácio Timbaúba da Silva esteve presente em diversos momentos célebres de sua época, desempenhando quase sempre um papel essencial como perito e chefe da mais importante organização investigativa do período: o Gabinete de Pesquisas Científicas

(G.P.S). Por isso, quando Epitácio Timbaúba trocou a perícia pela escrita, levou consigo toda a experiência acumulada em anos de trabalho policial. Foi no conhecido jornal ‘Diário Carioca’ que Epitácio traçou sua jornada como escritor investigativo, percorrendo sobre os mais variados temas como; a corrupção dentro das Instituições policiais, a destreza dos bandidos frente aos avanços tecnológicos empregados pela polícia técnica, a falta de segurança dentro das prisões, e a fiscalização improdutiva aplicada aos jogos ilegais.

No que diz respeito a metodologia, o acesso a estas fontes se fez possível a partir da disponibilização para consulta pública dos arquivos jornalísticos da Biblioteca Nacional na seção denominada “Hemeroteca Digital”. As informações aqui dispostas foram encontradas por meio da busca da palavra “Timbaúba” dentro dos exemplares disponíveis do Diário Carioca, obtendo uma grande sequência de ocorrências por décadas. Mas também, através da apuração manual de cada número do jornal, seguindo a sequência ao longo dos anos. Estas foram examinadas minuciosamente e a partir das reportagens foi possível realizar a reflexão de diversas questões presentes no período.

Na década de 1920, somam-se duas aparições de Timbaúba na imprensa, ainda que de forma modesta, ambas representam o início de sua vida pública. No caso, estas reportagens retratam o princípio da trajetória profissional de Epitácio no Exército. A primeira matéria o menciona como Segundo Tenente⁸, e a segunda o apresenta neste mesmo cargo, porém desempenhando uma função na Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra⁹.

No entanto, foi somente na década de 1930 que o nome de Epitácio Timbaúba se tornou mais frequente nas páginas dos jornais. Nos dois primeiros anos, sua aparição foi lenta e gradual, em fevereiro de 1930 continuava a ocupar o mesmo cargo, com apenas um acréscimo de especialização passando a ser referenciado como “Segundo Tenente Farmacêutico”, e uma mudança de função, para a “Fábrica de Pólvora da Estrella”¹⁰. Um ano depois, em agosto de 1931, Epitácio apareceu em uma reportagem como o responsável por uma exibição de fogos e sinais militares¹¹, e, já no mesmo mês, ocorreu a publicação de sua promoção, passando a ocupar o cargo de “Primeiro Tenente

⁸O estagio de alumnos do C.P. de Chimica. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 28 mar. 1929.

⁹Ainda mais por conta da dívida fluctuante. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 29 mar. 1929.

¹⁰Dispensas, designações e transferências de officiaes, nas juntas de alistamento militar. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 fev. 1930.

¹¹Feira de Amostras. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 ago. 1931.

Farmacêutico”¹². Sua ascensão profissional continuou promissora, e em janeiro de 1932 a Faculdade de Pharmacia e Odontologia do Districto Federal, fundada em 1931, publicou uma nota alegando a participação de Epitácio como integrante da congregação de farmacêuticos¹³. No ano seguinte, 1933, Epitácio foi escolhido pelo Sindicato dos Químicos, junto ao Ministério do Trabalho, como delegado-eleitor, sendo associado à sua função de químico industrial¹⁴.

FIGURA 1 – Epitácio Timbaúba da Silva



Fonte: O Gabinete de Pesquisas Scientificas Commemora, Hoje, Seu Segundo Anno de Proficua Existencia. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 22 jun. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/19879>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

Para além da trajetória profissional de Epitácio, sua formação acadêmica também impressiona pela variedade de interesses e relevância em sua área. Com um diploma da Escola Superior de Agricultura, Epitácio Timbaúba teve uma trajetória considerada “brilhante”, o que o levou a receber uma viagem à Europa e uma medalha de ouro por mérito, se dedicando a cursos de aperfeiçoamento de química, ministrados pela Missão Militar Francesa. Após esse breve panorama quanto a vida acadêmica de Timbaúba, é possível compreender como seu caminho o levou a uma indicação para ocupar o cargo de diretor do Gabinete de Pesquisas Científicas, tendo sido nomeado pelo chefe do Governo Provisório. Concomitantemente ao seu trabalho como diretor e perito do G.P.S., Epitácio

¹²Actos do chefe do Governo. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 18 ago. 1931.

¹³Faculdade de Pharmacia e Odontologia do Districto Federal. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 15 jan. 1932.

¹⁴Para a Constituinte. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 31 mai. 1933.

lecionava na “Faculdade de Pharmacia e Odontologia do Districto Federal”, e ainda havia sido eleito como membro do conselho técnico de professores¹⁵.

Em 3 de junho de 1933, Eptácio Timbaúba finalmente aparece nas páginas do Diário Carioca exercendo sua mais nova posição, perito criminal, ao ter sido convocado para trabalhar em um caso bastante famoso na época: o atentado do Edifício Seabra¹⁶. Inaugurado em 1931, esse edifício foi construído tendo como influência principal o prédio Dakota, em Nova York, o qual possuía uma arquitetura bastante peculiar que misturava diferentes estilos. Localizado na praia do Flamengo no Rio de Janeiro, onde grande parte dos imóveis tinham cores claras, e onde a elite ainda vivia em casarões, o Edifício Seabra destoava do seu entorno, era escuro, com base de granito e tentava recuperar características das construções europeias. O dono do imóvel era o banqueiro e industrial do ramo têxtil, Gervásio Seabra¹⁷. Casado com a italiana Assunta Grimaldi Seabra, que era descendente de nobres e parente do príncipe Rainier de Mônaco, o edifício era uma forma de aproximar sua esposa de suas origens. O prédio possui doze andares, dos quais os três últimos foram reservados à família Seabra. Para manter a privacidade, eles também desfrutavam de uma entrada particular e um elevador privativo¹⁸.

Para além de sua aparência exuberante, esse edifício foi palco de um crime considerado bastante controverso pela mídia do período. Em 1933, Gervásio Seabra foi considerado vítima de uma tentativa de assassinato dentro do seu próprio apartamento de luxo. O advogado Sérgio de Campos Cartier o havia procurado supostamente para discutir sobre negócios pendentes entre ambos. Ao ser recebido pelo dono do edifício retirou de uma pasta um revólver calibre 38 e um petardo – uma peça carregada de material explosivo. Cartier desferiu dois tiros contra Seabra, e depois se matou. Apesar de ter sido atingido, Gervásio conseguiu buscar ajuda e recebeu os atendimentos médicos necessários, sobrevivendo.

¹⁵Faculdade de Pharmacia e Odontologia do Districto Federal. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 30 jul. 1933.

¹⁶A Tragedia do Edifício Seabra Continua Preocupando Vivamente a Opinião Publica. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 3 jun. 1933.

¹⁷BOKOR, Rafael. **Rio Antigo, por Rafael Bokor**: Edifício Seabra, no Flamengo, uma das construções mais espetaculares do Brasil. Lulacerda: o site do Rio, 2021.

¹⁸BOKOR, Rafael. **Rio Antigo, por Rafael Bokor**: Edifício Seabra, no Flamengo, uma das construções mais espetaculares do Brasil. Lulacerda: o site do Rio, 2021.

FIGURA 2 – Gervásio Seabra, dono do Edifício Seabra

Fonte: A Tragedia do Edifício Seabra Continua Preocupando Vivamente a Opinião Pública. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 3 jun. 1933. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_02/10870 >. Acesso em: 20 de jun. 2023.

Esse caso teve grande repercussão na imprensa, um dos jornais que cobriu os seus desdobramentos foi o *Diário Carioca*, que será analisado posteriormente pela pesquisa. Nele, foram publicadas uma série de reportagens analisando minuciosamente as nuances do crime e da investigação policial. Epitácio Timbaúba foi um dos peritos responsáveis pela realização dos exames e laudos, sendo esta uma das suas primeiras aparições como perito no *Diário Carioca*. De acordo com esse periódico, a investigação deste caso apresenta falhas desde o início: “não se encontra o exame de inspecção local, nem as photographias judiciais, que seriam o clemente primordial para a affirmativa se no local havia ou não se travado alguma luta.”¹⁹. As impressões digitais presentes no revólver, na “bomba” e na pasta não foram tomadas. E, ao invés de isolarem as testemunhas logo após o acontecimento para poderem interrogá-las sem qualquer influência externa, os depoimentos foram realizados de forma indiscriminada, de modo que se verifica, conforme o *Diário Carioca*, uma uniformidade nos depoimentos, que não apresentam uma contradição sequer: “Esta tem sido a norma seguida em outros casos e por uma excepção á regra, não foi seguida na tragedia do Edifício Seabra.”²⁰.

¹⁹A tragedia do Edifício Seabra Continua Impressionando a Opinião Pública. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 jun. 1933.

²⁰A tragedia do Edifício Seabra Continua Impressionando a Opinião Pública. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 jun. 1933.

A atuação da polícia nesse caso foi ressaltada pelo jornal como destoante dos procedimentos comuns. Essa mudança de comportamento da polícia foi abordada por Marcos Bretas, que ressaltou que desde a criação moderna das corporações policiais, presume-se que as classes superiores devem ser protegidas e não policiadas, o que não significa que os membros da elite não cometam delitos, mas sim que na maioria das vezes suas transgressões fogem aos procedimentos tradicionais da polícia. Nesse sentido, o autor destaca a dificuldade de identificar nos registros e ocorrências policiais as classes mais altas, pois estas se encontram principalmente nos papéis de vítimas. O perfil social dessas vítimas é difícil de estabelecer pela defasagem na identificação. Por isso, é por meio de sinais de deferência em títulos como “doutor” e “madame”, ou tipos de bens roubados e as medidas tomadas pela polícia, que se podia identificar a classe da vítima. O relacionamento entre a polícia e as classes superiores nunca foi confortável, ainda que o indivíduo da elite seja o reclamante, os policiais queriam agradá-los, porém essas boas intenções eram prejudicadas pela escassez de recursos e por não possuírem o controle absoluto dos acontecimentos²¹.

Assim, se as classes superiores já causavam problemas para a polícia quando se encontravam no papel de vítimas, a situação se complicava ainda mais quando estas se apresentavam como possíveis suspeitas. Nesse sentido, as dúvidas levantadas no decorrer da investigação do caso do Edifício Seabra conduziram a questionamentos por parte dos jornais quanto a veracidade dos fatos descritos por Gervásio Seabra e seus empregados. A reportagem aponta que o caso não foi conduzido de “forma normal” e, também, que os exames periciais e outros depoimentos contradiziam o testemunho da vítima. Diversos casos similares a este compunham o cotidiano da polícia, e é por meio deles que se pode compreender de que modo o relacionamento entre a polícia e a classe superior se desenvolve. Por isso, quando as “autoridades policiais tinham de agir contra a elite, o melhor a fazer era ignorar o caso. Mesmo quando havia a possibilidade de construir um caso, a polícia tinha de enfrentar muitos obstáculos.”²². Dessa forma, é possível compreender o porquê os policiais tinham interesse em encerrar o inquérito o mais rápido possível, ainda que contando com um prazo de 30 dias ou mais para a remessa dos autos

²¹BRETAS, Marcos Luiz. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo social:** Revista de Sociologia, São Paulo, USP, v.9, n°1, p.84-86, maio, 1997.

²²BRETAS, Marcos Luiz. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo social:** Revista de Sociologia, São Paulo, USP, v.9, n°1, p.88, maio, 1997.

ou inquirido para a Justiça²³. Diante de membros das classes superiores, a “capacidade da polícia de arbitrar disputas e fazer valer suas decisões não podia ser sustentada”²⁴.

O jornal expôs para o seu público leitor a dúvida que pairava sobre esse episódio: “O infelizmente advogado Sergio Cartier, que não se sabe ainda se foi assassinado ou se se suicidou”²⁵. Conforme as informações expostas pela polícia, aparentemente Sergio Cartier deu dois tiros em Gervásio, que foi atingido no abdômen, e depois colocou a arma na boca e atirou quatro vezes, mas foi somente com o quinto tiro, em sua têmpora direita, que finalmente conseguiu se matar. No decorrer das investigações o principal questionamento era quanto a ligação entre Cartier e Seabra, que este negava veementemente existir. No entanto, com o passar do tempo iam surgindo elementos que pareciam retificar a fala de Gervásio²⁶.

O dr. Horacio Cartier, irmão de Sérgio Cartier, era íntimo de Gervásio, porém, os irmãos estavam com as relações estremecidas, e não se falavam, de acordo com a entrevista que o sogro de Horacio Cartier deu para o Diário Carioca. Além disso, um amigo de Sergio Cartier deu uma declaração a polícia afirmando que o crime não era compatível com a personalidade dele, e que eles haviam se encontrado recentemente e Sergio havia lhe dito que iria se mudar de Paquetá, saldar seus débitos e equilibrar sua vida, porque estava concluindo a venda de alguns terrenos calculados em milhares de contos e que teria uma percentagem, pois já trabalhava no negócio há quatro meses. O amigo então declarou: “Interrogado por mim quem seria este abastado capitalista para realizar negocio tão vultuoso, declarou-me ser o sr Seabra, dono do edifício de seu nome. Já naquela época o negocio estava por alguns dias”²⁷. A mídia também questionava se a polícia havia apurado de forma adequada a ideia de que Sergio era canhoto, pois, se assim fosse, deveria ter atirado no lado esquerdo da sua cabeça, e não no direito.

Com a conclusão dos laudos, os peritos chegaram a resultados diferentes dos alegados pelas testemunhas. Estas afirmavam que as evidências coletadas na cena do

²³A tragédia do Edifício Seabra Continua Impressionando a Opinião Publica. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 jun. 1933.

²⁴BRETAS, Marcos Luiz. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo social: Revista de Sociologia**, São Paulo, USP, v.9, n°1, p.88, maio, 1997.

²⁵A tragédia do Edifício Seabra Continua Impressionando a Opinião Publica. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 jun. 1933.

²⁶A tragédia do Edifício Seabra Continua Impressionando a Opinião Publica. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 jun. 1933.

²⁷A tragédia do Edifício Seabra continua emocionando a opinião publica. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 11 jun. 1933.

crime – a pasta, o petardo e o revólver – pertenciam ao dr. Sergio Cartier. No entanto, os exames periciais realizados na pasta, constataram que ela não apresentava vestígios, manchas, erosões ou qualquer detrito que pudesse levar a confirmação de que um revólver e uma bomba de cilindro estiveram presentes em seu interior. Em uma das últimas reportagens encontradas sobre esse caso, é anunciado que nada de novo havia sido apurado, e que as declarações prestadas por Gervásio Seabra continuavam a prevalecer, ainda que “um avultado numero de testemunhas, as contestem.”. Como o caso e grande parte dos depoimentos foi desenvolvido em segredo de justiça, a imprensa teve acesso limitado aos seus desdobramentos²⁸.

Essas foram as primeiras reportagens em que Epitácio Timbaúba foi mencionado pelo Diário Carioca atuando em seu novo cargo como perito criminal. No entanto, foi somente alguns dias depois que a institucionalização do “Gabinete de Pesquisas Científicas” apareceu em uma passagem no jornal, apresentando essa novidade como um “melhoramento na Polícia Civil”, inaugurado na presença do Chefe de Polícia, capitão Filinto Muller, e o Ministro da Justiça, Dr. Antunes Maciel, que “manifestou-se bem impressionado, felicitando o capitão Felinto Muller, chefe de Polícia, por mais esse grande melhoramento introduzido no nosso aparelho policial.”²⁹. Esse novo órgão governamental era uma segmentação da Diretoria Geral de Investigações (DGI), e, de acordo com a matéria, era aparelhado “para pesquisas de todo o genero, concernentes á investigações criminaes e judiciaes.”, regido pelo químico Dr. Epitácio Timbaúba da Silva³⁰. Essa organização desempenhou um papel de extrema relevância tanto para a polícia do período quanto para a trajetória profissional de Epitácio. E, por isso, é necessário esclarecer o processo de criação e institucionalização do Gabinete de Pesquisas Científicas.

2.1 Epitácio Timbaúba e o Gabinete de Pesquisas Científicas

No início da década de 1930, o então chefe de Polícia, Batista Luzardo assumiu uma difícil tarefa; chefiar uma instituição que havia sido descreditada pela população. Seguindo sua função, instaurou-se um processo de reforma das estruturas da Polícia Civil

²⁸A tragédia do Edifício Seabra continua emocionando a opinião publica. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 jun. 1933.

²⁹Melhoramentos na Polícia Civil. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 jun. 1933.

³⁰Melhoramentos na Polícia Civil. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 jun. 1933.

da capital – Rio de Janeiro. Dentre as instituições que participaram da incorporação dessa reestruturação encontrava-se a 4º Delegacia Auxiliar, que polarizava críticas e acusações de toda ordem quanto ao uso excessivo da força. Ao ser entrevistado o chefe de Polícia afirmou que deveria ser implantada uma nova ordem por efeito da Revolução – a tomada do poder em 1930 por Getúlio Vargas –, sendo necessário destruir o passado de atrocidades e convencer a população carioca que a polícia deveria ser uma instituição legal para o amparo e a defesa da sociedade e não um aparelho destinado a apavorar ou perseguir seus desafetos³¹.

A 4º Delegacia Auxiliar sofria graves críticas da imprensa e no relatório do chefe de Polícia estava claro os problemas dessa seção, como; a negação dos critérios técnicos, o esforço desordenado, a instigação ao desânimo e ao suborno. Essas irregularidades são consideradas provenientes do envelhecimento da organização. Todavia, nem somente de reprovações a 4º Delegacia Auxiliar era feita, no que diz respeito às suas qualidades encontravam-se o refinamento dos dados e informações fornecidos ao Judiciário. É possível observar, desse modo, a existência de um cuidado especial na maneira de retratar o trabalho e a instituição policial a partir da quantificação de seus feitos³².

Essa delegacia mantinha em suas instalações duas seções fundamentais para que o processo de flagrante de contravenção fosse instaurado: um cartório próprio e uma filial do Gabinete de Identificação. Deve-se levar em consideração que nem toda delegacia tinha um identificador. Por isso, nas informações que indicam o volume de cada tipo de atendimento ou serviço, a prática de identificação aparece não apenas como atividade rotineira das prisões realizadas, mas também como um serviço especializado prestado a outras delegacias e estados. O outro importante setor da 4º Delegacia Auxiliar eram os cartórios especificamente voltados para instaurar processos de contravenção ligados à mendicância e à vadiagem. É importante destacar que essa delegacia deve ser considerada uma “delegacia auxiliar”, pois tinha o caráter de supervisão³³.

A relevância da qualificação desse organismo consiste no fato de que foi a partir do acúmulo de experiências proporcionadas pela 4º Delegacia Auxiliar, que foi possível

³¹CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e Gesto**: pessoa, cor e produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002, p.209-210.

³²CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e Gesto**: pessoa, cor e produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002, p.211.

³³CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e Gesto**: pessoa, cor e produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002, p.211

montar sua sucessora a Diretoria Geral de Investigações (DGI). Assim, quando a 4ª Delegacia Auxiliar foi extinta em seu lugar foram implementados dois setores com atribuições específicas: a Diretoria Geral de investigações e a Delegacia Especial de Ordem Política e Social (DEOPS). A DGI concentrava as principais instituições da polícia científica; o Instituto de Identificação, o Instituto Médico-legal e o Gabinete de Pesquisas Científicas³⁴.

O Instituto Médico Legal e o Instituto de Identificação introduziram uma abordagem mais científica e sistemática para a investigação criminal. Essa mudança refletiu a adoção de uma nova lógica policial, conhecida como razão biopolítica, que incorporava técnicas e conhecimentos científicos para melhor gerir e controlar a sociedade. De acordo com Leonídio Ribeiro – médico, admirador da eugenia e do fascismo –, o Gabinete de Identificação era um complemento indispensável da ação do Instituto Médico Legal, sendo o “cérebro” da polícia, colaborando para a identificação dos indivíduos e, assim, facilitando a ação policial³⁵.

A Diretoria Geral de Investigações integrava os institutos de investigação judiciária sobre uma única direção. O Instituto de Identificação tinha a função de fornecer ao público carteiras de identidade civil, identificar todos os presos, todos os funcionários da polícia e auxiliar o Instituto Médico-Legal nas perícias dos locais de crime, examinando as impressões digitais e os cadáveres desconhecidos. Além disso, era responsável pela manutenção do laboratório de Polícia Técnica e Antropologia Criminal, onde eram realizados estudos especiais sobre as questões de identificação e criminologia³⁶.

O Gabinete de Pesquisas Científicas foi a repartição em que Eptácio Timbaúba da Silva, exerceu o seu cargo de dirigente. Esse Gabinete funcionava como um centro de investigações criminais, e se encontrava dentro do plano estratégico da Diretoria de Investigação Criminal, sua sede se localizava no andar térreo do edifício da rua da

³⁴CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e Gesto:** pessoa, cor e produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002, p.213-217.

³⁵MONTEIRO, Rodrigo Maia. **A nova razão policial:** um estudo da trajetória de Leonídio Ribeiro na direção do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal durante a Era Vargas (1931-1945). 2023. 494f. Tese (Doutorado em História Social) –Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023, p.45-77.

³⁶MONTEIRO, Rodrigo Maia. **A nova razão policial:** um estudo da trajetória de Leonídio Ribeiro na direção do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal durante a Era Vargas (1931-1945). 2023. 494f. Tese (Doutorado em História Social) –Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023, p.112-114.

Relação, ocupando aproximadamente duas salas, que continham diversos aparelhos científicos modernos. Administrado por Filinto Muller, o Gabinete de Pesquisas Científicas foi estruturado nos moldes da polícia da Gestapo. De acordo com a historiadora Elizabeth Cancelli, Filinto Muller possuía fortes relações com a polícia nazista, tendo trabalhado em conjunto com o governo Alemão para criação de uma polícia científica³⁷. Apesar de ter sido criado em 10 de janeiro de 1933, pelo decreto nº22.332, o G.P.S. foi inaugurado somente em 22 de junho do mesmo ano³⁸.

Em meio a muita expectativa da população quanto a inauguração do Gabinete de Pesquisas Científicas, foi publicada uma matéria acerca da eficiência de Epitácio enquanto dirigente dessa organização. Nela afirmava-se que durante o mês de setembro de 1933, foram efetuados 508 exames periciais, dentro dos quais 30 arrombamentos e locais de crime, 92 avaliações e arbitramentos, 56 armas e objetos contundentes, 18 exames químicos e micro-químicos, 35 falsificações de documentos, 193 acessórios de jogos, 7 locais de incêndio, 4 objetos de feitiçaria e 70 fotografias³⁹. Essa reportagem complementava que embora criado apenas há 3 meses; “vem tendo um desenvolvimento extraordinário e uma atuação decisiva em nosso meio policial justificando assim brilhantemente a sua criação que veio incontestavelmente preencher uma lacuna.”⁴⁰.

Em novembro do mesmo ano foi instituída uma portaria pelo delegado auxiliar dr. Brandão Filho, que assinou a criação de uma comissão permanente que deveria ter a finalidade de proceder exames locais onde os “crimes obscuros” ocorreram, e designou dr. Epitácio Timbaúba como membro. A referida comissão deveria se encarregar da pesquisa de locais de “crimes de sangue” e de casos suspeitos nos quais os autores e as circunstâncias fossem desconhecidos. É significativo reconhecer nessa reportagem a proporção a qual o Gabinete de Pesquisas Científicas estava atingindo, e como a perícia, sob o comando de Epitácio Timbaúba, estava se tornando um campo de embasamento das prisões e desvendamento dos crimes. A notícia ainda prossegue colocando como obrigação das autoridades policiais requisitar a comissão e “resguardar o local para que permaneçam incólumes todos os traços e vestígios ali existentes”⁴¹, evidenciando para a

³⁷CANCELI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a Polícia da Era Vargas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1994, p.87.

³⁸O Gabinete de Pesquisas Científicas Commemora, Hoje, Seu Segundo Anno de Proficua Existencia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 jun. 1935.

³⁹O movimento do Gabinete de Pesquisas Científicas. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 6 out. 1933.

⁴⁰O movimento do Gabinete de Pesquisas Científicas. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 6 out. 1933.

⁴¹Na Policia Central: Delegacia de dia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 nov. 1933.

população leiga, através da imprensa, as noções técnicas da perícia empregadas pela polícia.

O avanço das descobertas periciais e dos conhecimentos científicos se destaca ao longo de toda trajetória de Epitácio, muitas vezes sendo o primeiro de seus companheiros a testar novas técnicas, ou aplicar métodos usados no exterior. Em um dos casos que trabalhou, Epitácio realizou um laudo pericial o qual confirmava a existência de impressões digitais na cena de um crime, e conseguiu compará-las com as dos empregados da casa e as do morto, concluindo que a nenhum destes pertencia⁴². Outra representação de sua qualificação foi o caso em que o delegado auxiliar dr. Democrito de Almeida solicitou ao dr. Timbaúba um exame gráfico de uma assinatura, para confirmar se a grafia de dois documentos coincidia como sendo da mesma pessoa⁴³.

Foi apenas após um ano da criação do Gabinete de Pesquisas Científicas, em 1934, que Getúlio Vargas, então chefe do governo provisório, assinou um ato, referente a pasta de guerra, no qual demitia do serviço ativo do exército o Primeiro Tenente Farmacêutico Epitácio Timbaúba da Silva, por já estar exercendo um cargo civil remunerado⁴⁴. Essa notificação foi apenas uma imposição burocrática, cuja em nada alterou às realizações recorrentes de Epitácio Timbaúba. Ele continuou a efetuar trabalhos relevantes em seu campo; como o importante caso de escândalo do empresário brasileiro que operava um esquema de “câmbio negro” – comércio ilegal da moeda estrangeira –, que contou com a participação de Epitácio Timbaúba na perícia gráfica de cartas suspeitas⁴⁵. E no caso de assassinato do Tenente Mario Ribeiro, no qual o delegado Brandão Filho incumbiu ao diretor do “Gabinete de Pesquisas Científicas” à perícia dos projetis que atingiram a vítima, suas roupas, chaves, objetos e papéis⁴⁶. Além de solicitar o levantamento topográfico do local, objetivando encontrar a posição da vítima, seu trajeto dentro e fora da casa, a posição provável dos criminosos e a direção dos tiros⁴⁷. Já em outro episódio, Epitácio se utiliza dos serviços de um fotógrafo que o acompanha na cena do crime, demonstrando como a perícia criminal já empregava mecanismos modernos para

⁴²Continua envolto em mysterio o crime da Rua Humaytá. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 19 nov. 1933.

⁴³Para o Dr. Timbaúba providenciar. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 abr. 1934.

⁴⁴Actos do Chefe do Governo Provisório. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 17 mar. 1934.

⁴⁵O Ruidoso caso do “Cambio Negro”. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 2 mai. 1934.

⁴⁶Ainda o Caso da Morte do Tenente Mario Ribeiro na Rua Justiniano da Rocha: Vae agir o Gabinete de Pesquisas Scientificas. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 16 mai. 1934.

⁴⁷Ainda o Caso da Morte do Tenente Mario Ribeiro na Rua Justiniano da Rocha: Vae agir o Gabinete de Pesquisas Scientificas. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 16 mai. 1934.

averiguar posteriormente as evidências presentes no local⁴⁸. Também participou da atuação pericial em diversos casos de interesse nacional, tendo sido escolhido para realizar um exame químico no pó encontrado nos bolsos de Lampião após a sua morte. Essa análise levou a descoberta de uma substância fatal caso fosse ingerida, e a proposição da hipótese de que Lampião andaria com esse “pó amarelo” para se suicidar antes de ser pego por algum inimigo⁴⁹.

No entanto, nem sempre o trabalho efetuado por Timbaúba foi reconhecido como apropriado. Quando a polícia foi avisada sobre a existência de um cadáver em uma cisterna, o comissário Mario Serpa interditou as proximidades aguardando a chegada dos peritos e fotógrafos do Gabinete de Pesquisas Científicas, apresentando, até então, uma sequência de ações condizentes com as diretrizes periciais⁵⁰. Em vista da dificuldade e impossibilidade do exame do corpo, Epitácio ordenou a destruição das paredes da cisterna, o que gerou duras críticas por parte do Dr. Attila Torres, perito do Gabinete do Instituto Médico-Legal, que se recusou a realizar o exame que havia sido incumbido, com a justificativa de que a análise não obteria resultado algum, devido a interferência externa nas provas⁵¹.

Conforme o estudo sobre as instituições policiais se aprofunda, é possível observar que as diferentes repartições estão em constante disputa pelo monopólio do exercício do poder, seja porque atuam na mesma jurisdição, seja porque desempenham funções muito semelhantes entre si. Essa sobreposição de áreas leva ao conflito e a tensão entre os diferentes departamentos da polícia. A reportagem anterior é um exemplo do tensionamento existente entre o Gabinete de Pesquisas Científicas e o Instituto Médico Legal, que competem pela autoridade e o reconhecimento como o único órgão detentor de um saber específico.

Por exercerem funções e possuírem atribuições muito parecidas, essas duas instituições disputavam a mesma área de influência. De acordo com a própria legislação brasileira, o G.P.S. possuía “atribuições idênticas às do Instituto Médico Legal e a mesma finalidade jurídica, diferenciando-se apenas quanto ao objetivo de exame”. Assim, em 2 de agosto de 1933 foi implementado o decreto nº23.030, o qual possuía o objetivo de

⁴⁸Um Crime Envolto em Mysterio: na Perola da Guanabara. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 5 ago. 1934.

⁴⁹Lampeão pensaria em suicidar-se? **O Estado**, Santa Catarina, 9 ago. 1938.

⁵⁰Um Cadaver na Cisterna! **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 10 out. 1934.

⁵¹Um Cadaver na Cisterna! **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 10 out. 1934.

dividir e esclarecer as competências de cada setor. Dessa forma, ficou estabelecido que cabia ao IML principalmente exames médico-legais, que incluem autópsias, exames de corpo de delito e outras perícias médicas, os quais devem ser realizadas por dois médicos legistas designados pelo diretor do Instituto Médico Legal. Os exames devem ser requisitados pelas autoridades policiais, judiciais ou administrativas ao diretor do Instituto. O mesmo procedimento deve ser seguido caso precisem solicitar a atuação do Gabinete de Pesquisas Científicas, que ficou incumbido das análises químicas, biológicas e outras perícias técnicas não médicas, abarcando principalmente exames mais focados na ciência forense, os quais devem ser executados por um químico e um perito, designados pelo diretor do G.P.S.⁵².

Uma outra crítica postulada ao trabalho de Eptácio foi relativa à sua atuação na investigação do “crime da estrada do Macaco”⁵³. O caso em questão buscou apurar o assassinato de Tobias Warchavsky, um jovem caricaturista e desenhista, estudante da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro e associado a juventude comunista. A primeira reportagem redigida pelo Diário Carioca sobre o referido crime teve, como usual, críticas à polícia e seu trabalho descuidado e desatento, ressaltando que as pistas encontradas por Timbaúba e seu perito em nada colaboravam com o andamento das investigações; “Elles [os vestígios], quando muito, serviram para elucidar a identidade do desenhista, que está definitivamente estabelecida.”⁵⁴.

Na terceira matéria acerca desse assassinato, as críticas se mantiveram, pois o crime continuava misterioso e sem provas reveladoras. O Diário Carioca criticava a falta de comunicação e coesão entre os órgãos policiais, pois “de um momento para outro, sem justificar o motivo, abandonaram-se todas as provas técnicas fornecidas pela perícia científica e apontou-se um indivíduo como sendo o matador de Tobias.”⁵⁵. Além disso, o sr. Sylvio Terra, chefe da Segurança Pessoal, afirmou que o crime havia sido praticado no mesmo local onde o corpo de Tobias foi encontrado, contrariando completamente as conclusões de todas as análises dos peritos. No que concerne a atividade forense de

⁵²**BRASIL**. Decreto nº 23.030, de 2 de agosto de 1933. Legislação Informatizada, Câmara dos Deputados. Diário Oficial da União: seção 1, 23 ago. 1933, p.16597 (Publicação Original).

⁵³Na Elucidação do Crime da Estrada do Macaco a Polícia Continúa Tacteando nas Trevas. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 7 nov. 1934.

⁵⁴Na Elucidação do Crime da Estrada do Macaco a Polícia Continúa Tacteando nas Trevas. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 7 nov. 1934.

⁵⁵Por que Walter Fernandes da Silva é Accusado do Assassinio de Tobias? **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 11 nov. 1934.

Epitácio Timbaúba, o periódico a descreve como questionável, ao afirmar ironicamente que:

As sindicancias no local estavam terminadas quando os peritos do Gabinete de Pesquisas Científicas voltaram ao sítio do crime, em companhia de reporters. Um destes encontrou então, com espantosa facilidade, á flor da terra, alguns dentes do morto, tendo ainda sido descoberto um pedaço de osso, tudo no mesmo local que anteriormente fora vasculhado de todas as fôrmas, pelo sr Sylvio Terra, investigadores, autoridades do 1º districto e os próprios peritos da D.G.I. e do Instituto Medico Legal.⁵⁶

A matéria ainda é complementada com mais um comentário ácido, que coloca em questão o trabalho de Epitácio: “Como admitir que os peritos do Gabinete de Pesquisas Científicas tinham sido vencidos pela sagacidade de um repórter? Estaria, neste caso, decretada a fallencia dos que se incumbiram das technicas no emocionante crime da Estrada do Macaco.”⁵⁷. Persistiam, assim, os mistérios envolvendo a morte do desenhista e as divergências em torno dos exames da cena do crime⁵⁸.

Por isso, dois dias após essa reportagem, é noticiada a convocação de uma comissão de peritos, conhecida como “Comissão dos quatro”, composta pelo Dr. Miguel Salles – Diretor do Instituto Médico Legal –, Dr. Epitácio Timbaúba – Diretor do Gabinete de Pesquisas Científicas –, Fellisbello Belletti – funcionário do Instituto de Identificação e Estatística – e o comissário Sylvio Terra – chefe da seção de Segurança Pessoal da D.G.I.. Este grupo, então, realizou uma nova perícia no local chegando a um resultado em que todos estavam de comum acordo, exceto Timbaúba. É a partir desse desacordo que o jornal tece críticas à posição de Epitácio: “De um momento para outro, o sr. Timbaúba, foge á primeira convicção e voltando ao local, traz outra muito diversa...”⁵⁹. Todas essas reportagens citadas fomentam uma insegurança quanto a atuação das instituições policiais, que não só não conseguem desvendar um caso, como não conseguem concordar entre si, colocando à prova não apenas a confiabilidade da polícia, mas a autoridade de Epitácio Timbaúba enquanto perito.

⁵⁶Por que Walter Fernandes da Silva é Accusado do Assassinio de Tobias? **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 11 nov. 1934.

⁵⁷Por que Walter Fernandes da Silva é Accusado do Assassinio de Tobias? **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 11 nov. 1934.

⁵⁸Persiste o Mysterio em Torno do Assassinio de Tobias Warchvski. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 13 nov. 1934.

⁵⁹Persiste o Mysterio em Torno do Assassinio de Tobias Warchvski. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 13 nov. 1934.

Apesar das considerações negativas reproduzidas pelas matérias anteriormente apresentadas, a carreira de Epitácio se manteve em vertiginosa ascensão. Em 1935, o “Gabinete de Pesquisas Científicas” completava seu segundo ano de existência, e o Diário Carioca redigiu uma elogiosa reportagem enaltecendo a competência desse órgão. Essa instituição foi considerada pela opinião pública como a primeira organização de polícia científica criada, sendo um antigo desejo das autoridades policiais e judiciárias. O G.P.S. contava com a “intelligencia esclarecida do capitão Filinto Muller” e foi aparelhado com material e pessoal “capazes de atender às necessidades periciaes”⁶⁰. Essa percepção se dava principalmente pela falta de um órgão que presidisse e controlasse o serviço pericial, que até a criação do G.P.S encontrava-se disperso⁶¹.

FIGURA 3 – Filinto Muller



Fonte: A Justiça Prestigiando o Gabinete de Pesquisas Científicas. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 15 out. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/21604>. Acesso em: 15 de jul. 2023.

A frente deste departamento estava o químico e perito dr. Epitácio Timbaúba da Silva, que teve seu papel exaltado pelo Diário Carioca na matéria elogiosa sobre o segundo ano de existência do Gabinete de Pesquisas Científicas, onde o diretor foi descrito como o fator principal para a eficiência e utilidade desta repartição, sendo considerado “inegavelmente um grande conhecedor dos segredos policiaes e um dos nossos maiores chimicos.”⁶². Epitácio Timbaúba é considerado o grande responsável por conferir a esse departamento a autoridade necessária para ser considerado uma força

⁶⁰O Gabinete de Pesquisas Científicas Commemora, Hoje, Seu Segundo Anno de Proficua Existencia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 jun 1935.

⁶¹Gabinete de Pesquisas Científicas da Policia do Distrito Federal: o seu terceiro aniversário. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 23 jun. 1936.

⁶²O Gabinete de Pesquisas Científicas Commemora, Hoje, Seu Segundo Anno de Proficua Existencia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 jun. 1935.

policial legítima, admirado e requerido pela Polícia em casos complexos. No que concerne a sua atuação no trabalho pericial, o periódico convoca dados materiais de sua eficiência:

Da sua actuação, de seu trabalho, dizem melhor os 8596 laudos lavrados por elle nesses dois annos de existencia, o que constitue uma etapa bem grande e que difficilmente encontrará similar entre nós. Se se levar em conta que, para execução desses 8596 laudos foram necessarios varios exames chimicos, physicos, physico-chimicos, mecanicos, balísticos, além de desenhos graphicos, photographias, verifica-se quão grande é o esforço despendido pelos funcionarios do G.P.S., os quaes, dadas as necessidades do serviço não têm hora certa de trabalho nem dia certo de descanso.⁶³

Os laudos o qual a matéria se refere, são divididos em: 1478 armas brancas e de fogo, 2058 avaliações e arbitramentos, 3022 apetrechos e acessórios do jogo, 10 alimentos, 127 contabilidades, 350 manuscritos e gráficos, 341 locais de arrombamento, 93 locais de crime e suicídios, 90 locais de danos e avarias, 138 locais de desastres e acidentes, 51 locais de escaladas, 119 locais de incêndio, 209 objetos contundentes, 117 objetos próprios para roubo, 34 materiais de baixo espiritismo, 87 projeteis, 50 roupas e peças diversas de vestuário, 31 cédulas falsas, 23 medicamentos, 5 líquidos, 1 local de cárcere privado 2 locais de distúrbio, 1 local de identificação e 139 diversos⁶⁴.

O inventário desses laudos possibilita a elaboração de considerações sobre a polícia do período a partir da análise dos tipos e quantidades de assuntos que estavam sujeitos à perícia da polícia científica do G.P.S., refletindo sobre a presença dessas questões na sociedade da época. Para executar essa quantidade significativa de laudos, foram efetuados mais de 3 mil exames químicos. E apesar do aumento considerável do serviço, o “Gabinete de Pesquisas Científicas” permaneceu com a configuração inicial de funcionários: um diretor, três químicos, nove peritos, dois auxiliares, um fotógrafo, dois datilógrafos e dois serventes⁶⁵.

⁶³O Gabinete de Pesquisas Scientificas Commemora, Hoje, Seu Segundo Anno de Proficua Existencia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 jun. 1935.

⁶⁴O Gabinete de Pesquisas Scientificas Commemora, Hoje, Seu Segundo Anno de Proficua Existencia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 jun. 1935.

⁶⁵O Gabinete de Pesquisas Scientificas Commemora, Hoje, Seu Segundo Anno de Proficua Existencia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 jun. 1935.

FIGURA 4 – Epitácio Timbaúba e os elementos colhidos pela reportagem do Diário Carioca durante as investigações do assassinato do Sargento



Fonte: O crime das mattas do Piahy. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 25 ago. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/20844>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

A reportagem publicada no Diário Carioca de comemoração dos dois anos de operação do Gabinete de Pesquisas Científicas foi construída com a intenção de enaltecer a trajetória, desempenho e práticas deste órgão. No entanto, esta é finalizada creditando todas as realizações ao chefe de polícia: “Pelo exposto, verifica-se que o G.P.S é uma das criações que honram a gestão do capitão Filinto Muller á frente dos destinos da nossa Polícia Civil.”⁶⁶. Lograr os louros às autoridades governamentais é uma atitude recorrente nesse período, sendo observada também em outras reportagens. Em uma delas percebe-se a construção cuidadosa e elogiosa da figura do chefe de polícia, a qual é finalizada com a seguinte afirmativa; “externaram seus applausos pela excelente e sabia administração que o capitão Filinto Muller vem dando á Policia Civil do Districto Federal, que nada fica a dever, técnica e scientificamente, ás mais adentadas congeneres sul-americanas.”⁶⁷. O que explica, provavelmente, os posteriores questionamentos quanto ao caráter de Filinto Muller e sua real função no governo de Vargas, presentes na coluna semanal de Epitácio no Diário Carioca a partir de 1946.

⁶⁶O Gabinete de Pesquisas Scientificas Commemora, Hoje, Seu Segundo Anno de Proficua Existencia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 jun. 1935.

⁶⁷A Justiça Prestigiando o Gabinete de Pesquisas Scientificas. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 15 out. 1935.

2.2 A relação entre Epitácio Timbaúba e o Diário Carioca

No que diz respeito a relação de Epitácio Timbaúba com o Diário Carioca, ela é muito anterior a sua nomeação como redator deste jornal. O perito já era citado de forma recorrente nas tiragens, tendo sido cultivada entre ambos uma relação reciprocamente benéfica e favorável, sendo possível observar esse relacionamento através de diversas matérias publicadas, dentre elas, uma que chama atenção pelo título: “Como o chefe do Gabinete de Pesquisas Scientificas louva a iniciativa do “Diario Carioca”⁶⁸. Nesta reportagem Timbaúba é convidado a realizar o exame de uma cena de crime, e o Diário Carioca o acompanha. As ações do perito para com o periódico são descritas como gentis, tendo fornecido valiosas informações sobre o caso, na mesma medida, Epitácio evidencia a importância da diligência prévia feita no local pelo Diário Carioca, que apenas confirmou o seu anterior diagnóstico⁶⁹. A matéria promove um espaço onde Timbaúba, primeiramente, ratifica a importância da análise minuciosa das evidências e do local do crime, destacando a má gestão dos recursos periciais no que se refere ao correto reconhecimento da cena, e depois, explicita e ordena as técnicas as quais considera como imprescindíveis para a análise forense, e o modo o qual devem ser aplicados⁷⁰:

Em taes casos, primeiramente, se faz a perpetuação do facto pela photographia e depois então se procede ao respectivo exame o qual compreende a descripção do meio em o qual o crime teve logar, o exame completo de todos os objectos nelle encontrados, o estudo dos vestígios e marcas deixadas pelo criminoso e finalmente, como corolario a taes investigações technicas, a descripção exacta de como o facto se processou. Dahi a necessidade de não ser descurado o exame de local visto que sómente elle póde fornecer ás autoridades os elementos elucidativos de como o crime teve logar.⁷¹

Ao longo da trajetória de Epitácio Timbaúba é possível identificar em seus escritos seu posicionamento confiante na ciência e nos procedimentos periciais. Nesta matéria em específico, o perito se utiliza de uma frase bastante célebre para concluir sua entrevista a qual retrata de forma clara sua conduta mediante aos casos que vão se seguir na sua carreira: “Interditem-se completamente os locais de crime, requisitem-se imediatamente o exame pericial, procedam-se incontinentemente a todas as diligencias de

⁶⁸Como o chefe do Gabinete de Pesquisas Scientificas louva a iniciativa do “Diario Carioca”. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 ago. 1935.

⁶⁹Como o chefe do Gabinete de Pesquisas Scientificas louva a iniciativa do “Diario Carioca”. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 ago. 1935.

⁷⁰Como o chefe do Gabinete de Pesquisas Scientificas louva a iniciativa do “Diario Carioca”. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 ago. 1935.

⁷¹Como o chefe do Gabinete de Pesquisas Scientificas louva a iniciativa do “Diario Carioca”. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 ago. 1935.

ordem tecnica e os crimes misteriosos desaparecerão como que por encanto.”⁷². Essa ideia vai permear tanto o trabalho pericial de Timbaúba, como suas crônicas, a noção de que os crimes irresolúveis são diretamente proporcionais a investigações inadequadas. Essa reportagem se torna interessante para a presente análise, pois além de demonstrar o tipo de ligação que Eptácio havia desenvolvido com o Diário Carioca, permite também um vislumbre dos métodos e pensamentos que Eptácio vai defender ao longo de sua vida profissional.

Em 1935 ocorreu o assassinato do dono do jornal “A Metralha”, Arthur Calheiros, que causou grande repercussão midiática, promovendo uma sequência numerosa de reportagens sobre esse crime no Diário Carioca. Uma destas merece destaque devido a concessão de um espaço na matéria para as considerações de um leitor que se autointitulava “polícia-amador”⁷³. Este redigiu duras críticas ao trabalho do Gabinete de Pesquisas Científicas e de seu diretor, o qual também recebeu um local de destaque no jornal para responder a estes insultos⁷⁴. Com o intuito de permitir com que Eptácio Timbaúba fornecesse explicações acerca das supostas falhas as quais seu departamento foi acusado, o Diário Carioca promoveu uma entrevista com o perito, a qual se inicia com a seguinte declaração: “O dr. Timbaúba é um grande *amigo* do DIÁRIO CARIOCA, fazendo-nos captivante recepção”⁷⁵ (grifo nosso). Nesse sentido, a relação construída entre o diretor do G.P.S. e o referido jornal, esteve além de uma troca polida e respeitosa entre um membro da polícia e a imprensa. Era um relacionamento mutuamente benéfico, não sendo um vínculo unilateral, no qual apenas Eptácio fornecia informações valiosas sobre os casos ao Diário Carioca. O periódico tinha sua importância na trajetória de Eptácio, pois era capaz de validar a análise técnica de Timbaúba frente a sociedade da época, respaldando essa autoridade mesmo diante de tamanhos questionamentos.

⁷²Como o chefe do Gabinete de Pesquisas Científicas louva a iniciativa do “Diario Carioca”. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 ago. 1935.

⁷³Calheiros foi Abatido ao Deixas Automovel Misterioso. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 set. 1935.

⁷⁴Qual o Local Exacto em que Teria Sido Sacrificado o Director da Metralha. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 10 set. 1935.

⁷⁵Qual o Local Exacto em que Teria Sido Sacrificado o Director da Metralha. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 10 set. 1935.

FIGURA 5 – Epitácio Timbaúba fornecendo uma entrevista a um redator do Diário Carioca.



Fonte: Qual o Local Exacto em que Teria Sido Sacrificado o Director da Metralha. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 10 set. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/21076>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

As atuações policiais não podem ser totalmente desassociadas de uma perspectiva mais ampla sobre o tipo de política a qual estão inseridas e a quais ideologias respondem. A década de 1930 é marcada notoriamente pela chegada de Getúlio Vargas ao poder, que reestruturou diversas instituições governamentais, e tornou como peça fundamental da sua administração a perseguição aos “comunistas”. Assim, foram encontradas diversas reportagens sobre o trabalho pericial desenvolvido por Epitácio Timbaúba e o Gabinete de Pesquisas Científicas com relação a “ataques comunistas” e a prisão de pessoas associadas a esse pensamento.

Ao final de 1935, foi publicado pelo Diário Carioca, uma grave explosão no bairro Grajaú no Rio de Janeiro. A polícia e os bombeiros compareceram ao local para restabelecer a ordem, extinguir o incêndio e retirar do edifício duas “innocentes criancinhas e uma senhora, em chamas”. A reportagem se faz bastante apelativa para o senso empático da população, colocando fotos das crianças bastante feridas, enfatizando constantemente a tenebrosidade de quem arquitetou o referido evento. O jornal então transcreve os gritos da população presente no local: “O povo recua espavorido. Uma exclamação parte da multidão: – É comunista! – A afirmação era verídica. O lindo edifício nada mais era que uma cellula comunista mantida pela III Internacional.”. Epitácio Timbaúba participou da perícia do local, no qual foram apreendidas diversas armas de guerra, basicamente um arsenal completo – conforme a diligência policial –,

com a presença de fuzis, granadas de mão, metralhadoras, moldes para bombas, pacotes de pólvora negra e dinamite. Dando continuidade a esse tom sensacionalista, o jornal afirma que: “Caso a maioria dos petardos que se encontravam na casa explodissem, quase todo o bairro do Grajahú teria voado pelos ares.”, e ao final da reportagem instigam novamente o medo; “Caso a mala apreendida junto á escada explodisse, segundo ouvimos dos peritos no local, não ficaria de pé uma unica das casas existentes num perímetro de 200 metros, aproximadamente.”⁷⁶.

Para o Diário Carioca, este episódio apenas confirmou a existência “entre nós de poderosa organização comunista e a gravidade do momento em relação á ordem e tranquilidade publicas.”⁷⁷. De acordo com a matéria o chefe de polícia Filinto Muller fez um pronunciamento, no qual:

expoz com insophismavel clareza e exactidão a actual situação política, declarando que o momento era e continuava a ser de apreensões enquanto não fossem extinguidas as innumerables cellulas extremistas que infestam a cidade e funcionam clandestinamente, num exemplo vivo de que os seus elementos persistem em implantar no Brasil, pelo terror e pelo sangue o regime de Moscou.⁷⁸

Esse embate dicotômico postulado pela imprensa é transformado pela mesma em uma batalha entre o bem e o mal, aqueles – os policiais – que desejam proteger a população dos criminosos inescrupulosos – comunistas – que servem a um regime superior e buscam implementá-lo de forma coercitiva no Brasil. Essa perspectiva é ainda embasada cientificamente pelas descobertas de Epitácio Timbaúba, que ao promover a perícia do local e o exame do material explosivo, permitiu com que o Diário Carioca se utilizasse das informações encontradas e publicasse a confirmação de que “se tratava de uma fabrica de material bellico clandestino e cujos fins seriam os mais tragicos possíveis, a cargo de um profissional comunista e custeada tambem por agentes comunistas.”⁷⁹.

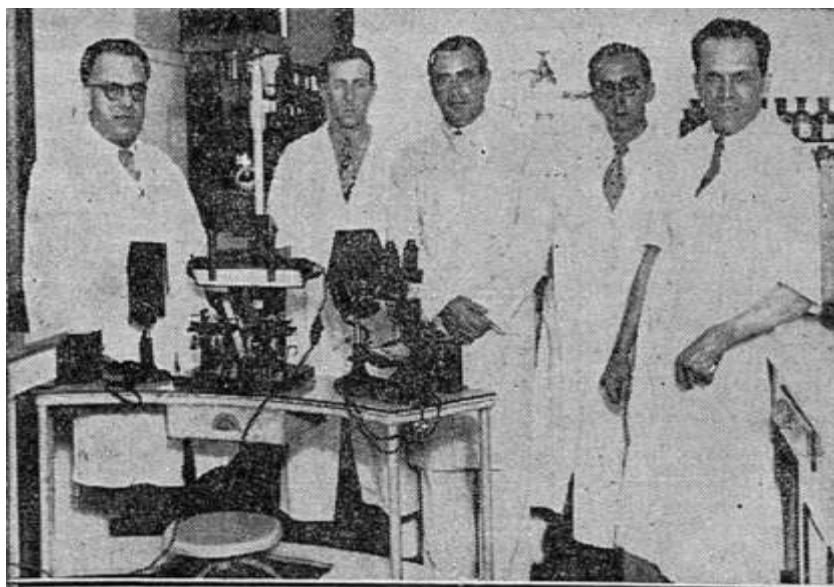
⁷⁶Violenta explosão num arsenal extremista! **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 24 dez. 1935.

⁷⁷O material encontrado na casa sinistra do Grajahú. A pericia local e o exame dos explosivos feitos pelo Gabinete de Pesquisas Scientificas. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 24 dez. 1935.

⁷⁸O material encontrado na casa sinistra do Grajahú. A pericia local e o exame dos explosivos feitos pelo Gabinete de Pesquisas Scientificas. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 24 dez. 1935.

⁷⁹O material encontrado na casa sinistra do Grajahú. A pericia local e o exame dos explosivos feitos pelo Gabinete de Pesquisas Scientificas. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 24 dez. 1935.

FIGURA 6 – Epitácio Timbaúba [o do meio] e demais peritos quando terminavam o exame do material explosivo apreendido na casa que explodiu no Grajaú.



Fonte: O Surto Comunista do Grajaú! Diário Carioca, Rio de Janeiro, 25 dez. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/22625>. Acesso em: 15 de jul. 2023.

Essa reportagem carrega traços, bastante evidentes, do sentimento anticomunista presente nesse período, porém, vale destacar que essa questão é bem anterior. No século XIX a Europa experienciou mudanças profundas em sua estrutura política e social, ocasionadas pelas Revoluções e Contrarrevoluções de 1848 e a publicação do Manifesto do Partido Comunista. Esses eventos também reverberaram no Brasil, ainda que com as devidas proporções por causa das diferenças da realidade brasileira. A Revolução Russa de 1917 impactou ainda mais esse cenário. Todavia, nas duas primeiras décadas do século XX, os anarquistas foram uma organização bem mais incômoda para as classes dominantes do Brasil, pois já eram um grupo bastante estruturado e ativo na luta de classes, representando uma ameaça iminente⁸⁰.

No entanto, a partir da década de 1930 as ideias comunistas passaram a ser alvo de ataques da imprensa devido ao crescimento do Partido Comunista do Brasil (PCB) e o aumento da popularidade do líder Luís Carlos Prestes – ex-capitão do Exército e um dos expoentes do movimento tenentista. Concomitantemente, Getúlio Vargas chegava ao poder em 1930, através de um golpe, com a função latente de governar um país repleto

⁸⁰CAPIOTTI, Douglas Michel. A “intentona comunista” ontem e hoje: representações do anticomunismo no exército brasileiro. *Revista Aurora*, [S. l.], v. 16, n. 1, p.63-64, 2023.

de agitações e insatisfações populares. Assim, na tentativa de manter o controle, Vargas lidou de forma repressiva com o comunismo, temendo que se tornasse uma ameaça a sua autoridade e aos interesses das classes dominantes. O Exército brasileiro compactuava com essa perspectiva e considerava o comunismo uma ameaça violenta aos valores tradicionais de família e pátria, pois ele promovia ideias contrárias aos valores cristãos, tais como a defesa da propriedade privada e da hierarquia. Além disso, acreditavam que o comunismo enfraquecia a coesão nacional e religiosa, fundamentais para a estabilidade social e política do país, precisando então serem combatidos⁸¹.

As insatisfações crescentes com o governo Vargas, levaram, em 1935, a eclosão de um movimento conhecido como “Intentona Comunista”. Esta foi uma tentativa de insurreição armada liderada pelo Partido Comunista do Brasil na tentativa de derrubar o governo de Getúlio Vargas e instaurar um regime comunista. Entretanto, esse episódio foi duramente reprimido e teve diversas consequências negativas para os comunistas, a repressão governamental foi intensificada, levando a perseguições políticas e prisões. Além de ter reforçado o sentimento anticomunista no país, utilizado como pretexto por Vargas para justificar a instauração de um regime autoritário em 1937⁸². Dessa forma, a partir da análise desse período, é possível compreender em que medida a reportagem anterior é um produto do contexto político e social da época em que estava inserida, tendo em vista seu claro posicionamento contra os comunistas.

É a partir dessa lógica de perseguição aos comunistas, que a figura do conhecido e notório “rebelde” Luís Carlos Prestes aparece nas páginas do Diário Carioca na década de 1930. Em 1936 a polícia apreendeu dentro de uma maleta de mão um bilhete supostamente assinado por Prestes. No entanto, devido ao surgimento de dúvidas quanto a autenticidade do documento, o Gabinete de Pesquisas Científicas foi convocado para realizar um exame gráfico, e Eptácio Timbaúba participou da perícia gerindo os seus auxiliares⁸³. Esse processo persecutório, tanto da imprensa como do governo, resultou na prisão de Prestes em março do mesmo ano, tendo sido transferido para o quartel da Polícia Especial, e sua mulher Olga Benário foi enviada para a Polícia Central. Timbaúba esteve presente no depoimento do preso, onde ele se negou a prestar declarações e deixar

⁸¹CAPIOTTI, Douglas Michel. A “intentona comunista” ontem e hoje: representações do anticomunismo no exército brasileiro. *Revista Aurora*, [S. l.], v. 16, n. 1, p.64, 2023.

⁸²CAPIOTTI, Douglas Michel. A “intentona comunista” ontem e hoje: representações do anticomunismo no exército brasileiro. *Revista Aurora*, [S. l.], v. 16, n. 1, p.69-70, 2023.

⁸³De Punho e Letra de Luiz Carlos Prestes! *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 11 fev. 1936.

qualquer material gráfico para ser analisado pela polícia técnica, afirmando que “achava desnecessário o seu depoimento que nada poderia adiantar à polícia.”⁸⁴. Além disso, o espaço em que Luís Carlos Prestes residia foi considerado como um local de crimes, e por isso foi solicitada a presença de Epitácio para realizar uma diligência na casa e produzir um levantamento topográfico do prédio⁸⁵.

Todavia, os “inimigos” do governo não se restringiam aos comunistas. Em 11 de maio de 1938 o *Diário Carioca* publicou uma reportagem sobre uma invasão da Intentona Integralista ao Ministério da Marinha, que teria causado sérios danos a estrutura do prédio. Estes tentaram se apoderar da praça de guerra, mas foram repelidos e rechaçados. Epitácio Timbaúba se fez presente neste episódio como perito, analisando os estragos produzidos⁸⁶. O integralismo brasileiro foi uma experiência política com características fascistas, tendo sido criado em 1932 a partir do lançamento do seu manifesto no Teatro Municipal de São Paulo, fundando a Ação Integralista Brasileira (AIB). Esse movimento conquistou muitos adeptos, que foram atraídos principalmente pelo crescimento do sentimento anticomunista, a simpatia pelos fascismos europeus, o nacionalismo e a oposição ao sistema político vigente⁸⁷.

Comandado pelo intelectual paulista Plínio Salgado, o lema desse grupo era “Deus, Pátria e Família”, se colocando, inicialmente, contra o “jogo eleitoral”. Entretanto, devido ao aumento de sua popularidade, em 1935, a AIB transformou-se em um partido político. A elevação do número de adeptos tinha como fator principal a intensificação do sentimento anticomunista, causado pela eclosão da Intentona Comunista em 1935, acontecimento abordado pela reportagem anterior. Em 1937, na conjuntura política de eleição do próximo presidente do Brasil, os integralistas passaram a mobilizar seus integrantes para que Plínio Salgado fosse eleito⁸⁸.

⁸⁴Como a Polícia Conseguiu Prender Luiz Carlos Prestes. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 6 mar. 1936.

⁸⁵Uma estranha figura de mulher. A Atitude Curiosa da Companheira de Luiz Carlos Prestes na Polícia Central. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1936.

⁸⁶Feita a pericia no edifício do Ministério da Marinha. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 3 jun. 1938.

⁸⁷PIMENTA, Éverton Fernando; PEREIRA, Marco Antônio M. L.. “O perigo agora é verde!”: o caso da intentona integralista por meio dos jornais mineiros. In: LAPUENTE, Rafael Saraiva; ANDRADE, Guilherme Ignácio Franco de; PIMENTA, Éverton Fernando (orgs.). *As direitas no Brasil*. Discursos, práticas, representações. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020, p.19-20.

⁸⁸PIMENTA, Éverton Fernando; PEREIRA, Marco Antônio M. L.. “O perigo agora é verde!”: o caso da intentona integralista por meio dos jornais mineiros. In: LAPUENTE, Rafael Saraiva; ANDRADE, Guilherme Ignácio Franco de; PIMENTA, Éverton Fernando (orgs.). *As direitas no Brasil*. Discursos, práticas, representações. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020, p.20-21.

No entanto, os planos dos integralistas foram frustrados quando Getúlio Vargas implementou o Estado Novo a partir de um golpe. Plínio Salgado não teve seus pedidos atendidos e a Ação Integralista Brasileira foi fechada, assim como os outros partidos. Dessa forma, como uma resposta às ações de Vargas, os integralistas organizaram um movimento de insurreição contra o governo, que ficou conhecido como “Intentona Integralista”⁸⁹. É esse processo o qual a reportagem acima se refere, ocorrido em maio de 1938 o movimento integralista tentou depor Getúlio. Um desses ataques foi realizado contra o Ministério da Marinha, e contou com a participação de Eptácio Timbaúba como o perito responsável pela realização do levantamento dos estragos causados.

FIGURA 7 – Eptácio Timbaúba da Silva.



Fonte: Completou Tres Anos de Existencia o Instituto de Pesquisas Scientificas. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 24 jun. 1936. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/25294>. Acesso em: 15 de jul. 2023.

As reportagens acima demonstram a participação do Gabinete de Pesquisas Científicas, mais especificamente da requisição da perícia técnica do diretor Eptácio Timbaúba, em casos de extrema relevância política e concernentes a segurança nacional conforme a percepção do próprio período. Nesse sentido, a partir da presença dessa instituição em eventos de importância significativa para a época; como as detenções supracitadas, prisões de figuras notáveis, investigações bem-sucedidas e soluções de crimes considerados obscuros, é possível inferir a construção da relevância política e

⁸⁹PIMENTA, Éverton Fernando; PEREIRA, Marco Antônio M. L.. “O perigo agora é verde!”: o caso da intentona integralista por meio dos jornais mineiros. In: LAPUENTE, Rafael Saraiva; ANDRADE, Guilherme Ignácio Franco de; PIMENTA, Éverton Fernando (orgs.). **As direitas no Brasil**. Discursos, práticas, representações. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020, p.22.

policial desse órgão, tendo se estabelecido enquanto autoridade detentora de um saber específico.

Assim, quando em 1936 o G.P.S. completou três anos de existência, o Diário Carioca redigiu uma reportagem comemorativa, a qual se iniciou com a recapitulação da história da organização, que havia sido criada pelo capitão Filinto Muller. Ele, conforme a matéria explicita, forneceu as instalações adequadas e aparelhos científicos modernos ao departamento policial, que tem “sabido cumprir sua alta e nobre finalidade.”⁹⁰. O jornal prossegue enaltecendo principalmente o dirigente, Eptácio Timbaúba, e tece um comentário que expressa a elevada credibilidade desfrutada pela organização:

Pela competencia de seus techncios e bem assim pela invulgar dedicação do seu director o Instituto de Pesquisas Scientificas já se formou no conceito publico e conquistou a confiança dos nossos magistrados, que a elle recorrem para sentenciarem com acerto e absoluta justiça.⁹¹

De acordo com o jornal, uma das provas do bom desempenho desse órgão era a quantidade de laudos lavrados por ele, mais de treze mil, nenhum tendo sido contestado ou impugnado, o que seria uma clara representação do compromisso e do trabalho correto do Gabinete de Pesquisas Científicas. Para finalizar a reportagem comemorativa, é adicionado uma passagem do telegrama de Filinto Muller à Eptácio Timbaúba, na qual, aquele afirma “tão uteis, relevantes serviços vem prestando á Policia Civil Districto Federal, apraz-me cumprimentar seu director e demais funcionarios desse Departamento, pelo esforço, dedicação, lealdade sempre emprestada cumprimento nobre missão desempenham.”⁹².

Dentre as várias reportagens elogiosas à Eptácio Timbaúba e seu trabalho no G.P.S., publicadas no Diário Carioca, destacamos uma em particular, que chama atenção pelo seu título “Um trabalho que *honra* o Gabinete de Pesquisas Scientificas”⁹³ (grifo nosso). Esta notícia diz respeito a descoberta de cartas remanescentes da queda de um avião ocorrida meses antes, cuja ocasionou a morte da tripulação e dos passageiros. Apesar delas se encontrarem praticamente ilegíveis, devido a água do mar, conseguiram

⁹⁰Completou Tres Annos de Existencia o Instituto de Pesquisas Scientificas. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 24 jun. 1936.

⁹¹Completou Tres Annos de Existencia o Instituto de Pesquisas Scientificas. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 24 jun. 1936.

⁹²Completou Tres Annos de Existencia o Instituto de Pesquisas Scientificas. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 24 jun. 1936.

⁹³A Proefficiencia dos Nossos peritos policiaes. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1937.

ser entregues a seus destinatários. Entre os endereçados, um deles recorreu ao Gabinete de Pesquisas Científicas, que realizou um minucioso exame afim de torna-la legível: “O gabinete não dispunha de materiaes e aparelhos technicos capazes de auxiliar os peritos nessas pesquisas difficeis como aquella que tinha em mãos.”⁹⁴, porém Eptácio “envidaria esforços poria em pratica os seus conhecimentos para attender ao pedido que lhe era feito.”⁹⁵.

O Diário Carioca, então, conclui que “conseguiu brilhantemente o perito patricio tornar legível a carta, apesar do seu estado deploravel”, tendo sido tão bem realizado que deslumbrou seu receptor com a “proefficiencia do trabalho do nosso Gabinete de Pesquisas Scientificas”⁹⁶. O jornal considerava esse processo como sendo capaz de rivalizar até mesmo com “os das capitaes europeas e, num acto de justiça veio ao DIARIO CARIOCA para exaltar o valor do dr. Timbaúba da Silva e da repartição entregue á sua direcção.”⁹⁷. Esta matéria, assim como as outras analisadas anteriormente pela presente pesquisa, objetivavam engrandecer e exaltar o trabalho pericial realizado por Eptácio Timbaúba e o esforço que ele empreendia como diretor do Gabinete de Pesquisas Científicas para elevar a instituição ao nível técnico europeu. Essa organização foi diversas vezes considerada pelas reportagens a responsável pelo progresso e modernização da polícia.

Entretanto, nem só de respeito e apreço era construída a carreira de Eptácio Timbaúba. Algumas reportagens demonstravam um certo tipo de desarmonia entre o G.P.S. e as outras organizações policiais. No período em que Eptácio exerceu o cargo de diretor desta instituição, foi instituída uma regra cuja estabelecia que qualquer acidente onde houvesse vítimas ou danos materiais deveria conter impreterivelmente a presença da perícia no local, e somente após a filmagem dos detalhes seria permitido remover os mortos dos escombros. Ainda que o Diário Carioca reconhecesse como útil essa providência, acreditava que ela possibilitaria o exercício da má-fé de certos indivíduos. Assim, obedecendo a determinação, na tarde do dia 25 de março de 1937 o comissário do

⁹⁴A Proefficiencia dos Nossos peritos policiaes. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1937.

⁹⁵A Proefficiencia dos Nossos peritos policiaes. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1937.

⁹⁶A Proefficiencia dos Nossos peritos policiaes. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1937.

⁹⁷A Proefficiencia dos Nossos peritos policiaes. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1937.

26º distrito ligou para o Gabinete de Pesquisas Científicas solicitando uma equipe de peritos, devido a necessidade de filmar um morto por atropelamento⁹⁸.

A equipe de técnicos percorreu um caminho difícil e longo, uma viagem de três horas, para chegar até o local. Ao chegarem, não encontraram o corpo, e após algum tempo procurando, decidiram se dirigir a delegacia para buscar informações. No entanto, foram recebidos com ironia pelo comissário que afirmava não ter conhecimento sobre o ocorrido; “Naturalmente, acrescentou o commissario, foi o collega a quem substitui que solicitou a *sempre grata e amável visita dos senhores.*”⁹⁹ (grifo nosso). Esse comentário provocou uma resposta negativa por parte dos peritos, que ficaram “melindrados com a ironia” do comissário, e retrucaram que estavam ali para filmar o cadáver e avaliar a extensão do desastre¹⁰⁰.

Os funcionários, “visivelmente irritados”, saíram da delegacia em busca do delegado, na tentativa de solucionar o problema da falta de um corpo. Encontrado a uns 300 metros, estava o delegado, que foi “surpreendido saboreando umas laranjas como se fora um turista [...]”¹⁰¹. Ele também não sabia sobre o caso, mas se propôs a acompanhar a equipe em busca da vítima, que foi, por fim, achada em uma vala de pernas quebradas: era um burro. “E assim, entre blasfêmias dos peritos, extenuados por 3 horas de pesquisas inuteis e de uma viagem accidentada, terminou uma missão policial-científica, em Jacarépaguá, na tarde de ontem.”¹⁰². A falta de conhecimento dos eventos ocorridos dentro de sua área de atuação, de seu próprio distrito, demonstra uma displicência e negligência por parte dessas autoridades. Porém, é possível também elaborar a hipótese de que era de conhecimento prévio o atropelamento do burro, o que traria uma outra perspectiva, a de desrespeito ao trabalho da polícia técnica.

⁹⁸A Perícia Policial a Cata de Um Burro. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 26 mar. 1937.

⁹⁹A Perícia Policial a Cata de Um Burro. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 26 mar. 1937.

¹⁰⁰A Perícia Policial a Cata de Um Burro. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 26 mar. 1937.

¹⁰¹A Perícia Policial a Cata de Um Burro. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 26 mar. 1937.

¹⁰²A Perícia Policial a Cata de Um Burro. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 26 mar. 1937.

2.3 Atuação de Epitácio Timbaúba após a extinção do Gabinete de Pesquisas Científicas

Apesar do Gabinete de Pesquisas Científicas ter atuado em grandes acontecimentos de sua época, como prisões, mortes e crimes famosos, sua existência foi curta. Criado em 1933 pelo decreto nº22.332, ele foi extinto na primeira metade da década de 1940. Infelizmente, não foi possível precisar a data exata de sua dissolução, mas foi localizada uma reportagem em particular que se refere a substituição do Gabinete de Pesquisas Científicas pelo Gabinete de Exames Periciais no ano de 1946¹⁰³. Ao buscar ocorrências sobre este novo órgão, as menções mais antigas descobertas foram matérias em 1944, antes disso nada foi encontrado¹⁰⁴. Uma outra fonte em específico sugere que a saída de Epitácio ocorreu após oito anos no cargo de diretor do G.P.S., podendo ser entre 1941 e 1942¹⁰⁵. Dessa forma, a hipótese proposta pela presente pesquisa – e que será considerada ao longo deste estudo –, é de que possivelmente o Gabinete de Pesquisas Científicas teve seu fim entre a saída de Epitácio Timbaúba da administração, 1941 ou 1942, e a institucionalização do Gabinete de Exames Periciais, entre 1944 e 1946. No entanto, ainda que sua saída tenha ocorrido logo nos anos iniciais da década de 1940, foi somente em 1946 que Epitácio começou uma nova carreira, a de redator, iniciando sua coluna periódica no jornal *Diário Carioca*. A sua crônica de apresentação continha a seguinte descrição:

DIARIO CARIOCA inicia hoje a publicação em capítulos de um completo tratado de Policia Técnica a cargo do professor Epitacio Timbauba da Silva, ex-diretor do Gabinete de Pesquisas Científicas da Polícia uma das maiores autoridades contemporaneas no assunto. Mestre da matéria, com as mais honrosas referências das maiores figuras internacionais da criminalística moderna Timbauba da Silva foi contratado para dirigir a Seção “O Crime”, desta folha.¹⁰⁶

E assim, as matérias escritas por Epitácio Timbaúba integraram o editorial do *Diário Carioca* durante vários anos. Parte deste acervo será analisado posteriormente, pelo próximo capítulo. O encerramento de sua coluna só se deu com o fim do jornal, em 1965. Entretanto, isso não o impediu de continuar a compartilhar publicamente sua percepção

¹⁰³TIMBAÚBA, Epitácio. Boletim do Crime. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1946.

¹⁰⁴O que é a polícia técnica: Fala o Sr. Alberto Tornaghi. *A Noite*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1944. Melhoramentos na polícia carioca. *O Dia*, Curitiba, 23 mai. 1944. A estrutura do novo órgão que substituirá a polícia civil do Distrito Federal. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1944.

¹⁰⁵BELISBA. A verdade da escrita. Profissão sem concorrentes. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 mar. 1967.

¹⁰⁶TIMBAÚBA, Epitácio. O Perito de Local é o Alicerce de Toda Investigação Criminal. Noções de polícia técnica. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1946.

sobre perícia, polícia e crimes. Ele começou a prestar um tipo de assessoria aos jornais, onde utilizava suas habilidades, previamente desenvolvidas na polícia e na direção do G.P.S., para fornecer aos periódicos sua opinião como especialista em perícia sobre os crimes que estavam circulando na mídia no momento. Sua relevância enquanto autoridade sobre o assunto se manteve, e em 1967, foi publicada uma matéria sobre sua vida pregressa, com intuito de anunciar o lançamento de um livro de sua autoria.

FIGURA 8 – Eptácio Timbaúba da Silva.



Fonte: BELISBA. A verdade da escrita. Profissão sem concorrentes. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 5 mar. 1967. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/57027 >. Acesso em: 21 de abr. 2024.

Comparado ao “homem dos sete instrumentos”, provavelmente pela sua habilidade de se envolver e se desenvolver em atividades diversas, Eptácio Timbaúba, de acordo com a matéria, estaria se preparando para “enfrentar a vida”¹⁰⁷. Sua trajetória profissional transpassa a carreira militar, uma formação em advocacia, em química industrial e em farmácia, além da participação em diversos cursos de “perícia criminalística”¹⁰⁸:

Em 1933 Timbaúba estava no Exército como Primeiro Tenente e químico da Fábrica de Pólvora da Estrêla. Encontrou-se com João Alberto, então Chefe de Polícia. Conversa vai, conversa vem, João Alberto percebe haver encontrado o homem que precisava para fundar o Gabinete de Pesquisas Científicas da

¹⁰⁷BELISBA. A verdade da escrita. Profissão sem concorrentes. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 5 mar. 1967.

¹⁰⁸BELISBA. A verdade da escrita. Profissão sem concorrentes. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 5 mar. 1967.

Polícia, hoje Instituto de Criminalística. Timbaúba aceita a incumbência e é nomeado Diretor.¹⁰⁹

Após a fundação do Gabinete de Pesquisas Científicas, a Polícia técnica deu “um passo adiante iniciando nova fase, trocando velhos processos por métodos modernos mais eficientes.”. De acordo com a matéria, durante a existência desse órgão, Eptácio realizou implementações fundamentais, por isso, quando deixou o G.P.S. após oito anos, “já havia preparado uma equipe adestrada.”. Esse acontecimento, no entanto, não interferiu em sua jornada, “prosseguiu com o mesmo entusiasmo tomando conhecimento de todo o progresso feito no campo da criminalística científica”. Devido a sua “comprovada capacidade” Timbaúba continuou a ser constantemente chamado para “funcionar na justiça civil como perito das partes ou desempatador nos casos que requerem a perícia especializada.”. Além disso, vale mencionar que se dedicou “também ao jornalismo e à cátedra na Escola Técnica do Comércio do Rio de Janeiro e na Faculdade de Economia e Finanças.”. Por trás da lembrança dessa célebre trajetória estava o propósito da reportagem, divulgar a elaboração do livro – “em fase de acabamento” – de Eptácio Timbaúba: “com estas credenciais imaginamos o sucesso de seu livro”. No que diz respeito ao assunto a ser abordado pela obra, o jornal o descreve como “sem fazer política, [Eptácio] conta objetivamente os “Golpes e Contragolpes” (título da obra) desde a proclamação da República até a data presente.”¹¹⁰.

Ao longo da década de 1960, foram identificadas algumas outras reportagens nas quais Eptácio Timbaúba é citado. No entanto, é perceptível uma redução da frequência da aparição de seu nome nos jornais. Já ao final desse período, a quantidade de menções ao perito diminuiu, mas não sua autoridade, Eptácio continua a ser referenciado e reconhecido como um grande especialista na área da criminologia e da perícia. Assim, ele se manteve presente na imprensa, tecendo comentários e observações sobre casos que estavam na mídia. Em 1969 a Revista Manchete foi responsável pela publicação de uma sequência de reportagens intituladas “O Rio Violento: Memórias de um perito criminal” todas da autoria de Eptácio Timbaúba, que depois rebatizou esse segmento editorial de “O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba.”. Elas funcionavam como uma espécie de diário de recordações, e tinham o intuito de trazer à público a memória deste ex-policial, que contava sobre seus tempos na ativa: “Incumbiram-me de relatar as mais

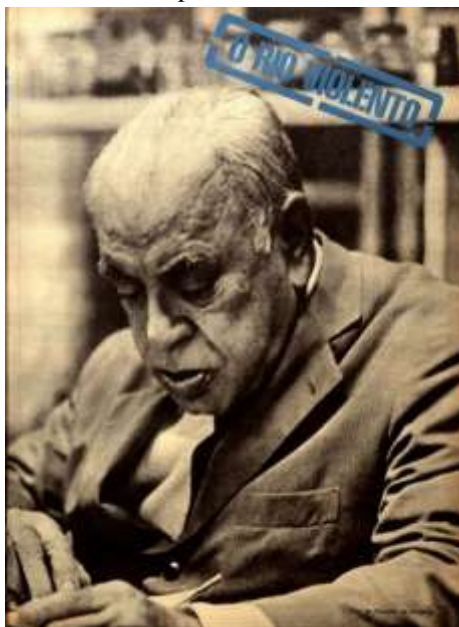
¹⁰⁹BELISBA. A verdade da escrita. Profissão sem concorrentes. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 5 mar. 1967.

¹¹⁰BELISBA. A verdade da escrita. Profissão sem concorrentes. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 5 mar. 1967.

interessantes experiências da minha longa vida de perito criminal, de diretor de órgãos técnicos da Polícia e de jornalista especializado.”¹¹¹.

As matérias se concentravam em casos que foram de grande interesse popular na época, iniciando dia 5 de abril de 1969, com um dos casos mais emblemáticos da década de 1950, a morte de Getúlio Vargas¹¹². Em seu parágrafo de apresentação, Eptácio afirmava que seu contato com essas histórias se deu, pois: “mesmo depois de afastado da estrutura policial, pude acompanhar centenas de investigações como jornalista, advogado e perito grafotécnico, ora pelas partes ora pelo juiz.”, e por isso, “O que pretendo lhes mostrar são alguns capítulos da minha fascinante trajetória profissional”¹¹³. Nesta reportagem, Eptácio Timbaúba critica algumas abordagens periciais realizadas na época quanto ao corpo de Vargas, mas principalmente relembra a magnitude da sua figura, suas conquistas enquanto chefe de Estado, seu zelo para com o povo e os percalços que precisou enfrentar ao longo de seus mandatos¹¹⁴.

FIGURA 9 – Eptácio Timbaúba da Silva.



Fonte: TIMBAÚBA, Eptácio. Os mistérios da morte de Vargas. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – I. **Manchete**, Rio de Janeiro, 5 abr. 1969. Disponível em: < <http://memoria.bn.gov.br/docreader/004120/93759> >. Acesso em: 21 de abr. 2024.

¹¹¹TIMBAÚBA, Eptácio. Os mistérios da morte de Vargas. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – I. **Manchete**, Rio de Janeiro, 5 abr. 1969.

¹¹²TIMBAÚBA, Eptácio. Os mistérios da morte de Vargas. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – I. **Manchete**, Rio de Janeiro, 5 abr. 1969.

¹¹³TIMBAÚBA, Eptácio. Os mistérios da morte de Vargas. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – I. **Manchete**, Rio de Janeiro, 5 abr. 1969.

¹¹⁴TIMBAÚBA, Eptácio. Os mistérios da morte de Vargas. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – I. **Manchete**, Rio de Janeiro, 5 abr. 1969.

O segundo artigo dessa seção tratou da “Tragédia da rua Humaitá”, um caso ocorrido em 1933, sobre o assassinato de um jardineiro que trabalhava na residência do diretor de uma grande companhia de seguros na rua Humaitá (zona nobre do Rio de Janeiro). Antônio Gomes (português) havia sido encontrado morto em seu quarto, que ficava no fundo do quintal da casa¹¹⁵:

Um cinto abraçava seu pescoço, como um laço, e ia prender-se, pela outra extremidade, à parte superior da cama. Tiras de pano amarravam os pulsos às coxas. Uma peça íntima de mulher tapava-lhe a boca e um pano cobria-lhe o rosto. Vestido e calçado, o corpo jazia no aposento em ordem aparente. Não havia sinais de luta.¹¹⁶

Ao observar essa cena, o legista constatou que havia sido um suicídio, o que, no entanto, não convenceu nem os jornalistas, muito menos o delegado. Como resultado, irromperam vários protestos na imprensa, fazendo com que a autoridade incumbida do caso chamasse o recém-inaugurado Gabinete de Pesquisas Científicas – o qual Epitácio era diretor nesse período – para realizar novas diligências sobre este episódio¹¹⁷.

As evidências eram contrárias a ideia de suicídio; a porta do quarto do jardineiro estava apenas encostada, não havia sido trancada, – “tomara tantas outras precauções, esquecera-se desta, elementar e corriqueira” –, seu quarto não possuía instalação elétrica, e a vela que dispunha havia sido apagado com um sopro – não sendo capaz de apagá-la com a cabeça e boca cobertas, e não sendo possível ter se amarrado no escuro. Havia também a presença de laços de marinheiro nas amarrações usadas para prendê-lo, muito diferentes dos nós que o jardineiro fazia para prender as roseiras do quintal. Além disso, dentro de seu próprio quarto havia disponível objetos variados para cobrir sua boca (lençóis e toalhas limpas), melhores “do que as roupas femininas repugnantemente sujas”, as quais ele precisaria ir buscar em um tanque fora do seu quarto¹¹⁸.

¹¹⁵TIMBAÚBA, Epitácio. A Tragédia da rua Humaitá. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – II. **Manchete**, Rio de Janeiro, 12 abr. 1969.

¹¹⁶TIMBAÚBA, Epitácio. A Tragédia da rua Humaitá. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – II. **Manchete**, Rio de Janeiro, 12 abr. 1969.

¹¹⁷TIMBAÚBA, Epitácio. A Tragédia da rua Humaitá. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – II. **Manchete**, Rio de Janeiro, 12 abr. 1969.

¹¹⁸TIMBAÚBA, Epitácio. A Tragédia da rua Humaitá. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – II. **Manchete**, Rio de Janeiro, 12 abr. 1969.

FIGURA 10 – Eptácio Timbaúba da Silva no local do crime da “Tragédia da rua Humaitá”.



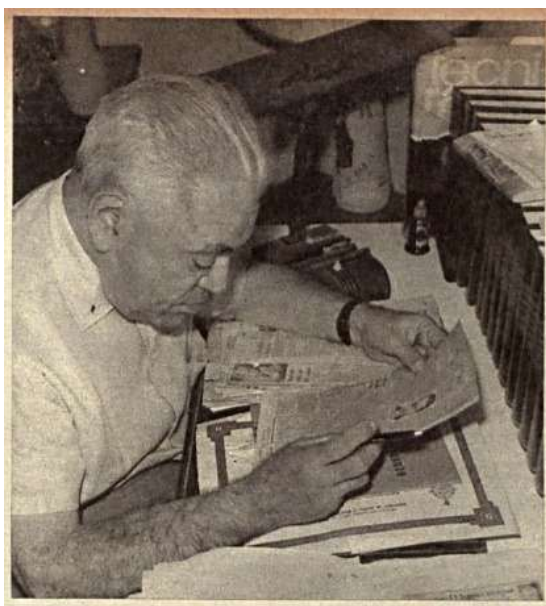
Fonte: TIMBAÚBA, Eptácio. A Tragédia da rua Humaitá. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – II. **Manchete**, Rio de Janeiro, 12 abr. 1969. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/93916> >. Acesso em: 21 de abr. 2024.

O exame nos sapatos foi definitivo, ele havia sido arrastado. Os peritos suspeitaram, da possibilidade de um assalto, onde o jardineiro poderia ter sido rendido por bandidos perto do tanque no quintal, por isso uma roupa íntima – que estava disponível e perto, no tanque – foi colocada em sua boca, sendo depois levado para o quarto e assassinado. No entanto, Timbaúba lembrou de seus estudos com os franceses, que sempre diziam que era necessário olhar para a mulher. Nesse sentido, nada havia sido tirado do quarto, nada havia sido roubado, era um crime por vingança, com características claramente passionais. Procuraram, então, uma mulher, alguém com quem o jardineiro pudesse ter tido qualquer tipo de relacionamento, porém nenhuma testemunha foi capaz de fornecer um nome sequer. Todavia, o perito grafotécnico do Gabinete de Pesquisas Científicas encontrou no tampo da mesa, traços riscados a canivete que formavam um nome em particular: o da dona da casa. Acharam também uma lata com um lençinho rendado contendo uma marca de lábios femininos com batom avermelhado, sendo o lenço

semelhante aos que a dona da casa possuía, e o batom composto pela mesma constituição química e colorimétrica¹¹⁹.

Quando o caso finalmente se encaminhava para algum tipo de resolução, o chefe da polícia interveio. O dono da casa “fôra amigo e companheiro de diretoria de importante prócer político mineiro que tomara atitude decisiva na revolução de 1930 e, por isso, figurava entre os amigos do governo revolucionário.”¹²⁰. Essa importante personalidade interferiu no sentido de evitar que continuassem as “incomodas investigações”¹²¹. O caso nunca foi solucionado, e a morte de Antônio Gomes permaneceu misteriosa.

FIGURA 11 – Epitácio Timbaúba da Silva olhando recortes de jornais antigos sobre o caso da “Tragédia da rua Humaitá



Fonte: TIMBAÚBA, Eptácio. A Tragédia da rua Humaitá. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – II. **Manchete**, Rio de Janeiro, 12 abr. 1969. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/93916> >. Acesso em: 21 de abr. 2024.

A terceira reportagem dessa série conta o caso de dois assassinatos, o primeiro ocorrido em 1934 e o segundo em 1935. Eptácio inicia a matéria descrevendo esse período como instável politicamente, um momento em que o movimento comunista intencionou tomar simultaneamente o poder no Rio de Janeiro e no Nordeste. Em outubro

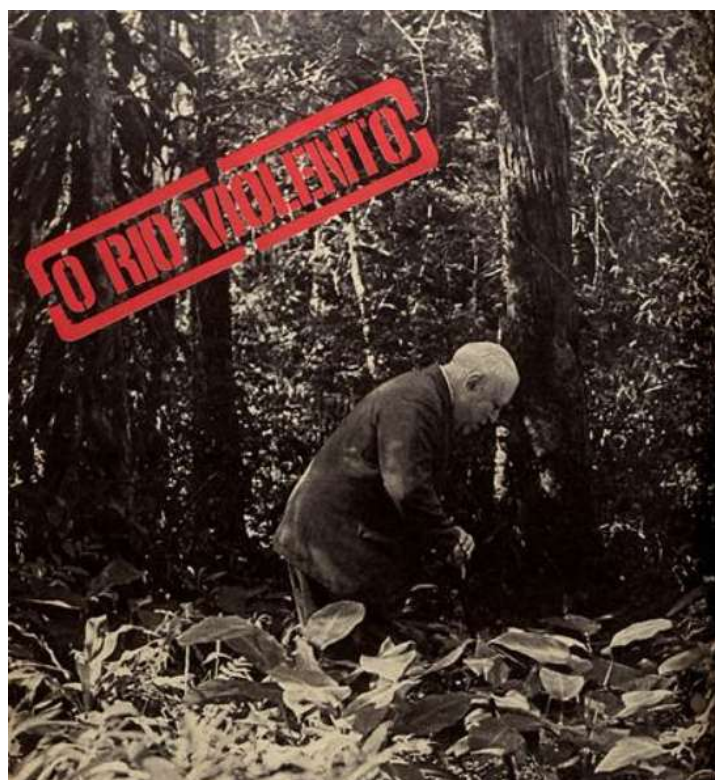
¹¹⁹TIMBAÚBA, Eptácio. A Tragédia da rua Humaitá. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – II. **Manchete**, Rio de Janeiro, 12 abr. 1969.

¹²⁰TIMBAÚBA, Eptácio. A Tragédia da rua Humaitá. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – II. **Manchete**, Rio de Janeiro, 12 abr. 1969.

¹²¹TIMBAÚBA, Eptácio. A Tragédia da rua Humaitá. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – II. **Manchete**, Rio de Janeiro, 12 abr. 1969.

de 1934 foi encontrado o corpo do jovem desenhista Tobias Warchawsky, de 18 anos, nas matas da Tijuca, um ano depois, o corpo do capitão da reserva José Antunes de Medeiros foi encontrado em local próximo. Ambos eram militares da Aliança Nacional Libertadora, órgão político do Partido Comunista. Para a polícia, esses crimes haviam sido cometidos pelos próprios comunistas, que exterminaram os dois por serem traidores. Para os comunistas, a polícia era a culpada, pois queria eliminar os conspiradores e usá-los como exemplo de punição do Estado¹²².

FIGURA 12 – Epitácio Timbaúba no local do caso “A morte na vista chinesa”



Fonte: TIMBAÚBA, Epitácio. A morte na vista chinesa. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – III. **Manchete**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1969. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/94144> >. Acesso em: 21 de abr. 2024.

O primeiro caso se iniciou com o desaparecimento de Tobias, e a descoberta de seu cadáver em uma clareira na mata dos Macacos. Além do corpo deformado, pedaços de jornais, um castiçal improvisado com uma garrafa e uma capa, nada mais foi encontrado no local, não havia arma de nenhuma espécie. A falta de documentos nos bolsos, ausência de sinais de luta e inexistência de uma poça de sangue – apesar de ter sido baleado no crânio –, levaram os peritos a acreditar que esse crime havia ocorrido em

¹²²TIMBAÚBA, Epitácio. A morte na vista chinesa. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – III. **Manchete**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1969.

outro lugar¹²³. Antes de ser morto, Tobias Warchawsky foi cruelmente torturado; dentes arrancados e muita violência física¹²⁴.

As investigações então penetraram nos “subterrâneos da conspiração política, que era intensa naquela época”. Isto porque, Tobias estava envolvido com certos grupos políticos: “fazia parte do Socorro Vermelho e seu nome figurava entre os oradores do comício da Praça da Harmonia, onde fôra ferido na cabeça. Envolvera-se ainda em um conflito no Teatro João Caetano e no sangrento encontro entre comunistas e policiais da DOPS na Rua dos Arcos.”. A imprensa protestou contra os desdobramentos do caso, o que fez com que o chefe de polícia e o delegado de Ordem Política e Social dessem esclarecimentos distintos. Enquanto o primeiro – Filinto Muller – dizia que Tobias Warchawsky vinha sendo constantemente seguido por dois agentes policiais devido sua atuação extremista, o delegado da DOPS – Capitão Miranda Corrêa – afirmava que a polícia não tinha qualquer interesse em jovens estudantes¹²⁵.

A partir da apuração das evidências, encontraram um quarto alugado por Warchawsky através de um pseudônimo, o qual era frequentado por um de seus companheiros, Walter Fernandes da Silva, que também havia omitido seu nome verdadeiro para a dona da pensão. Este passou a ser considerado oficialmente o matador de Tobias. No entanto, apesar das autoridades terem oferecido uma recompensa por ele, não providenciaram buscas em outros lugares do país. Tempos depois a polícia informou que Walter havia se suicidado em Recife: “Êsse estranho suicídio (do qual jamais se revelou *como* e *onde* ocorreu exatamente) ajuntou um novo mistério ao da morte de Warchawsky. E nada ficou realmente esclarecido.”¹²⁶.

Aproximadamente um ano depois, em dezembro de 1935, outro cadáver foi encontrado perto da vista chinesa, no fundo de uma gruta. Identificado como José Antunes Medeiros, 38 anos, foi abatido com balas de revólver. Além da localidade, esse assassinato dispunha de características semelhantes ao caso anterior. A vítima foi

¹²³TIMBAÚBA, Epitácio. A morte na vista chinesa. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – III. **Manchete**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1969.

¹²⁴TIMBAÚBA, Epitácio. A morte na vista chinesa. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – III. **Manchete**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1969.

¹²⁵TIMBAÚBA, Epitácio. A morte na vista chinesa. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – III. **Manchete**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1969.

¹²⁶TIMBAÚBA, Epitácio. A morte na vista chinesa. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – III. **Manchete**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1969.

identificada como um prisioneiro habitual da polícia, um capitão da reserva do Exército e também “fundador do Clube 3 de Outubro e da Legião Cívica 5 de Julho, da qual era diretor. Elemento destacado na frente legal do Partido Comunista atuava com coragem e audácia.”. Dois dias antes de sua morte havia sido preso pela Delegacia de Ordem Política e Social. Na madrugada ligou e informou a sua família sobre a necessidade de roupas, mas, de acordo com a polícia, foi logo em seguida posto em liberdade. O crime ocorreu, então, nessa mesma madrugada, ao todo José Antunes levou 23 tiros: “Estaria Medeiros secretamente trabalhando para a polícia? Teria, neste caso, incorrido no estrito código de obediência do grupo que conspirava, então, para tomar o poder? Ou os policiais mesmos cometeram o crime? Trata-se de questão aberta.”¹²⁷.

FIGURA 13 – Epitácio Timbaúba trinta e três anos depois, refazendo o trajeto do Capitão Medeiros, da casa de um amigo até o local de seu desaparecimento



Fonte: TIMBAÚBA, Epitácio. A morte na vista chinesa. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – III. **Manchete**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1969. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/94144> >. Acesso em: 21 de abr. 2024.

Com outro título – “O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba.” – mas com a mesma temática, Epitácio Timbaúba continuou a publicar na Revista Manchete suas memórias. O próximo caso que abordou ocorreu em 1948, quando Virgílio de Melo Franco, presidente da UDN mineira, então no apogeu de sua carreira política, foi morto¹²⁸.

¹²⁷TIMBAÚBA, Epitácio. A morte na vista chinesa. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – III. **Manchete**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1969.

¹²⁸TIMBAÚBA, Epitácio. Um duelo na madrugada. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 3 mai. 1969.

Nas escadarias da sua casa foi encontrado o corpo de seu ex-empregado, Pedro Santiago, junto a uma carabina de caça, e no topo das escadas, o corpo de Virgílio, junto a um revólver, calibre 38, com seis cápsulas deflagradas¹²⁹. Após análise, a perícia chegou à conclusão que Pedro Santiago havia invadido a casa e atirado a queima-roupa em Virgílio de Melo Franco, que embora estivesse gravemente ferido, atirou prontamente contra o invasor:

Uma bala passou de raspão pela cabeça do adversário, alcançando a parede à direita; outra atravessou-lhe o braço, feriu superficialmente a parede e foi encravar-se no oitavo degrau; uma terceira alcançou o corrimão da escada. Duas, finalmente, atingiram o alvo em cheio.¹³⁰

Apesar de terem rapidamente traçado o cenário, algumas dúvidas pairavam sobre o caso, primeiro quanto às trajetórias das balas, depois a falta de vestígio do sexto disparo de Virgílio, e o reconhecimento, na entrada do jardim do palacete, de um cartucho idêntico ao da carabina usada por Pedro Santiago. Havia então o questionamento sobre a possibilidade de uma terceira pessoa nesse duelo, levantando a hipótese de um atentado. No entanto, os policiais chegaram à conclusão de que na verdade, Pedro Santiago invadiu primeiramente a parte da casa destinada aos empregados, onde roubou da coleção de seu ex-chefe uma das armas e saiu da casa para prepará-la “nessa operação, um cartucho descarregado caiu no chão; quando a polícia o achou mais tarde, imaginou a história do terceiro homem no crime.”. Ao ouvir os barulhos Virgílio desceu a escada social, abriu a porta de serviço e avistou, perto da escada em hélice um vulto, que parecia querer subir, então disparou contra ele, “não conseguindo atingir o intruso, retornou sobre seus passos, pensando em esperá-lo no pavimento superior.”, onde ocorreu todo o incidente seguinte e ambos acabaram mortos¹³¹.

¹²⁹TIMBAÚBA, Epitácio. Um duelo na madrugada. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 3 mai. 1969.

¹³⁰TIMBAÚBA, Epitácio. Um duelo na madrugada. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 3 mai. 1969.

¹³¹TIMBAÚBA, Epitácio. Um duelo na madrugada. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 3 mai. 1969.

FIGURA 14 – Virgílio de Melo Franco

Fonte: TIMBAÚBA, Epitácio. Um duelo na madrugada. *O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. Manchete*, Rio de Janeiro, 3 mai. 1969. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/94479> >. Acesso em: 21 de abr. 2024.

A polícia acreditava que o motivador deste crime foi a demissão e a denúncia de Pedro Santiago por furtar dinheiro e objetos da família. Ele já havia sido demitido de outros dois trabalhos pelo mesmo motivo. Além disso, havia tentado conquistar uma empregada, que não só não lhe retribuiu qualquer tipo de afeto, como também acabou por denunciá-lo à patroa. Por isso, foi clara a conclusão da polícia ao afirmar que seu retorno tinha fins determinados: vingar-se da mulher que o recusara, da ex-patroa que o denunciara e do ex-patrão, que apoiou a atitude de sua mulher e ainda foi à delegacia de Ordem Política e Social comunicar que estava sendo ameaçado pelo copeiro, solicitando licença para comprar um revólver. Assim, adentrando pela escada de serviço, Pedro chegaria ao quarto da empregada, e ao matá-la a culpa poderia recair sobre Virgílio. É possível, de acordo com a polícia, que o ex-empregado também pensasse em ferir a ex-patroa e roubar alguma coisa. Para Epitácio, essa história baseava-se em fatos “linear, perfeita, despida de sensacionalismo”, ele acreditava que havia tido papel fundamental nesse caso, “E, para uma solução realista do crime, acredito que eu, Timbaúba, tenha

colaborado, na época, como jornalista especializado e homem experiente em investigações criminais.”¹³².

FIGURA 15 – Epitácio Timbaúba visitando vinte e dois anos depois o cenário do duelo a bala



Fonte: TIMBAÚBA, Epitácio. Um duelo na madrugada. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 3 mai. 1969. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/94479> >. Acesso em: 21 de abr. 2024.

A última reportagem encontrada desta seção de lembranças e memórias foi intitulada “O triste fim de Pierrot”. Considerada a “rainha da boemia carioca” Pierrot era famosa na vida noturna da cidade, “bonita, simpática, elegante. E, além disso, era francesa – circunstância muito importante naquela época em que os modismos de todos os gostos deviam ser importados da Europa.”. Vinda da França em 1932, seu nome verdadeiro era Maria-Ivone Coutouger, e residia na Avenida Copacabana, no Edifício Itabira. Realizava reuniões que duravam várias noites, as quais eram frequentadas por figuras ilustres como; políticos, homens de negócios, banqueiros e nomes da alta sociedade: “em tórno da

¹³²TIMBAÚBA, Epitácio. Um duelo na madrugada. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 3 mai. 1969.

francesinha evoluía uma multidão de admiradores, acompanhando-a aos cassinos, pois o jogo constava na sua agenda de funções.”¹³³.

FIGURA 16 – Epitácio Timbaúba vê os últimos vestígios do mistério: o Edifício Itabira sendo demolido



Fonte: TIMBAÚBA, Epitácio. O triste fim de Pierrot. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 10 mai. 1969. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/94601> >. Acesso em: 21 de abr. 2024.

Todavia, foi no dia 30 de setembro de 1937 que a viram pela última vez. Sua irmã, Madeleine Coutouger, ainda aguardou alguns dias, mas decidiu afinal informar a polícia sobre o sumiço de Pierrot. Primeiro foram investigados três cassinos da cidade, depois uma mulher “gorda, bem vestida e de óculos escuros, que saíra com Pierrot levando tôdas as suas famosas joias.”. Todos os rumos investigativos avaliados pela polícia deram negativo, iniciava-se, então, a busca por suspeitos. O número um era José Sarmiento, homem de passado duvidoso que havia trabalhado no Cassino Copacabana e fora despedido por motivos disciplinares. Ele havia convivido por três anos com Pierrot, “recebendo favores de tôda sorte.”, porém, José conseguiu comprovar que já tinha se mudado para São Paulo há um tempo e estava trabalhando numa casa de loterias, onde

¹³³TIMBAÚBA, Epitácio. O triste fim de Pierrot. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 10 mai. 1969.

esteve na época do desaparecimento de sua ex-amiga. O segundo suspeito foi Alexandre Lacombe “escroque, ladrão, cáften internacional”, ele havia conhecido Pierrot por intermédio de Lili, “dividindo com ambas os seus carinhos.” As suspeitas se fortaleciam, pois ele havia sumido na mesma época que Pierrot e suas joias. Entretanto, Lacombe conseguiu provar que estava há um ano ausente do Rio de Janeiro trabalhando na Companhia de Estradas Modernas, no Mato Grosso¹³⁴.

FIGURA 17 – Maria-Ivone Coutouger (Pierrot)



Fonte: TIMBAÚBA, Epitácio. O triste fim de Pierrot. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 10 mai. 1969. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/94601> >. Acesso em: 21 de abr. 2024.

A polícia prosseguiu prendendo e interrogando qualquer um que parecesse ligado ao caso, no Rio de Janeiro ou em São Paulo. A vida pregressa de Pierrot foi minuciosamente analisada, os nomes e endereços de seus inúmeros amantes, empregados, vizinhos, fornecedores, parceiros de jogos e boemia, além das suas rivais “que não eram poucas”¹³⁵. A relação das joias foi publicada com uma descrição detalhada, e a polícia

¹³⁴TIMBAÚBA, Epitácio. O triste fim de Pierrot. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 10 mai. 1969.

¹³⁵TIMBAÚBA, Epitácio. O triste fim de Pierrot. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 10 mai. 1969.

pedia para que as casas de penhores não as negociassem e que informassem prontamente ao terem contato com as peças desaparecidas¹³⁶.

Durante vários meses as investigações se seguiram sem o menor resultado, apenas duas pistas possuíam ainda esclarecimentos limitados. A primeira era a irmã de Pierrot, Madeleine, que com o seu desaparecimento ficou não apenas com as joias, mas com todo o dinheiro e outros valores do apartamento. De acordo com os cálculos da época, os bens de Pierrot foram avaliados em uma fortuna de mil contos de réis; “era uma milionária”¹³⁷. Todavia, Madeleine foi descartada como suspeita após inúmeras acareações, depoimentos e investigações¹³⁸.

A outra pista ficou com o crédito do caso, ainda que sem provas concretas. O desaparecimento de Pierrot passou a ser atribuído a ação da organização conhecida como Zwi Migdal, que controlava a “escravatura branca em três continentes”¹³⁹:

Poucas entidades foram tão eficientes, misteriosas e violentas como a Migdal, que aliciava, selecionava, transportava, estabelecia, mantinha e protegia suas clientes, na verdade, suas escravas. Eram mulheres recrutadas na Polônia, França, Itália, Espanha e Alemanha, conduzidas a outros países, onde deveriam se entregar à prostituição com aquelas garantias da Migdal, mas em troca do pagamento de uma mensalidade que, modesta no começo, deveria subir gradativamente, à medida que os negócios prosperassem. O lenocínio rendia fortunas. De tal maneira que a Migdal podia também mostrar suas garras: quem quer que se afastasse do roteiro conheceria o peso do castigo – ou ameaças à família, ou acidentes, ou roubos, ou, em último caso, o sequestro e o desaparecimento¹⁴⁰.

A Zwi-Migdal foi uma organização criminosa responsável pelo tráfico de mulheres brancas e sua exploração através da prostituição. Sua origem remonta a década de 1889, Buenos Aires, quando começou a agir ilegalmente em grandes centros urbanos da América do Sul traficando e explorando mulheres de países empobrecidos da

¹³⁶TIMBAÚBA, Epitácio. O triste fim de Pierrot. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 10 mai. 1969.

¹³⁷TIMBAÚBA, Epitácio. O triste fim de Pierrot. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 10 mai. 1969.

¹³⁸TIMBAÚBA, Epitácio. O triste fim de Pierrot. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 10 mai. 1969.

¹³⁹TIMBAÚBA, Epitácio. O triste fim de Pierrot. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 10 mai. 1969.

¹⁴⁰TIMBAÚBA, Epitácio. O triste fim de Pierrot. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 10 mai. 1969.

Europa¹⁴¹. Essa prática produzia muitos lucros, e por isso, era preciso manter as “mercadorias” disciplinadas¹⁴².

O termo “escravas brancas” surgiu no século XIX em meio às atividades criminosas de tráfico internacional de mulheres. Esse período também foi marcado pelos movimentos abolicionistas, o que levou a utilização do vocabulário “escrava” para se referir a mulher vítima do tráfico e da exploração sexual, associando essas práticas a uma forma de escravidão moderna. Ao produzir um comparativo com a escravidão negra, o objetivo era destacar um sentido de atraso e violência inerentes a certas práticas de prostituição. A construção desse discurso serviu para mobilizar grupos e autoridades públicas, que buscavam combater o tráfico de mulheres e promover intervenções vistas como modernas e civilizadas¹⁴³.

Assim, o desaparecimento de Pierrot foi atribuído a Zwi-Migdal, pois a polícia levantou a hipótese de que ela havia tentado suspender as contribuições e “a misteriosa mulher gorda, vista a seu lado no dia em que surgiu em público pela última vez, ter-se-ia encarregado de conduzi-la aos chefões. E as jóias evidentemente seriam vendidas no exterior”¹⁴⁴. O seu sumiço produziu tamanha reverberação social e política que a existência dessa organização passou a ser cogitada em termos oficiais. De acordo com Epitácio, as grandes entidades policiais de todo o mundo se uniram no combate à Migdal, “até a Gestapo se colocou ao lado do FBI, da Scotland Yard e da Sureté, prendendo agentes e dando garantias às mulheres ameaçadas.”¹⁴⁵. A matéria conclui, então, que o sumiço de Pierrot, apesar de nunca solucionado, contribuiu para “que os serviços de imigração dificultassem a entrada de escravas brancas no país, minando até ruir a antes inesquecível Zwi Migdal.”¹⁴⁶.

¹⁴¹OLIVEIRA, Wellington do Rosário de. **Zwi-Migdal**: prostituição tráfico de escravas brancas pela imprensa carioca (1920-1930). In: Colóquio de Gênero e Pesquisa Histórica, 3., 2020, Irati. Anais do Colóquio de Gênero e Pesquisa, Irati: 2020, p.2.

¹⁴²OLIVEIRA, Wellington do Rosário de. **Los Pájaros Negros**: prostituição, comércio de “escravas brancas” e a circulação translocal de câftens no noticiário curitibano (1920-1939). 2021. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021, p.71.

¹⁴³OLIVEIRA, Wellington do Rosário de. **Zwi-Migdal**: prostituição tráfico de escravas brancas pela imprensa carioca (1920-1930). In: Colóquio de Gênero e Pesquisa Histórica, 3., 2020, Irati. Anais do Colóquio de Gênero e Pesquisa, Irati: 2020, p.2.

¹⁴⁴TIMBAÚBA, Epitácio. O triste fim de Pierrot. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 10 mai. 1969.

¹⁴⁵TIMBAÚBA, Epitácio. O triste fim de Pierrot. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 10 mai. 1969.

¹⁴⁶TIMBAÚBA, Epitácio. O triste fim de Pierrot. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 10 mai. 1969.

FIGURA 18 – Maria-Ivone Coutouger (Pierrot) e suas joias



Fonte: TIMBAÚBA, Eptácio. O triste fim de Pierrot. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 10 mai. 1969. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/94601> >. Acesso em: 21 de abr. 2024.

O mistério envolvendo o sumiço de Pierrot foi uma das últimas matérias encontradas da autoria de Eptácio Timbaúba. Seu nome, no entanto, é mencionado mais algumas vezes, ainda que de forma mais pontual. A última referência à Eptácio se deu dia 31 de maio de 1969, também na Revista *Manchete*¹⁴⁷. Na página 70, uma espécie de propaganda avisava ao leitor sobre um jornal de “qualidade”, que priorizava os fatos e não o sensacionalismo, conhecido como *Diário de Notícias*¹⁴⁸. Nessa folha, doze fotos alinhadas lado a lado, com os nomes escritos abaixo, representando, provavelmente, as personalidades que compunham o corpo editorial desse jornal. Dentre estas figurava-se a foto e o nome de Eptácio. Ex-policial, ex-diretor do Gabinete de Pesquisas Científicas, ainda perito e jornalista, se fez presente uma última vez, para depois cair no esquecimento. Depois de tantos trabalhos célebres, da sua participação em grandes eventos de interesse nacional e internacional, sua passagem nos jornais terminava assim, sem nenhuma grande despedida, apenas seu nome na legenda de uma foto. Sua presença na imprensa se encerrou dessa forma, com uma nota de rodapé, sem qualquer vestígio do antigo homem que fora um dia.

¹⁴⁷Se você quer informação... Se você quer opinião... **Manchete**, Rio de Janeiro, 31 mai. 1969.

¹⁴⁸Se você quer informação... Se você quer opinião... **Manchete**, Rio de Janeiro, 31 mai. 1969.

Epitácio Timbaúba da Silva faleceu dois anos após a imprensa o mencionar pela última vez. No dia 2 de outubro de 1971, aos 78 anos, não apenas seu nome, mas sua memória, sofreram um processo de apagamento pela História¹⁴⁹. Sua atuação na polícia, na investigação criminal e no campo da perícia, foi digna, até agora, apenas de breves referências, sem demais esclarecimentos. É com intuito de explorar também uma perspectiva ainda não estudada, que a presente pesquisa buscou se utilizar da coluna periódica de Epitácio Timbaúba como fio condutor para explorar e analisar as configurações e atuações da polícia na década de 1950.

3.0 Análise da estrutura, formatação e filosofia do Diário Carioca

As fontes jornalísticas nem sempre foram consideradas pela historiografia como documentos válidos para pesquisa¹⁵⁰. Por isso, tendo em vista que o presente estudo se utilizará de matérias de jornais como fio condutor, será necessário abordar as diferentes questões que perpassam essa temática, analisando as discussões e preocupações que envolvem esse tipo de fonte. Existem diferenças óbvias entre as fontes da imprensa e as fontes criminais, processuais e documentações legais. A imprensa viabiliza e propõe um contorno diferente à temática policial, enquanto os laudos registram, regulamentam, e narram os crimes e suas especificidades, a imprensa confere a ela um juízo de valor, tendo como influência o interesse do público leitor¹⁵¹. Além disso, os jornais são “arquivos do cotidiano”, que registram a memória do dia a dia, possibilitando um acompanhamento diário, isso ajuda a estabelecer uma cronologia dos fatos históricos¹⁵². Outra vantagem da utilização dessa fonte documental é a disposição espacial da informação, ou seja, é possível inserir o fato histórico dentro de um contexto mais amplo, permitindo uma observação mais completa do acontecimento¹⁵³.

¹⁴⁹FAMILYSEARCH. "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012", Índices e Imagens. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:7QPH-JPW2>. Acesso em: 05 jun. 2023. Registro de óbito de Epitácio Timbaúba da Silva, 2 de outubro de 1971.

¹⁵⁰NETO, Francisco Linhares Fonteles. Crimes impressos: a imprensa como fonte de pesquisa para a história social do crime. Fortaleza: ANPUH, XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009.

¹⁵¹NETO, Francisco Linhares Fonteles. Crimes impressos: a imprensa como fonte de pesquisa para a história social do crime. Fortaleza: ANPUH, XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009.

¹⁵²ZICMAN, Renée Barata. **História através da imprensa**: algumas considerações metodológicas. Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 4, 2012, p.90.

¹⁵³ZICMAN, Renée Barata. **História através da imprensa**: algumas considerações metodológicas. Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 4, 2012, p.90.

É comum nos trabalhos que se utilizam da imprensa como fonte auxiliar da pesquisa histórica tomar a fonte jornalística como precisa, “fazendo a informação valer por si mesma”. Confundir esta documentação com um atestado da realidade do período, uma fonte “onde se “recupera” o fato histórico – uma ponte ou trampolim em direção à realidade – não havendo entretanto interesse por sua crítica interna.”, é um erro de análise, que não pode mais ser cometido. A presente pesquisa, concordando com a ideia proposta por Renée Barata Zicman, parte da hipótese de que a imprensa age sempre no campo político-ideológico. E, portanto, toda pesquisa histórica realizada a partir da investigação de jornais, revistas e periódicos deve necessariamente “traçar as principais características dos órgãos de Imprensa consultados”, sendo fundamental “historicizar” os jornais¹⁵⁴.

Para analisar os discursos da Imprensa, é preciso desenvolver uma metodologia específica, visto que é necessário considerar “a dupla substância e natureza própria do jornal sua forma e seu conteúdo, inter-dependentes e inter-atuantes”, sendo importante examinar também as características próprias desse tipo de escrita¹⁵⁵. Dessa forma, se torna um dever do historiador, analisar não somente o conteúdo das suas fontes, mas a fonte em si. No que diz respeito ao trabalho em questão, o Diário Carioca foi o veículo escolhido, tendo sido selecionado unicamente por ser o periódico de publicação contínua da coluna de Epitácio Timbaúba. No entanto, ainda assim, será preciso considerar os aspectos editoriais e de formatação desse jornal, pois estas características vão influenciar diretamente no conteúdo e na forma de sua abordagem.

Antes de aprofundar uma análise técnica, sobre a formatação desse jornal, se faz indispensável, primeiramente, a investigação das bases editoriais do Diário Carioca, uma breve apresentação do contexto em que estava inserido e das causas e pessoas que apoiou, servindo como indicativo do porquê determinados assuntos eram tratados de determinadas maneiras.

Nesse sentido, nascido em uma família tradicional do Rio de Janeiro, José Eduardo de Macedo Soares havia deixado seu posto de primeiro-tenente da Marinha para dedicar-se à política e à imprensa, fundando em 1912 um jornal conhecido como O

¹⁵⁴ZICMAN, Renée Barata. **História através da imprensa**: algumas considerações metodológicas. Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 4, 2012, p.90.

¹⁵⁵ZICMAN, Renée Barata. **História através da imprensa**: algumas considerações metodológicas. Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 4, 2012, p.91.

Imparcial¹⁵⁶. No entanto, após um certo período começou a refletir sobre questões associadas ao governo da Primeira República e passou a fomentar ideias discordantes da estrutura política vigente¹⁵⁷. Assim, em 1928 fundou o Diário Carioca, criado, inicialmente, com o intuito de estabelecer uma oposição ao governo de Washington Luís¹⁵⁸. A partir disso, compreende-se o motivo pelo qual o Diário Carioca teria apoiado, posteriormente, a Revolução de 1930, considerando-a como uma solução para os problemas do país. Abrindo, inclusive, o local da redação do próprio jornal para receber, em um encontro, líderes da Aliança Liberal dias antes da eclosão desse acontecimento¹⁵⁹.

Entretanto, quando o governo provisório deixou de cumprir suas promessas, Macedo Soares se sentiu insatisfeito, e utilizou o Diário Carioca novamente como um espaço para criticar as autoridades¹⁶⁰. Ele acusava Getúlio Vargas de ser autoritário e não cumprir as promessas que havia feito antes de assumir o cargo¹⁶¹. Macedo Soares publicou editoriais em que advertia o presidente a agir com moderação e não abusar do poder – como fez durante a Revolução –, além de criticar a gestão do governo, denominando-a “incompetente” e “mesquinha”¹⁶².

Seguindo esse posicionamento intransigente, os ataques se acirraram ao final de 1931, quando um editorial foi suspenso e proibido de ser veiculado. No entanto, isso não impediu a circulação do Diário Carioca, que o imprimiu clandestinamente na gráfica do jornal, e realizou sua distribuição. Assim, no início de 1932, o periódico já representava abertamente uma oposição à Vargas, qualificando-o como ‘ditador’. O jornal se posicionou ao lado dos democratas paulistas, que participavam da Revolução Constitucionalista de São Paulo. Nas matérias políticas não cessavam as críticas à Getúlio, exigindo que ele compartilhasse o poder com o povo. Mesmo nas páginas internas do jornal, o Diário Carioca buscava desafiar Vargas, em vista da chegada do

¹⁵⁶LEAL, Carlos Eduardo. Diário Carioca. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, p.1.

¹⁵⁷LEAL, Carlos Eduardo. Diário Carioca. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, p.1.

¹⁵⁸JUNQUEIRA, Maria Cecília da Costa. **Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011, p.10.

¹⁵⁹LEAL, Carlos Eduardo. Diário Carioca. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, p.1.

¹⁶⁰LEAL, Carlos Eduardo. Diário Carioca. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, p.2.

¹⁶¹**Diário Carioca**. O máximo de jornal no mínimo de espaço. Cadernos da comunicação. Série Memória, vol.9. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003, p.17.

¹⁶²**Diário Carioca**. O máximo de jornal no mínimo de espaço. Cadernos da comunicação. Série Memória, vol.9. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003, p.17-18.

Carnaval, este criou uma coluna denominada “A Constituinte de Momo”, que ironizava os procedimentos governamentais¹⁶³.

Em 1932, Horácio de Carvalho Júnior assumiu o cargo de diretor-presidente – no qual se manteve durante grande parte da década de 1930 –, enquanto Macedo Soares passou a ficar responsável pela orientação política do jornal. Nesse mesmo ano, em fevereiro, o *Diário Carioca* sofreu um atentado, sendo sua causa, possivelmente, os ataques desferidos pelo jornal aos tenentes e à administração de Getúlio Vargas. À sede chegaram três caminhões de soldados, que fecharam o jornal, causando prejuízos materiais e ferindo funcionários. Assim, o periódico foi forçado a suspender sua circulação. Em abril, no entanto, o *Diário Carioca* voltou a circular, e Macedo Soares culpabilizou o governo pelo empastelamento¹⁶⁴. Ele acreditava que os militares haviam passado a encarar a Revolução como privilégio de uma classe social, sendo que a Revolução, de acordo com sua concepção, havia sido realizada com a finalidade de instaurar uma democracia livre, um regime civil voltado para os ideais da justiça social¹⁶⁵. Esse episódio marcou o claro posicionamento que se seguiu do jornal relacionado ao presidente da República e aos órgãos governamentais, característica que será vislumbrada em diversas publicações, e que traceja e explica o contexto político e as ideias que guiavam a linha editorial do *Diário Carioca*.

Em 1937 e 1938, essa guerra contra o regime provocou a intensificação da censura, levando o *Diário Carioca* a se submeter ao comedimento e limitação exigidos pelo governo¹⁶⁶. Nesse mesmo período, Vargas dissolveu o Congresso e outorgou uma nova Constituição, dando início ao Estado Novo, que não só acabou com o processo sucessório, mas também rompeu drasticamente com os valores e princípios do liberalismo e da democracia representativa¹⁶⁷. A operação de fechamento do Congresso foi executada por soldados da polícia do Distrito Federal, chefiadas por Filinto Müller¹⁶⁸ – que atuou

¹⁶³JUNQUEIRA, Maria Cecília da Costa. **Diário Carioca**: o jornal que mudou a imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011, p.101.

¹⁶⁴LEAL, Carlos Eduardo. *Diário Carioca*. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, p.3.

¹⁶⁵**Diário Carioca**. O máximo de jornal no mínimo de espaço. Cadernos da comunicação. Série Memória, vol.9. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003, p.20.

¹⁶⁶JUNQUEIRA, Maria Cecília da Costa. **Diário Carioca**: o jornal que mudou a imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011, p.122.

¹⁶⁷**Diário Carioca**. O máximo de jornal no mínimo de espaço. Cadernos da comunicação. Série Memória, vol.9. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003, p.28.

¹⁶⁸**Diário Carioca**. O máximo de jornal no mínimo de espaço. Cadernos da comunicação. Série Memória, vol.9. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003, p.28.

também como Chefe de Polícia, encarregado da administração do Gabinete de Pesquisas Científicas, no qual Epitácio Timbaúba foi diretor.

Ao longo da década de 1930 e a primeira metade da década de 1940, o Diário Carioca desenvolveu uma relação complexa com o governo, às vezes apoiando suas propostas, outras discordando, mas o embate que mais alimentou foi contra as forças armadas e suas interferências na vida cotidiana, como tentar decidir que diretrizes editoriais os jornais deveriam seguir e sobre quais assuntos deveriam tratar¹⁶⁹.

Com o fim do Estado Novo em 1945, o Diário Carioca adotou uma nova abordagem: a defesa do retorno ao regime democrático. O jornal passou a apoiar a campanha eleitoral de Eduardo Gomes (UDN), e a difamar seu oponente, Iedo Fiúza (PCB), candidato supostamente comunista. Além disso, o periódico deu continuidade a perseguição contra Vargas, o que não teve o efeito desejado, já que o candidato apoiado por ele, Eurico Gaspar Dutra, foi afinal o vencedor da eleição presidencial de 1945. Assim, indo de encontro a posição inicial desempenhada pelo jornal enquanto força oposicionista do governo, o Diário Carioca, com o tempo, passou oferecer apoio ao novo presidente¹⁷⁰.

No entanto, na eleição presidencial seguinte, seu suporte retornou ao candidato do Partido Social Democrático (PSD), simpatizando também com o concorrente da União Democrática Nacional (UDN), pois o jornal temia acima de tudo que a candidatura de Vargas fosse um perigo para a população¹⁷¹. Por isso, quando Getúlio finalmente retornou ao poder, o Diário Carioca adotou novamente uma postura de resistência à sua autoridade.

A década de 1950 trouxe, entretanto, um acontecimento que transformou o panorama político: o suicídio de Getúlio Vargas. Este episódio levou à ascensão do seu vice ao poder – Café Filho – e ao crescimento das expectativas por parte do Diário Carioca em obter benefícios mediante essa nova administração, porém ao não ter seus interesses atendidos, o jornal passou, novamente, a se alinhar ao Partido Social Democrático (PSD). Já nas eleições presidenciais de 1955, o Diário Carioca apoiou o resultado, a vitória de

¹⁶⁹LEAL, Carlos Eduardo. Diário Carioca. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, p.6.

¹⁷⁰LEAL, Carlos Eduardo. Diário Carioca. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, p.7.

¹⁷¹LEAL, Carlos Eduardo. Diário Carioca. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, p.7.

Juscelino Kubitschek, mas logo se decepcionou, já que o novo presidente não concedeu as vantagens materiais que esse o jornal esperava¹⁷². No que se refere ao posicionamento político do Diário Carioca ao longo dos períodos analisados, é possível observar uma certa mutabilidade, em uma tentativa de se adaptar às situações. O jornal buscou se alinhar às correntes políticas de acordo com seus próprios interesses, revelando uma tendência de agir conforme o contexto em que estava inserido.

Em 1961, Horácio de Carvalho Júnior vendeu o Diário Carioca, que depois foi revendido para Danton Jobim – nome que apareceu, durante algum tempo, nas capas do periódico sendo referenciado como “Diretor Redator-Chefe”. Durante esse período, devido à simpatia antiga já alimentada pelo general Henrique Teixeira Lott, o jornal passou a apoiar João Goulart durante todo o seu governo, que em troca, prestou auxílio material ao Diário Carioca. No entanto, a quantidade de tiragens começou a diminuir e sua circulação reduziu, perdendo a sua influência política. Esse processo se estendeu até 1965, quando em 31 de dezembro desse mesmo ano o Diário Carioca publicou seu último exemplar. O fechamento do jornal pode ser explicado à partir de duas perspectivas, a primeira diz respeito a ruptura com o que seria uma “tradição liberal udenista” e sua consequente adesão a uma “política trabalhista, onde se detectava até mesmo apoio ao governo João Goulart”. De outra parte, é possível que a própria estrutura do jornal seja o principal motivo do seu declínio¹⁷³.

É possível dividir o Diário Carioca em duas seções, a primeira composta pela categoria de jornalistas, e outra por um grupo que detinha o controle acionário da empresa. O Diário Carioca se alinhava com os interesses da elite econômica do país, se adaptando continuamente às necessidades e prioridades dessa classe, o que resultava em uma posição “fluida e imprecisa” por parte desse jornal. Além disso, dentro do periódico era possível observar duas demandas distintas disputando espaço, de um lado preocupações eminentemente jornalísticas da equipe, e do outro os interesses mais imediatos da direção, que acabavam por se sobrepor aos primeiros¹⁷⁴. Assim, a partir da análise do contexto político o qual o Diário Carioca não só estava inserido como

¹⁷²LEAL, Carlos Eduardo. Diário Carioca. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, p.8.

¹⁷³LEAL, Carlos Eduardo. Diário Carioca. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, p.8-9.

¹⁷⁴LEAL, Carlos Eduardo. Diário Carioca. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, p.9.

participava ativamente, pode-se concluir que ele foi um jornal liberal, cujas matérias e editoriais tinham como pano de fundo o interesse de seus proprietários¹⁷⁵. Apesar disso, esse jornal se posicionou sempre em defesa da “democracia, do voto popular, do funcionalismo público e de nascentes lideranças sindicais, além de incentivar todas as artes”¹⁷⁶. Ainda que respondesse a claros interesses empresariais, trabalharam nesse jornal muitas pessoas de esquerda; “dando início a uma prática muito comum na imprensa brasileira: patrão de direita, conservador ou liberal, pessedista ou udenista, empregado marxista, leninista, trotskista, maoísta, anarquista”¹⁷⁷.

Conforme apontado inicialmente, a presente pesquisa se propôs a analisar o Diário Carioca mediante duas perspectivas: seu editorial e sua formatação. Assim, já tendo sido abordado esse primeiro ponto, a formatação então, será o próximo aspecto a ser examinado. Nesse sentido, o jornal era dividido em seções, que eram classificadas de acordo com uma temática específica. Dessa forma, cada página era composta por reportagens que, em sua maioria, versavam sobre o mesmo assunto. Os temas dessas seções variavam entre notícias sobre a política e as discussões realizadas na Câmara e no Senado; questões sobre a economia e a bolsa de valores; cultura e coluna social; cinema; corrida de cavalo e apostas; esportes diversos e futebol; e, por fim, consideradas as matérias mais importantes para o estudo em questão, se encontravam, geralmente nas últimas páginas, os crimes. Na maior parte das edições analisadas, eram nas últimas folhas do Diário Carioca, que as matérias criminais estavam dispostas, e onde, inclusive, a coluna de Epitácio Timbaúba era publicada.

No que diz respeito à quantidade de folhas, estas dependiam do dia. Durante a semana, de terça a sábado, o Diário Carioca disponibilizava ao seu leitor um total de 12 páginas. No entanto, aos domingos, estas podiam variar de 16, 20, 24, até 32, 43, 56, ou mesmo 72 folhas, dependendo da edição. Às segundas-feiras, porém, o jornal não era publicado. Em comparação a outros periódicos da época, 12 páginas era um número consideravelmente inferior, o que levava a maioria das matérias a serem condensadas em

¹⁷⁵JUNQUEIRA, Maria Cecília da Costa. **Diário Carioca**: o jornal que mudou a imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011, p.25.

¹⁷⁶JUNQUEIRA, Maria Cecília da Costa. **Diário Carioca**: o jornal que mudou a imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011, p.25.

¹⁷⁷JUNQUEIRA, Maria Cecília da Costa. **Diário Carioca**: o jornal que mudou a imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011, p.60.

45 linhas¹⁷⁸. O Diário Carioca competia com jornais, que na época apresentavam um conteúdo muito vasto, não só em termos de reportagens, mas em número de páginas. Assim, surgiria o famoso slogan: “O máximo de jornal no mínimo de espaço”. Apesar do número reduzido de páginas, era um jornal bastante reconhecido e respeitado pela sua excelente formação de profissionais, considerado uma “grande escola de jornalismo”. Foi o veículo que implementou o manual de redação do professor Pompeu, que obrigava os jornalistas a serem modernos e atuais. A partir dessa formação, os repórteres foram capazes de superar a dificuldade da falta de espaço para publicação de matérias¹⁷⁹. O slogan, então, representava a superação de um obstáculo, e reafirmava a capacidade do Diário Carioca em se manter relevante, ainda que com poucas páginas.

Na primeira página encontravam-se as notícias principais, quase sempre inconcluídas, com a continuação em outras folhas. A capa do jornal era o seu rosto, e em seu cabeçalho eram encontradas as informações principais a respeito do Diário Carioca. O nome do jornal, em letras garrafais, se manteve durante toda a década de 1950, mas as informações complementares foram dispostas de maneiras distintas ao longo desse período. O nome de seu fundador, “J.E. de Macedo Soares”, se fez presente em todas as edições, já os nomes que ocupavam os cargos de Diretor Geral, Diretor Redator-Chefe e Diretor Gerente, as vezes apareciam outras não. O local da redação do jornal, “Praça Tiradentes, 77, Rio de Janeiro”, também foi uma informação que desapareceu no decorrer da década de 1950. A data, por outro lado, foi um elemento que se manteve, mas ao seu entorno a configuração se alterou, em alguns anos pode-se observar a presença do slogan “O máximo de jornal no mínimo de espaço”, em outros a situação climática do dia, outras vezes o número da edição do jornal. Embaixo do nome do periódico é possível encontrar também, em algumas publicações a frase de efeito “Um jornal do Rio para todo Brasil”.

¹⁷⁸**Diário Carioca.** O máximo de jornal no mínimo de espaço. Cadernos da comunicação. Série Memória, vol.9. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003, p.64.

¹⁷⁹**Diário Carioca.** O máximo de jornal no mínimo de espaço. Cadernos da comunicação. Série Memória, vol.9. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003, p.64.

FIGURA 20 – Cabeçalho da primeira página do jornal Diário Carioca dia 3 de janeiro de 1950



Fonte: **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 3 jan. 1950. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/33 >. Acesso em: 15 de fev. 2024.

FIGURA 19 – Cabeçalho da primeira página do jornal Diário Carioca dia 11 de janeiro de 1958



Fonte: **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 11 jan. 1958. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/39693 >. Acesso em: 15 de fev. 2024.

O preço de venda do Diário Carioca é, entretanto, uma questão a parte. Em 1950 o custo desse periódico era de 50 centavos de cruzeiro, estando seu preço estampado na primeira página do jornal, no cabeçalho, de forma bem visível, com letras garrafais. A partir de 1951, esse elemento perde seu destaque na capa e passa a, modestamente, ocupar um lugar ao lado da data, ainda mantendo o valor de 50 centavos de cruzeiro, mas aos domingos custando 1 cruzeiro. Já em 1952, esse valor sobe para 1 cruzeiro durante os dias da semana, o que se mantém até 1953. De 1954 a 1957 o preço deixa de estampar a capa e não foi encontrado disponível dentro do jornal. Em 1958 o preço retorna para a capa ao lado da data, custando 1,50 cruzeiros, e aos domingos 2 cruzeiros. No ano seguinte, 1959, essa informação é retirada novamente do título do jornal, que, no entanto, dobra de valor, passando a custar 3 cruzeiros durante a semana e 5 cruzeiros no domingo.

É possível traçar um comparativo com outros jornais da época, por exemplo, o Jornal do Brasil e A Noite, periódicos bastante populares na década de 1950. Em 1959, o Jornal do Brasil custava 2 cruzeiros durante a semana e 3 aos domingos, enquanto as publicações do jornal A Noite custavam 2 cruzeiros. Ao comparar com o Diário Carioca, os preços destes outros jornais são consideravelmente inferiores. Tendo em vista que o

jornal é um item de compra cotidiana, o seu valor deve ser quantificado em seu todo, e não apenas mediante sua diária, mas uma projeção do seu consumo mensal. Dessa forma, 1 cruzeiro de diferença durante 5 dias e 2 cruzeiros de diferença aos domingos, por um mês, tem sim um grande impacto no bolso do consumidor.

É a partir dessa perspectiva que o *Diário Carioca* é considerado um jornal destinado a um grupo específico, isto é, possivelmente uma elite, tanto financeira quanto intelectual. Nesse sentido, o periódico desfrutava de uma quantidade menor de leitores, o que pode ser afirmado devido à baixa quantidade de tiragens que possuía em paralelo a outros veículos de massa do período. Apesar disso, tinha uma influência considerável e contava com um grupo notável de jornalistas¹⁸⁰. Além de ter sido o precursor da implementação da reforma editorial brasileira¹⁸¹.

Até a década de 1950, vigorou no Brasil a chamada “Imprensa de Opinião”, que se caracterizava por pequenas empresas com “capitais e negócios limitados e gestão improvisada, primando por suas posições políticas”. Essa imprensa era particularmente política e apaixonada, “ultrapassando a simples função de “espelho da realidade” para tornar-se um instrumento ativo de opinião pública.”. Cada jornal se dirigia a um tipo e específico de público “e o jornalismo era quase que um exercício literário.”. Principalmente durante o período republicano de 1889 a 1930, a “Imprensa Escrita Quotidiana” desempenhou um papel fundamental no cenário político. No entanto, a partir da década de 1950 essa imprensa sofre algumas modificações, o “jornal de opinião” é substituído por uma nova forma de manifestação conhecida como “Imprensa de Informação”, que vai de encontro aos aspectos políticos e ideológicos marcantes da imprensa no período anterior: “O julgamento crítico vai sendo substituído pela pretensa “objetividade”. É nessa época também que surge a “Imprensa Sensacionalista Popular”, que se destacava pela cultura da violência e pela “dramatização do cotidiano”, com títulos compridos, muitas ilustrações e “textos condensados”. Nesse contexto inicia-se também a concentração das empresas jornalísticas a partir do surgimento de grandes

¹⁸⁰JUNQUEIRA, Maria Cecília da Costa. *Diário Carioca*: o jornal que mudou a imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011, p.10.

¹⁸¹*Diário Carioca*. O máximo de jornal no mínimo de espaço. Cadernos da comunicação. Série Memória, vol.9. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003, p.102.

grupos de Imprensa, de forma simultânea ao desaparecimento dos pequenos jornais políticos¹⁸².

A partir da década de 1950 o modo de fazer imprensa no Brasil foi alterado de forma substancial. Esse período foi marcado por uma série de transformações nas técnicas e métodos de construção de uma notícia. O precursor deste movimento foi o jornal *Diário Carioca*, tendo sua redação liderada por Pompeu de Souza, que havia trazido dos Estados Unidos uma visão da “imprensa moderna”, modificando a estrutura do veículo e, posteriormente, de toda imprensa brasileira¹⁸³. Foi no carnaval de 1950 que Pompeu criou o primeiro manual da Imprensa Brasileira, chamado de *style book*, ele se baseava no modelo estadunidense e misturava ideias dos jornais ingleses e franceses. Esse manual foi batizado de Regras de Redação do *Diário Carioca*, e tinha como um de seus objetivos a eliminação do “nariz-de-cera”, ou seja, a contextualização demorada da notícia, que adiava a apresentação do assunto principal. A intenção fundamental era estabelecer uma redação objetiva, por isso, foram implementadas técnicas de *lead*, *sublead* e *copy-desk*¹⁸⁴.

Antes disso era comum que a primeira página estivesse repleta de matérias interrompidas, as vezes até mesmo no meio da frase, e que sua continuação se encontrasse nas folhas seguintes. Com a revolução editorial, o *lead* e o *sublead* substituíram as matérias “quebradas” na primeira página, permitindo que o periódico apresentasse uma maior variedade de assuntos, além de tornar o layout menos confuso visualmente. O *lead* e *sublead* são conceitos do jornalismo usados para referenciar as partes da reportagem. O *lead* é a abertura da matéria, sendo responsável por introduzir o leitor no assunto e despertar seu interesse, para que ele dê continuidade à leitura¹⁸⁵. Enquanto isso, o *sublead* é o parágrafo imediatamente após o *lead*, contendo informações complementares as fornecidas previamente, colaborando para a contextualização da reportagem. Já o *copy desk* é uma função dentro da redação do jornal, incumbida de revisar as matérias dos

¹⁸²ZICMAN, Renée Barata. **História através da imprensa**: algumas considerações metodológicas. Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 4, 2012, p.91-92.

¹⁸³**Diário Carioca**. O máximo de jornal no mínimo de espaço. Cadernos da comunicação. Série Memória, vol.9. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003, p.99.

¹⁸⁴MACHADO, Izamara Bastos. **A reforma do Diário Carioca na década de 1950**. In: Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 1., 2003, Rio de Janeiro. Anais do Primeiro Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Rio de Janeiro: 2003, p.8.

¹⁸⁵MACHADO, Izamara Bastos. **A reforma do Diário Carioca na década de 1950**. In: Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 1., 2003, Rio de Janeiro. Anais do Primeiro Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Rio de Janeiro: 2003, p.7-10.

jornalistas, tanto para corrigir os erros, como para uniformizar as reportagens¹⁸⁶. Assim, foi sendo criado um estilo “onde o humor e a concisão eram características marcantes.”¹⁸⁷.

Nesse sentido, o *Diário Carioca* eliminou da redação artifícios estilísticos que obrigavam os jornalistas a escrever com uma linguagem muito rebuscada e culta, o que tornava as reportagens arrastadas e de difícil compreensão¹⁸⁸. E com isso, algumas produções se tornaram características desse veículo; os títulos criativos ou ácidos, as siglas para nomes de personalidades importantes, o colunismo, o jornalismo literário, o suplemento infantil e o feminino, a busca por interação com o leitor, os prêmios, concursos e uma “incipiente ‘cobertura de cidade’”, além das fotos recortadas e o uso de cores¹⁸⁹. Pompeu de Souza também havia inaugurado o “uso expressivo de dois pontos, parênteses e ponto e vírgula; introduziu também abreviaturas e acabou com a obrigatoriedade do artigo nos títulos.”¹⁹⁰.

A “objetividade jornalística” se tornou, então, o critério para definir a qualidade de um texto, sendo entendida como uma norma que exige a criação de um texto imparcial e conciso, o qual transmita a informação ou o “fato”, de maneira mais direta, estabelecendo uma conexão imediata entre a fonte e o receptor da notícia. Conforme as concepções norte-americanas, o repórter deveria transmitir e não interpretar, fornecendo ao leitor todos os dados do acontecimento, sem emitir opinião¹⁹¹. No entanto, como foi apresentado no início deste capítulo, a ideia de uma imprensa neutra e isenta, não é factível. Afinal, como foi observado inclusive pela análise da história do *Diário Carioca*, um jornal é moldado não apenas pela época em que foi publicado, mas também por seus próprios interesses, pelas ideias e desejos de seus proprietários e financiadores, e até mesmo pelo tipo de jornalista que compunha o seu corpo editorial.

¹⁸⁶JUNQUEIRA, Maria Cecília da Costa. *Diário Carioca*: o jornal que mudou a imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011, p.226.

¹⁸⁷MACHADO, Izamara Bastos. **A reforma do Diário Carioca na década de 1950**. In: Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 1., 2003, Rio de Janeiro. Anais do Primeiro Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Rio de Janeiro: 2003, p.9.

¹⁸⁸JUNQUEIRA, Maria Cecília da Costa. *Diário Carioca*: o jornal que mudou a imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011, p.14.

¹⁸⁹JUNQUEIRA, Maria Cecília da Costa. *Diário Carioca*: o jornal que mudou a imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011, p.19.

¹⁹⁰MACHADO, Izamara Bastos. **A reforma do Diário Carioca na década de 1950**. In: Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 1., 2003, Rio de Janeiro. Anais do Primeiro Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Rio de Janeiro: 2003, p.10.

¹⁹¹MACHADO, Izamara Bastos. **A reforma do Diário Carioca na década de 1950**. In: Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 1., 2003, Rio de Janeiro. Anais do Primeiro Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Rio de Janeiro: 2003, p.11.

É comum em estudos que se utilizam da imprensa como fonte para pesquisas históricas, que as informações contidas nesses veículos sejam consideradas registros inquestionáveis de seu tempo, aceitas sem a realização de qualquer análise crítica. Esse problema foi considerado bastante relevante para a pesquisa em questão, e, como abordado no início do capítulo, o objetivo é tentar evitar esse descuido. Por isso, tendo em vista que o Diário Carioca é a fonte na qual os escritos de Epitácio Timbaúba se encontram publicados, se fez necessária a sua investigação. Assim, o jornal foi examinado a partir de duas perspectivas, a primeira concernente ao seu editorial, isto é, a conjuntura política na qual estava inserido, o contexto de sua fundação, a ideologia defendida por ele ao longo de sua trajetória, a história de seu desenvolvimento, os percalços sofridos pelo periódico, a quais interesses e a quem o veículo respondia. A segunda, foi em relação à formatação; como era a divisão estrutural do Diário Carioca, quais eram as seções temáticas dele, a quantidade de folhas que o periódico tinha, o número de tiragens, a qual público ele era dirigido, questões de formatação, layout e editorial, e, sobre a revolução editorial impulsionada por esse jornal. Estes tópicos foram abordados e analisados a fim de inserir a fonte em um contexto histórico mais amplo, mas também, com o propósito de conhecer e compreender a estrutura na qual está inserida a coluna que será investigada posteriormente.

A partir das preocupações aqui apontadas no que concerne à utilização da fonte jornalística na pesquisa histórica, o presente capítulo foi construído com o intuito de promover uma análise mais direcionada dessa documentação, examinando as questões que a cercam, tanto estruturalmente, em sua formatação, quanto ideologicamente, no seu editorial. Nesse sentido, o primeiro e o segundo capítulo tiveram caráter introdutório, com a finalidade de apresentar, primeiramente, o autor da coluna que será a principal fonte desta pesquisa, e, depois, o jornal onde estes textos foram veiculados. Ao analisar nessas duas partes tanto a trajetória de Epitácio Timbaúba, como o Diário Carioca, a intenção foi disponibilizar as ferramentas necessárias para a análise que será feita, a seguir, das colunas de Epitácio Timbaúba.

4.0 As colunas de Epitácio Timbaúba no jornal Diário Carioca ao longo da década de 1950

O presente capítulo foi resultado da realização de um levantamento quantitativo extensivo das crônicas de Epitácio Timbaúba da Silva publicadas, quase que diariamente, no jornal Diário Carioca ao longo de toda a década de 1950. Mediante a análise desse material foi possível observar a presença recorrente de determinados temas, e algumas questões específicas que apareciam de acordo com as épocas do ano. O objetivo desse capítulo, então, é construir linhas de análise capazes de abordar e examinar as temáticas e discussões propostas por Epitácio em suas crônicas.

Vale destacar que os textos publicados pelo ex-policia! não possuíam caráter informativo, tal qual uma reportagem, mas se comportavam, na verdade, como um tipo de crônica, ou resenha crítica onde Epitácio Timbaúba discorria sua opinião sobre os assuntos em voga no período, sem contextualizá-los ou explicar a situação para o leitor, apenas oferecendo suas percepções, suas observações e, na maioria das vezes, suas críticas. Assim, por se tratar de fontes com posicionamentos muitas vezes bastante explícitos, será necessário aplicar a metodologia apresentada no capítulo anterior para que essa documentação possa ser analisada de forma a não comprometer a credibilidade do presente estudo.

É preciso lembrar que, em 1950, Epitácio Timbaúba da Silva era um ex-policia!, ex-diretor do Gabinete de Pesquisas Científicas e perito, que escrevia crônicas sobre assuntos cotidianos envolvendo a polícia e a cidade do Rio de Janeiro. Portanto, ao iniciar a leitura deste capítulo, é preciso ter em mente que o material aqui trabalhado possui um viés próprio. Obviamente, Timbaúba escreve para um público bem particular que se vê representado em suas reflexões e comentários ácidos. Até mesmo porque, o autor vem de um contexto extremamente específico, trazendo visivelmente em sua bagagem intelectual, a defesa de valores e ideologias particulares, defendendo grupos específicos e disputando um determinado campo de saber.

As colunas podem ser divididas em seis tópicos principais. O primeiro tema é “carnaval”, no qual estão inseridos problemas como canções criticando o governo, o comportamento desregrado e imoral da população e a falta de policiamento adequado. O segundo item, “crimes”, engloba as discussões de Epitácio Timbaúba sobre a necessidade de policiamento ostensivo adequado na cidade, vadiagem, mendicância, drogas e

aumento do número de crimes. Em terceiro, “atuações policiais”, reúne as críticas às técnicas periciais empregadas pela polícia, a relação entre os policiais e a população, e certas ações específicas da polícia consideradas inadequadas pelo autor. Por fim, o último tópico a ser abordado pela presente pesquisa é “cidade”, que abrange apontamentos sobre as transformações estruturais e sociais sofridas pela cidade e as ações policiais mediante essas novas situações, problemas envolvendo os transportes públicos (bondes, ônibus e trens), o aumento excessivo do número de carros e o despreparo da cidade para lidar com as mudanças do trânsito.

Em quinto e sexto lugar estão assuntos como “política”, onde o autor aborda questões como censura (de filmes, músicas), eleições e combate ao comunismo; e “questões institucionais e estruturais da polícia”, como mudanças de cargos – demissões e admissões de delegados, investigadores, chefes de polícia – criação de novos órgãos policiais, críticas a instituições existente ou a falta de instituições adequadas para determinadas questões, discussões sobre a função de cada repartição policial e disputas internas entre agências policiais distintas. Estes dois últimos temas não foram, porém, desenvolvidos pelo trabalho em questão. Isto porque, apesar da importância de todos esses tópicos para o estudo da polícia da década de 1950, nem todos são pertinentes para a presente pesquisa tendo em vista os objetivos propostos inicialmente.

Nesse sentido, buscou-se priorizar a análise da polícia através de um viés sociológico, investigando as relações cotidianas dos policiais com os indivíduos da sociedade. Por isso, questões relacionadas a polícia política, estrutura de órgãos policiais e organização burocrática da polícia não foram selecionados. Vale esclarecer que, ainda que a pesquisa não aborde esses assuntos, ela abre espaço para questionamentos relevantes para o estudo da polícia da década de 1950, viabilizando a construção de outras narrativas, outros trabalhos que dissertem sobre a prática policial, as relações entre as diferentes corporações e disputas internas entre as instituições. Assim, ainda que não seja a intenção desta pesquisa, acredito que ela poderá fomentar novos debates no campo da História da Polícia.

Desse modo, conforme explicado, este trabalho manteve um direcionamento sociológico e optou por desenvolver questões envolvendo as relações diárias entre a polícia, os cidadãos e a cidade. Para isso, então, foi utilizado a noção de “configuração” elaborada por Norbert Elias. Esse conceito refere-se a ideia de que os seres humanos são ligados por redes de interdependências: “Elas formam o nexos do que é aqui chamado

configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes.”. Sob essa perspectiva, as pessoas são dependentes umas das outras, seja por causas naturais, seja por processos sociais, e elas existem apenas como pluralidades, como parte das configurações sociais. O conceito de configuração, então, traduz mais claramente a ideia de sociedade, definindo-a como a rede de interdependências formada pelos indivíduos¹⁹².

Assim como as configurações sociais são formadas por redes de interdependência entre indivíduos, as configurações policiais são construídas por relações entre a polícia, a população e diversas outras esferas. Isso significa que a atuação policial não ocorre isoladamente, mas sim dentro de um contexto social mais amplo. Além disso, o conceito de configuração possibilita também o entendimento da polícia enquanto entidade que se modificou ao longo do tempo em resposta as transformações sociais, políticas, culturais e até mesmo urbanas de uma sociedade. Esse conceito ainda permite examinar o papel da polícia na manutenção da ordem ou da paz, na mediação de conflitos cotidianos, já que a polícia não precisa ser entendida somente como um sistema de controle, mas como agentes que interagem com as necessidades e demandas dos cidadãos, refletindo a dinâmica entre indivíduos e grupos sociais.

Os apontamentos trazidos são significativos para a construção das análises posteriores. Portanto, este capítulo foi estruturado com base nos principais tópicos das colunas de Epitácio Timbaúba no Diário Carioca, tendo sido dividido em quatro partes: “atuações policiais”, “carnaval”, “crimes” e “cidade”. Cada uma dessas crônicas foi examinada mediante suas especificidades, considerando as questões e problemáticas existentes em cada tema. Além disso, o objetivo deste capítulo é analisar estes textos elaborando reflexões sobre a atuação policial na década de cinquenta.

4.1 A polícia e o carnaval

De acordo com Robert Reiner, a principal função da polícia é a manutenção da ordem, e o papel específico desempenhado pelos policiais nessa atividade é o de especialistas em coerção¹⁹³. Para um policiamento ser bem-sucedido é preciso que o uso

¹⁹²ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos trajes. Volume 1. Tradução: Ruy Jungmann. 2º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p.249.

¹⁹³REINER, Robert. **The politics of the police**. 4º ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, p.174.

da força seja minimizado, porém, este continua a ser um recurso especializado da polícia, isto é, o seu papel distintivo na ordem política¹⁹⁴. Sob a mesma perspectiva, Egon Bittner aponta que a maior parte dos recursos da polícia se encontra alocada para a manutenção da paz, o que ele define como a atuação policial que tem por objetivo “encontrar soluções permanentes ou provisórias para problemas que requerem atenção apenas da própria polícia”. O ponto central da manutenção da paz diz respeito ao enfrentamento de “emergências críticas e desastres de toda espécie”. Ao tentar cumprir essa tarefa, os policiais são envolvidos em operações de todo tido, porém sua atribuição mais urgente é impedir “o caos, a violência e o pânico: manter a ordem”¹⁹⁵.

No entanto, definitivamente a atuação policial pode se tornar mais dificultosa se as circunstâncias não permitirem uma ação efetiva e eficiente. Isto significa que, dependendo da situação, do contexto em que se encontram os indivíduos, a polícia precise fazer um esforço maior de manutenção da ordem ou da paz, na tentativa de evitar o descontrole popular. Determinados cenários não oferecem um ambiente propício para a atividade policial, e impedir o caos, a violência e o pânico se torna uma tarefa complexa. Lidar com “malandros”, “vagabundos”, “trapaceiros” e o que Reiner definiu como “população das ruas”¹⁹⁶ se torna muito mais problemático quando estão todos reunidos em um mesmo evento: o Carnaval.

As ruas do Rio de Janeiro já não eram consideradas locais favoráveis para a ação da polícia durante os dias típicos, no carnaval então, onde a população não era facilmente contida, onde a bebida e o uso de drogas preenchiam as lacunas sociais, os policiais precisavam optar por redobrar sua atenção e ampliar o seu esforço de trabalho, ou se tornarem mais maleáveis aos episódios que surgissem durante o período de festas.

Segundo Da Matta, o “domínio do extraordinário” no Brasil, ou seja, eventos que rompem com o cotidiano, são divididos em dois tipos: previstos ou imprevistos. A primeira categoria pode ser constituída por eventos altamente ordenados, dominados pelo planejamento, pelo respeito e obediência às regras, mas também pode ser formado por situações em que predominam a brincadeira, diversão e licença, um momento em que as normas sociais são temporariamente suspensas. O carnaval é a ocasião na qual o

¹⁹⁴REINER, Robert. **The politics of the police**. 4º ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, p.32.

¹⁹⁵BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2017, p.34.

¹⁹⁶REINER, Robert. **The politics of the police**. 4º ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, p.173.

comportamento é dominado pela liberdade “decorrente da suspensão temporária das regras de uma hierarquização repressora.”¹⁹⁷.

O carnaval é entendido como um dos momentos de rompimento da rotina com a vida diária, onde a inversão do comportamento cotidiano permite que os sujeitos ingressem em um contexto “onde tudo é possível”¹⁹⁸. Conforme Da Matta explicita, essa “inversão carnavalesca” funciona como um princípio que suspende temporariamente a “classificação precisa das coisas, pessoas, gestos, categorias e grupos no espaço social, dando margem para que tudo e todos possam estar deslocados”¹⁹⁹. É justamente pela sua capacidade de “colocar tudo de fora do lugar” que o carnaval é frequentemente associado a uma grande “loucura” ou “ilusão”²⁰⁰. A “transformação” que o carnaval traz é exatamente a da hierarquia presente na vida social, criando uma retenção passageira e limitada das desigualdades do cotidiano, permitindo que os indivíduos aproveitem esse momento efêmero onde as divisões sociais se tornam turvas²⁰¹. Tendo tudo isso em vista, o questionamento que resta gira em torno da atuação policial durante essas festividades. Como garantir a ordem e a paz em um contexto onde a inversão simbólica da ordem se faz presente?

4.1.1 O silêncio do povo é a voz da polícia

Ainda que este seja um questionamento válido, a presente pesquisa não tem o objetivo de respondê-lo. Entretanto, este foi um assunto bastante discutido por Epiácio Timbaúba em seus textos publicados no *Diário Carioca* ao longo da década de 1950. Em diversos deles o autor buscou tentar responder a essa pergunta, e sua opinião sobre a atuação policial durante o carnaval era quase sempre a mesma: “Seria necessário um verdadeiro exército de policiais para manter, sob constante vigilância” a cidade²⁰². Ou seja, para ele, a manutenção da ordem e da paz durante o carnaval é, para dizer o mínimo,

¹⁹⁷DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6° ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p.171.

¹⁹⁸BABO, Lamartine. O carnaval como um rito de passagem. In: DA MATTA, Roberto. **Ensaio de antropologia estrutural**. 2° ed. Petrópolis: Vozes, 1973, p.32.

¹⁹⁹DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6° ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p.171.

²⁰⁰DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6° ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p.171.

²⁰¹DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6° ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p.171.

²⁰²TIMBAÚBA, Epiácio. Um Viva! **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 21 fev. 1953.

uma tarefa pouco possível. Esse tema ocupou boa parte das crônicas de Timbaúba para o jornal. Todo início de ano era praticamente igual, até março uma quantidade considerável de publicações era direcionada a este tópico. Assim, mesmo que alguns conteúdos se repitam, algumas reclamações mantenham-se constantes, e certas questões permaneçam irresolutas, estas crônicas levantam pontos interessantes para a análise dos problemas envolvendo a polícia e o carnaval ao longo da década de cinquenta.

Com isso, existe uma noção fomentada pelo senso comum de que o ano só começa verdadeiramente após o carnaval, e assim, o período que o precede transcorre carregado de um sentimento de expectativa, uma sensação de algo que ainda está por vir. Timbaúba exemplifica bem esse clima ao descrever a “temporada carnavalesca”, afirmando que apesar da folia durar apenas três dias, esta já ocupava a “atenção do povo desde o romper do novo ano que é em geral festejado ao som de músicas carnavalescas.”²⁰³. Nesse sentido, o autor ainda declara que facilitar a promoção dessa festa, e possibilitar que ela seja a melhor possível é “ir ao encontro dos desejos da quase unanimidade da população”, e, também, “prestar um grande serviço aos que esperam com ansiedade os três dias e as quatro noites para zombar da dôr, rir da miséria, ridicularizar do sofrimento, esquecendo-se de tudo, inclusive das tremendas dificuldades de viver.”²⁰⁴.

Essa crônica elucida muito bem a teoria apresentada anteriormente, já que apresenta o carnaval como um momento de fuga, de suspensão das dores do cotidiano, de tentativa de esquecimento das mazelas que cercam o povo. Uma festa necessária para a sociedade brasileira, que anseia pelo esquecimento, pela folia, pela “ilusão”. Lamartine Babo descreve esse evento como a ruptura com a rotina²⁰⁵, o que permitiria, então, que a população liberasse as tensões e frustrações acumuladas.

Apesar do carnaval ser considerado um período de descontração, ele é levado muito a sério pelos foliões, sendo, portanto, também a ocasião na qual o povo aproveita para criticar de forma “humorada” problemas sociais, políticos e até mesmo econômicos enfrentados pela sociedade. Muitas vezes essas críticas eram mascaradas em músicas com ritmos alegres e divertidos, conhecidas como marchinhas. Para Epitácio, este era um comportamento comum, “a irreverência do carioca, esta crítica mordaz que êle faz aos

²⁰³TIMBAÚBA, Epitácio. Carnaval e polícia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 6 jan. 1952.

²⁰⁴TIMBAÚBA, Epitácio. Carnaval e polícia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 6 jan. 1952.

²⁰⁵BABO, Lamartine. O carnaval como um rito de passagem. In: DA MATTA, Roberto. *Ensaio de antropologia estrutural*. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1973, p.32.

seus algozes, satirizando-os em versos e piadas, anedotas e gracejos, torna-se mais decisiva durante as festas carnavalescas.”²⁰⁶. Ele considera o ato de escrever uma canção uma forma de denúncia do “povo iludido em sua ingenuidade permanente por promessas jamais cumpridas.”, podendo a população assim distrair-se e vingar-se: “dança e pula ao mesmo tempo que se queixa e tira a forra, canta e grita seu protesto e sua dôr. Sempre foi assim”²⁰⁷.

No entanto, essas canções podiam despertar o incômodo de indivíduos que tivessem seus erros disseminados na “boca do povo”. Um desses casos ocorreu, de acordo com Epitácio, no carnaval de 1952, quando uma música intitulada “Ele disse...”, que narrava as promessas não cumpridas de Getúlio Vargas foi vetada pela “célebre Censura policial”²⁰⁸. Timbaúba considera esta proibição uma hipocrisia já que esta é a mesma censura policial que “permite espetáculos imorais, que consente na exibição de filmes que envenenam os espíritos fracos, que autoriza exposições de nus ridículos, que só servem para despertar os sentimentos baixos de indivíduos inferiores.”²⁰⁹. Apesar de não ter sido possível localizar a canção mencionada pelo texto, nem mesmo encontrar sua letra, o que de relevante pode-se inferir a partir da leitura desta crônica, é que Epitácio Timbaúba reconhece e o caráter popular do carnaval, assim como sua força política, e defende este como um meio viável de manifestação dos desejos e repulsas do povo. Para tanto, ele utiliza como recurso argumentativo o resgate de marchinhas antigas que criticavam governos anteriores como do militar Hermes da Fonseca e Epitácio Pessoa, e que nem por isso foram censuradas²¹⁰.

Vale destacar, porém, que o contexto político do início da década de 1950 não era muito favorável para Vargas, afinal após sua deposição, em 1945, sua imagem ficou bastante desgastada e muitas camadas da sociedade perderam a segurança em sua autoridade. Por isso, quando Getúlio venceu a eleição e assumiu o poder em 1951, o seu governo foi marcado por uma certa instabilidade, devido à falta de confiança das elites civis e militares em relação à sua administração. Essa crise de confiança pode ser atribuída a incapacidade de o sistema partidário gerir sua diversidade interna e instituir governos. Além disso, o medo do comunismo permeava o período e as relações, que eram marcadas

²⁰⁶TIMBAÚBA, Epitácio. “Ele disse...”. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 3 jan. 1952.

²⁰⁷TIMBAÚBA, Epitácio. “Ele disse...”. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 3 jan. 1952.

²⁰⁸TIMBAÚBA, Epitácio. “Ele disse...”. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 3 jan. 1952.

²⁰⁹TIMBAÚBA, Epitácio. “Ele disse...”. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 3 jan. 1952.

²¹⁰TIMBAÚBA, Epitácio. “Ele disse...”. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 3 jan. 1952.

pela desconfiança de que o Governo não fosse capaz de preservar e respeitar a ordem constitucional²¹¹. Assim, essa “crise de desconfiança” criou condições para que as suspeitas contra o Presidente fossem exploradas de forma sensacionalista: “Amplamente divulgada, essa campanha vem abalar ainda mais a estabilidade governamental.”²¹².

Assim, as críticas extrapolam o ambiente político e partidário e tomam conta das ruas, principalmente durante o carnaval. Dando prosseguimento a esse assunto, Epitácio continua a repudiar a censura que as marchinhas vinham sofrendo no carnaval de 1952. De acordo com uma outra crônica, o chefe de Polícia havia publicado as instruções para o carnaval, e nela havia a maior liberalidade, como ele já tinha prometido, autorizando diversas coisas que estavam sendo proibidas desde 1931, como; o livre uso de bebidas alcoólicas, a utilização do lança-perfume em locais fechados e até mesmo a liberação de determinadas “roupas de banho”²¹³. Para Timbaúba este era o maior ultraje, que a polícia consentisse com a “imoralidade” enquanto impedia o público de praticar “aquilo que a Carta Magna autoriza claramente”, a liberdade de se expressar.

O povo, entretanto, não é mero participante passivo nessa história, ele possui agência. Em sua última crônica sobre este assunto, Epitácio Timbaúba traz a participação popular para a discussão, afirmando que “O carioca, habituado na sua festa máxima a criticar, a ironizar aqueles que caíram em seu desagrado, não iria subordinar-se a uma proibição que não se apoia em qualquer dispositivo legal”²¹⁴. De acordo com o autor, a população não contente com a proibição da música reagiu²¹⁵, e aparentemente uma “queremista desiludida” – defensora de Getúlio Vargas – enviou para o Correio da Manhã uma paródia da música “retrato do velho”²¹⁶. Primeiramente, é importante apresentar esta música. A canção “O Retrato do Velho” foi uma marchinha que celebrava o retorno de Getúlio Vargas à presidência em 1951, bastante repercutida, esta foi classificada como

²¹¹D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2º ed. São Paulo: Ática, 1992, p.37.

²¹²D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2º ed. São Paulo: Ática, 1992, p.31.

²¹³TIMBAÚBA, Epitácio. Nada de crítica. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 fev. 1952.

²¹⁴TIMBAÚBA, Epitácio. Já começou. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 12 fev. 1952.

²¹⁵TIMBAÚBA, Epitácio. Já começou. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 12 fev. 1952.

²¹⁶Tira o retrato do velho. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 fev. 1952.

uma das “canções mais emblemáticas” desse ano²¹⁷. Considerada um grande sucesso no carnaval, foi a terceira música mais executada nas rádios no ano de 1951²¹⁸.

O contexto dessa composição relaciona-se ao retorno de Getúlio Vargas de maneira democrática ao poder depois de ter renunciado em 1945. O tema da marchinha diz respeito a prática instituída por Vargas durante o Estado Novo (1937-1945) de fixar o seu retrato nas paredes das repartições públicas²¹⁹. A letra, então, fala sobre botar o “retrato do velho” outra vez no mesmo lugar porque “o sorriso do velhinho faz a gente trabalhar”. Além de claras tentativas de associação da figura de Vargas a noção de “experiente” com a expressão “velho” e a ideia de “bonzinho” com o diminutivo da mesma palavra, a música ainda evoca a política trabalhista do presidente, relembrando o apoio dos trabalhadores à Getúlio e suas ações em favor da consolidação dos direitos trabalhistas²²⁰.

Apesar de ter sido sucesso em 1951, no carnaval de 1952 as coisas estavam diferentes, e o jornal *Correio da Manhã* publicou uma paródia da marchinha “O Retrato do Velho” intitulada “Tira o retrato do velho”, onde estava presente “a revolta daqueles que estão entregues à ganância dos proprietários, a extorsão de negociantes desonestos, à exploração dos concessionários de meios de transporte.”²²¹. Abaixo está a matéria referenciada por Eptácio em sua coluna:

²¹⁷SILVA, Davi Costa da. *Ethé discursivos de Getulio Vargas construídos nas marchinhas Gê-Gê (Seu Getulio) (1931) e O Retrato do Velho (1951)*. 2023. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Texto) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023, p.9.

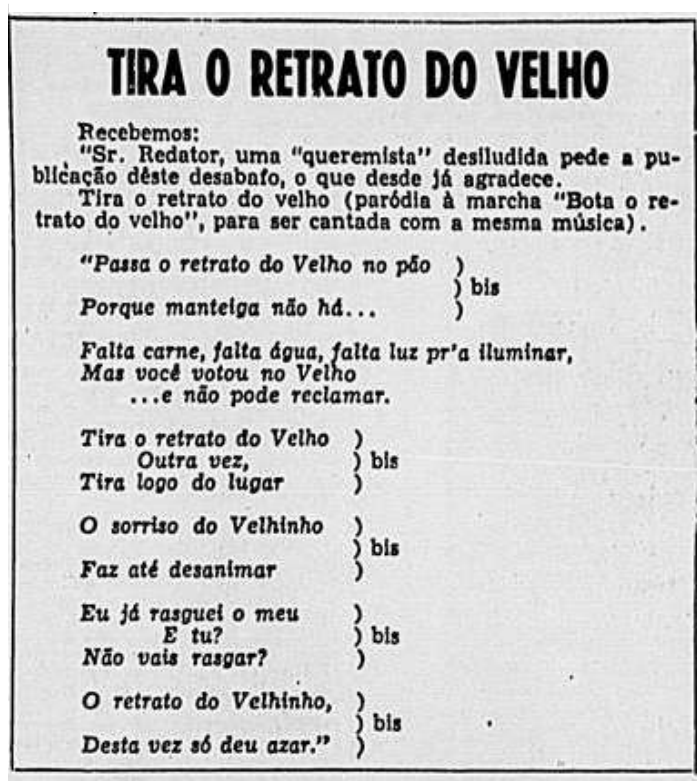
²¹⁸SILVA, Davi Costa da. *Ethé discursivos de Getulio Vargas construídos nas marchinhas Gê-Gê (Seu Getulio) (1931) e O Retrato do Velho (1951)*. 2023. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Texto) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023, p.9.

²¹⁹SILVA, Davi Costa da. *Ethé discursivos de Getulio Vargas construídos nas marchinhas Gê-Gê (Seu Getulio) (1931) e O Retrato do Velho (1951)*. 2023. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Texto) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023, p.18.

²²⁰SILVA, Davi Costa da. *Ethé discursivos de Getulio Vargas construídos nas marchinhas Gê-Gê (Seu Getulio) (1931) e O Retrato do Velho (1951)*. 2023. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Texto) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023, p.36.

²²¹TIMBAÚBA, Eptácio. Já começou. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 12 fev. 1952.

FIGURA 21 – Paródia “Tira o retrato do velho” publicada pelo Correio da Manhã



Fonte: Tira o retrato do velho. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 fev. 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842_06/15279>. Acesso em: 15 de jul. 2024.

De acordo com Epitácio, esta paródia fez tanto sucesso que foi cantada nas batalhas realizadas nos clubes recreativos: “o entusiasmo dos foliões a cantarem a letra da esplêndida parodia logo que as orquestras tocavam a marchinha saltitante. E com que fôrça cantavam!”²²². Para concluir as crônicas com a temática da censura das marchinhas carnavalesca, Timbaúba finaliza esta última ironizando a falta de conhecimento psicológico do chefe de polícia, pois caso este “conhecesse mais a fundo a alma do povo, estivesse mais em contato com as necessidades dos que trabalham, jamais teria tomado uma medida tão antipática”, afinal: “tudo que é proibido é cobiçado. Basta que se proíba e a vontade de fazer, de praticar o que é vedado surge desde logo.”²²³. Finaliza, então, com uma provocação ao presidente: “Que o sr. Getúlio agradeça ao seu chefe de Polícia o desconhecer à psicologia do povo, principalmente a do carioca.”²²⁴.

²²²TIMBAÚBA, Epitácio. Já começou. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 12 fev. 1952.

²²³TIMBAÚBA, Epitácio. Já começou. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 12 fev. 1952.

²²⁴TIMBAÚBA, Epitácio. Já começou. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 12 fev. 1952.

4.1.2 Rima, mas não combina: moral e carnaval

Conforme a leitura e análise dos textos de Epitácio se estendem, é possível visualizar quase sempre a presença de uma “moral altíssima” em suas crônicas, onde o comportamento entendido como antiético, imoral ou mesmo ilegal é reprovado independente de quem o cometa. Apesar do autor ter opiniões e textos muitas vezes contraditórios entre si – talvez como qualquer outra pessoa, que altera suas concepções e ideias ao longo da vida –, acredito que seja possível estabelecer que acima de tudo Epitácio Timbaúba vai defender quase constantemente em suas colunas a moral, a “verdade absoluta”, as “famílias respeitáveis” e os “bons costumes”.

É mediante essa perspectiva que o carnaval vai ser, para Epitácio, um momento de dualidade, pois ao mesmo tempo que ele o compreende como a “festa do povo, alegria de todos” é também o momento em que os “depravados” aproveitam para impor os seus “hábitos imorais”²²⁵. Nesse sentido, em suas crônicas, ele alertava aos foliões para “não confundir Carnaval com depravação”²²⁶. Palavras que denotam um julgamento de caráter como “imoralidade”, “depravados” entre outras, são bastante utilizadas pelo autor. E vale destacar que o seu juízo de valor possui um fundo histórico bem conhecido. Epitácio é uma figura que vai se utilizar do seu espaço no jornal para defender noções de evolução e progresso, incentivando a necessidade de modernizar a cidade, muitas vezes a qualquer custo. E para viabilizar essa “modernidade”, o autor vai propor ideias quanto a intervenções policiais em determinadas áreas consideradas “antros de classes perigosas” e práticas de vigilância, para controlar, neutralizar e pacificar esses indivíduos.

Esse tipo de discurso apresenta a influência de teorias bastante repercutidas ao longo do século XIX como o darwinismo social e o racismo científico. Camadas da sociedade como alcoólatras, prostitutas, vagabundos e criminosos, eram considerados degenerados, chamados de “classes perigosas”, e eram assim reconhecidas por apresentarem riscos as outras pessoas, por serem uma ameaça criminal, sanitária e política²²⁷. De acordo com Timbaúba, cabia a polícia “como aparelho regulador dos excessos humanos, traçar a linha divisória entre uma coisa e outra.”. Isto significa que era preciso estabelecer um limite entre o comportamento aceitável e o desestabilizador²²⁸, já

²²⁵TIMBAÚBA, Epitácio. Depravação. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 27 jan. 1953.

²²⁶TIMBAÚBA, Epitácio. Depravação. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 27 jan. 1953.

²²⁷FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, Sujos e Malvados: a Utopia Médica do Biodeterminismo**. São Paulo: Alameda, 2009, p.35.

²²⁸TIMBAÚBA, Epitácio. Depravação. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 27 jan. 1953.

que o meio em que proliferavam esses indivíduos “poderia originar a epidemia, o crime ou a rebeldia social”²²⁹.

O Carnaval seria então o canal de liberação dos instintos considerados por Eritácio como “baixos”²³⁰ e o momento em que os “indivíduos recalcados, de sentimentos bestiais, de espírito inferior, orientados por idéias indignas” aproveitavam para criar caos e confusão²³¹. Timbaúba ainda aponta que “certas pessoas” estavam “criando, nos bailes acessíveis ao público um clima de insegurança, um ambiente impróprio às famílias”²³². Como mencionado anteriormente, a imagem da “família imaculada”, que não pode entrar em contato com a imoralidade, a subversão, é um argumento bastante utilizado pelo autor para defender suas concepções no que diz respeito ao controle das “classes perigosas” e a restrição de comportamentos considerados inadequados.

A expressão “classes perigosas” surgiu na primeira metade do século XIX para se referir a um “grupo social formado à margem da sociedade civil”. No início essas “classes perigosas” eram constituídas por pessoas que haviam passado pela prisão ou que não tinham como sua forma de sustento meios lícitos. Entretanto, no Brasil esse termo ganhou um sentido mais abrangente quando em 1888, parlamentares preocupados com as consequências da abolição na organização do trabalho, discutiram na Câmara dos Deputados sobre um projeto de lei de “repressão à ociosidade”²³³. Para reforçar os seus posicionamentos, eles utilizaram as noções formuladas por Frégier, um alto funcionário da polícia de Paris, que escreveu um livro denominado “as classes perigosas da população nas grandes cidades”, no qual ele descrevia a camada pobre da população como “viciosa” e assim a maior fonte de “malfeitores”, sendo este o motivo pelo qual eram intituladas de “classes perigosas”. Dessa forma, esse projeto de lei era embasado pela perspectiva de que o perigo social cresceria na medida em que o pobre deteriorasse sua condição pelo vício, ou pior, pelo ócio. A expressão “classes perigosas” vai então ser reforçada por esta ideia de que “os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os

²²⁹FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, Sujos e Malvados: a Utopia Médica do Biodeterminismo**. São Paulo: Alameda, 2009, p.35.

²³⁰TIMBAÚBA, Eritácio. Depravação. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 27 jan. 1953.

²³¹TIMBAÚBA, Eritácio. Saturnais. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 20 fev. 1952.

²³²TIMBAÚBA, Eritácio. Saturnais. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 20 fev. 1952.

²³³CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.20.

pobres são, por definição, perigosos”²³⁴. Esse entendimento veio a se consolidar como um dos pilares teóricos da atuação da polícia nas grandes cidades brasileiras ao longo do século XX. A polícia passou a agir com base na premissa de que “todo cidadão é suspeito de alguma coisa até prova em contrário”, porém, é evidente que “alguns cidadãos são mais suspeitos do que outros.”²³⁵.

Tendo em vista isso, é importante apontar a quais sujeitos Epitácio Timbaúba estava se referindo. Ainda que essas crônicas não estejam explicitamente direcionadas, é possível analisar os seguintes trechos. O primeiro conta com um pedido do autor para que as “autoridades competentes” reajam contra “aqueles que querem desvirtuar o carnaval transformando os salões elegantes em lugares de capoeiragem, molecagem e selvageria.”²³⁶. Dispensa apresentações a conexão entre “capoeira” e as pessoas negras, com esse comentário somente já seria possível entender a que grupo o autor se referia, porém, ele se estende, utilizando também a noção de “selvagem”, que, ao longo da história, foi atribuída especialmente as pessoas negras, descritas a partir de características “animalescas”. Além disso, a oposição entre esses termos e a expressão “salões elegantes” torna evidente a existência de uma diferença de renda, de classe, e, conseqüentemente, de cor.

O contexto histórico de adoção do conceito de “classes perigosas” no Brasil “fez com que, desde o início, os negros se tomassem os suspeitos preferenciais”. Com o fim da escravidão, ao deixar de ter o poder e o domínio direto sobre o negro escravizado, a perda do controle desse “novo trabalhador” tornou-se um medo crescente. Além disso, as percepções sobre o caráter desses indivíduos estavam imbuídas de preconceções advindas do período escravista. As teorias racistas corroboraram para a construção desse contexto, já que os negros eram acusados de terem em sua natureza problemas como vício e ociosidade, e a “consequência disso é que os “defeitos” dos negros podem ser pensados como insuperáveis, tornando-se eles, assim, membros potencialmente permanentes das classes perigosas”²³⁷. É nessa conjuntura que Epitácio Timbaúba enfatiza a necessidade

²³⁴CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.22.

²³⁵CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.23.

²³⁶TIMBAÚBA, Epitácio. Saturnais. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 20 fev. 1952.

²³⁷CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.24-25.

de uma ação enérgica por parte da polícia, e reforça a urgência de impedir os objetivos dos “desordeiros, cujo plano maldito já é conhecido”²³⁸.

O segundo trecho a ser analisado aborda a realização da prisão de “oitenta homossexuais com trajes resumidíssimos”, sendo esta “uma prova eloquente de que as festas carnavalescas estão sendo desvirtuadas.”²³⁹. Presente na categoria de “classe anormal”, os homossexuais também representavam perigo para a sociedade. Nas primeiras décadas do século XX havia uma tentativa de patologizar o “homossexualismo”. Disputando o mesmo campo, um discurso muito mais antigo ainda se fazia presente, a associação do “homossexualismo” com o crime ou o pecado²⁴⁰. No que diz respeito a presença dessas teorias no cotidiano, “a vida do homossexual, principalmente se este pertencia às camadas mais pobres da população, era objeto de sistemática perseguição policial”. Nesse sentido, independente do campo em que se encontravam as críticas a esse “comportamento” – científico, moral ou ideológico – havia um consenso entre eles de que o indivíduo que praticava o “homossexualismo” era “anormal e perigoso, doente ou criminoso”. E ainda que essa “prática” não constasse mais no Código Penal como punível desde 1830, haviam outros dispositivos legais que poderiam ser aplicados para reprimir o “homossexualismo”, como relacionar essas pessoas a prática de “atos obscenos em público” ou “vadiagem”²⁴¹.

Ao concluir esta crônica, Epitácio reforça a “necessidade da polícia, responsável pela sobrevivência dos preceitos morais, de agir com energia a fim de que as festas de Momo não sejam motivo para as bacanais de Sodoma e Gomorra.”²⁴². Essa frase possui várias camadas de análise. Em primeiro lugar, a atribuição do papel de mantenedora da moral à polícia reflete de forma evidente a opinião deturpada do autor acerca de qual deveria ser a função dessa polícia. Além disso, Timbaúba imputa à polícia tarefas que são totalmente descoladas de seu escopo real, o que é recorrente em suas crônicas. Ser “responsável pela sobrevivência de preceitos morais” é também proteger o grupo específico o qual essa moralidade é atribuída, o que significa manter sob vigilância determinados sujeitos que ameacem a ordem. Dentro desta frase ecoa também profundas

²³⁸TIMBAÚBA, Epitácio. Saturnais. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 20 fev. 1952.

²³⁹TIMBAÚBA, Epitácio. Depravação. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 27 jan. 1953.

²⁴⁰FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, Sujos e Malvados: a Utopia Médica do Biodeterminismo**. São Paulo: Alameda, 2009, p.296.

²⁴¹FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, Sujos e Malvados: a Utopia Médica do Biodeterminismo**. São Paulo: Alameda, 2009, p.307.

²⁴²TIMBAÚBA, Epitácio. Depravação. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 27 jan. 1953.

influências religiosas, “Sodoma e Gomorra”, por exemplo, são símbolos bíblicos de decadência moral e depravação, de onde advém a palavra “sodomia”, que consiste no ato de perversão relacionado historicamente a “práticas homossexuais”.

Diversos são os conceitos, as noções, as ideias e discursos de Eritácio onde é possível visualizar a presença da religião católica. Grande parte das críticas postuladas pelo autor, inclusive, são claramente influenciadas por sua crença. Com intuito de demonstrar esse apontamento, serão analisadas algumas crônicas específicas, onde a temática religiosa se encontra com o período carnavalesco. No caso das festas de 1954, Timbaúba escreveu contra a folia demasiada, que havia excedido “tudo que era possível admitir-se em uma cidade policiada e na capital de um país civilizado e considerado cristão.”²⁴³. Para o autor, esta seria uma “mostra de quanto baixamos na conservação dos bons costumes e no respeito aos princípios morais.”²⁴⁴.

A crônica supõe que aqueles que participam desta festa estão preocupados apenas em “intoxicar o cérebro e o espírito com álcool e cloretila perfumada”, com o objetivo de se entorpecer e se entregar “totalmente à prática de atos a exposições carnavais, a manifestações orgíacas que fizeram lembrar o que se fazia nas festas pagãs dos primórdios da era cristã.”²⁴⁵. A prática do uso de drogas será analisada mais adiante, além também da questão da associação do uso de substâncias ilícitas a condutas consideradas imorais ou degeneradas, capazes de desvirtuar o caráter humano. Por enquanto, no que diz respeito a este texto em particular, Eritácio tece considerações sobre como esse comportamento desregrado dos indivíduos era o culpado pela dissolução dos casamentos²⁴⁶. Aparentemente, o “fim da família” estaria diretamente relacionado às práticas carnavalescas, que eram as responsáveis pelo envenenamento do núcleo familiar; “são 25 laços matrimoniais que se rompem por causa da orgia que, tomando conta da cidade com apoio das autoridades municipais e federais, descontrolou homens e mulheres fazendo-os esquecer de seus deveres e obrigações.”²⁴⁷.

De acordo com Timbaúba, a sociedade já experienciava uma queda no número de casamentos por ano, e o carnaval seria então responsável por intensificar este processo ao levar a dissolução dos matrimônios. Para averiguar esta informação foram analisados os

²⁴³TIMBAÚBA, Eritácio. Consequências. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 13 mar. 1954.

²⁴⁴TIMBAÚBA, Eritácio. Consequências. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 13 mar. 1954.

²⁴⁵TIMBAÚBA, Eritácio. Consequências. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 13 mar. 1954.

²⁴⁶TIMBAÚBA, Eritácio. Consequências. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 13 mar. 1954.

²⁴⁷TIMBAÚBA, Eritácio. Consequências. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 13 mar. 1954.

dados disponíveis nos Anuário Estatístico do Brasil referentes as décadas de quarenta e cinquenta. Entre 1945 e 1949, os casamentos no Rio de Janeiro saíram de 11 mil para 12 mil, o que não representa um aumento significativo, porém, também não expressa uma redução²⁴⁸. No que diz respeito aos anos finais de 1950, os dados mostram que houve realmente uma diminuição na quantidade de registros de casamentos, passando de 12 mil em 1957 para 8 mil em 1959²⁴⁹. No entanto, isto não comprova que os casamentos estavam “acabando” como Epitácio pressupõe, muito menos deixa claro o motivo desta redução. Além disso, os registros oficiais não são as únicas fontes existentes para averiguar as formas de relações constituídas neste período, é possível que o número de famílias sendo construídas tenha permanecido igual ou até mesmo aumentado, porém, sem terem efetuado o processamento de um documento civil. O que vale observar a partir dessa discussão é a forma que Epitácio se utilizava, não somente nesta, mas em várias outras crônicas, de dados, muitas vezes até mesmo verídicos, para embasar suas opiniões, distorcendo as informações para que servissem às suas percepções.

Retomando a ideia de que a polícia é a responsável pela defesa dos “bons costumes”, o autor aponta para a necessidade de que providências sejam tomadas para garantir que a “cidade maravilhosa” não se torne a “capital do paganismo”²⁵⁰, recuperando o teor religioso de sua crítica. Epitácio atribui à polícia responsabilidades que não lhe competem oficialmente e, em seguida, demonstra insatisfação quando tais demandas, alheias às suas funções, não são cumpridas. Um exemplo disso é a crença de Timbaúba de que a instituição policial deveria ser a encarregada de preservar o respeito à religiosidade católica. Ao observar o descumprimento desta “obrigação”, o autor manifesta seu descontentamento discutindo sobre este tema durante três anos consecutivos, abordando constantemente o mesmo evento.

Quando em 1955 o Papa Pio XII aprovou determinadas mudanças na liturgia, o chamado “sábado de aleluia” teve o seu significado alterado. Enquanto antes ele era considerado um dia de alegria pela proximidade da ressurreição de Jesus, após as mudanças passou a ser entendido como um dia de luto, já que Jesus ainda estaria morto²⁵¹. Para Epitácio, estas transformações deveriam ser estendidas para além do âmbito

²⁴⁸IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil – 1960**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1960, p.27.

²⁴⁹IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil – 1950**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1951, p.52.

²⁵⁰TIMBAÚBA, Epitácio. Consequências. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 13 mar. 1954.

²⁵¹TIMBAÚBA, Epitácio. Aleluia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 23 mar. 1956.

religioso, passando a influenciar a vida cotidiana. O calendário, então, precisaria se adequar as novas demandas, o que significava modificar datas relevantes, como o carnaval. Devido ao novo sentido atribuído ao sábado, o autor abordava a necessidade de postergar festas e bailes carnavalescos, afim de respeitar o sentimento dos devotos e as orientações vigentes da Igreja²⁵². Em razão da predominância da religião católica em todo país, Timbaúba não considerava “lícito à autoridade assistir de braços cruzados o desrespeito, a ofensa aos princípios por ela estabelecidos.”²⁵³. O “desrespeito” mencionado refere-se à ininterrupção dos eventos carnavalescos, que indo de encontro a “nova liturgia”. A crônica demonstra, então, que o papel da polícia seria “impedir que o desrespeito tenha lugar, somente autorizando passeatas bailes e manifestações de alegria no verdadeiro dia da Aleluia que é o domingo da ressurreição”²⁵⁴, delegando novamente a polícia funções as quais não lhe cabem, como a proteção da doutrina católica. Se todas as tarefas atribuídas por Eptácio à polícia realmente lhe competissem, seria necessária a criação de uma nova corporação para desempenhá-las.

A problemática advinda da alteração na liturgia continuou a fazer parte da crônica anual de Eptácio, e em 1957, ele afirmou que “a Polícia cruzou os braços deixando que o desrespeito ao sentimento católico da grande maioria dos brasileiros fôsse feito por uma minoria para quem as coisas do espírito não têm o menor valor”²⁵⁵. Conforme é possível observar, o autor considera a religião católica como dominante no país, por isso, julga caber à polícia sua preservação. Em 1958, a discussão sobre este tema continua, e Timbaúba reforça que falta punição por parte da polícia aos indivíduos que não respeitaram a alteração da liturgia²⁵⁶. Logo, a solução proposta é de que “festas, desfiles, passeatas, programados para o sábado que não é mais de Aleluia, sejam transferidos para o dia seguinte”²⁵⁷. Para tanto, Timbaúba sugere que as autoridades vetem as autorizações dos eventos, protelando assim as comemorações:

Negando licença para a realização de festas carnavalescas em um dia que a Igreja considera de luto e pesar, convidando a todos a permanecerem de vigília, a Polícia não só teria respeitado os sentimentos religiosos da quase totalidade da população carioca como evitaria um desrespeito ao art. 208 do Código Penal que comina pena de detenção de um mês a um ano ou multa de quinhentos a

²⁵²TIMBAÚBA, Eptácio. Aleluia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 23 mar. 1956.

²⁵³TIMBAÚBA, Eptácio. Aleluia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 23 mar. 1956.

²⁵⁴TIMBAÚBA, Eptácio. Aleluia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 23 mar. 1956.

²⁵⁵TIMBAÚBA, Eptácio. Aleluia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 21 abr. 1957.

²⁵⁶TIMBAÚBA, Eptácio. Aleluia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 3 abr. 1958.

²⁵⁷TIMBAÚBA, Eptácio. Aleluia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 3 abr. 1958.

três mil cruzeiros aos que escarnecem, perturbam ou vilipendiam publicamente ato ou objeto de culto religioso.²⁵⁸

O Código Penal brasileiro é o mesmo desde 1940, tendo sofrido apenas pequenas modificações. Nesse sentido, a lei a qual o autor se refere ainda se encontra vigente, e determina uma pena de um mês a um ano para quem: “Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso”²⁵⁹. Epitácio tenta reinterpretar a legislação de forma a justificar a proibição de eventos de carnaval no sábado de Aleluia. Mais uma vez, se apropriando de uma informação verdadeira, distorcendo-a para que atenda aos seus interesses. O autor insiste que

Promover passeatas carnavalescas, realizar bailes e festas em um dia que a Igreja considera de luto, pesar e dor; trazer para a rua escolas de samba na ocasião em que os católicos devem apenas meditar e orar, é sem dúvida nenhuma zombar, escarnecer, ridicularizar o culto religioso que impera no Brasil desde a sua descoberta e que presidiu a tóda formação moral de seu povo. Aleluia e suas festas, sòmente podem ser exercitadas no Domingo da Ressurreição. Fazê-lo amanhã é escarnecer de culto religioso adotado pela maioria dos brasileiros.²⁶⁰

Para Timbaúba a religião católica é a medida de todas as coisas, da moral, do legal, da sociedade, e até mesmo da própria polícia. Seus discursos evidenciam uma visão conservadora que encontra na religião a justificativa para reorganizar as práticas culturais. O autor revela um esforço em preservar uma moralidade idealizada que conflita com as transformações e dinâmicas vivenciadas pelos indivíduos da década de 1950.

As crônicas de Epitácio Timbaúba revelam a presença de uma visão moralista e conservadora, que buscava distinguir os comportamentos aceitáveis dos “subversivos”. Ao associar a moralidade à preservação das “famílias respeitáveis” e à defesa de valores cristãos, o autor utiliza sua coluna para defender um modelo de ordem social que buscava justificar o controle e a vigilância das chamadas “classes perigosas”. Seu discurso transparece questões do período, onde crescia o temor em relação a determinados grupos marginalizados, como negros, homossexuais e outras camadas da população, que carregavam em si uma ameaça à “harmonia social”. Assim, para Timbaúba, a polícia não

²⁵⁸TIMBAÚBA, Epitácio. Vilipêndio. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 4 abr. 1958.

²⁵⁹BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal.

²⁶⁰TIMBAÚBA, Epitácio. Vilipêndio. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 4 abr. 1958.

só teria o papel de garantir a segurança, mas também de preservar uma moralidade que se baseava em uma concepção rígida e excludente de normalidade.

4.2 A polícia e o crime

A discussão acerca do crime perpassa várias sociedades, sendo considerada uma questão bastante significativa e muito debatida pelos mais diversos intelectuais ao longo da História. Thomas Hobbes via o homem como naturalmente movido por paixões como o desejo de riqueza, glória e medo da morte violenta. Para ele, o crime é uma consequência direta desses impulsos, e a solução está na criação de um Estado forte que controle essas tendências por meio de leis e punições rigorosas, conforme a criminologia clássica. Já Jean-Jacques Rousseau entendia o homem como naturalmente bom, mas corrompido pela sociedade moderna. Nesse sentido, o crime seria resultado de falhas nos arranjos sociais, o que levou ao desenvolvimento da criminologia positivista, que busca corrigir os fatores estruturais e culturais que levam ao comportamento criminoso. Ambas as abordagens influenciaram as políticas criminais: a primeira enfatizando a punição e a dissuasão, e a segunda focando na reforma social e na reabilitação dos criminosos, como ilustram as penitenciárias e programas educativos²⁶¹.

Todavia, foi no século XIX que essa temática ganhou uma estrutura mais elaborada. Nesse período, as cidades sofreram profundas transformações decorrentes do processo de industrialização, que reestruturou o espaço urbano e redefiniu as relações sociais, levando a aparição de problemas bastante complexos²⁶². Dentre as questões que emergiam, um tema passou a ser alvo de maior preocupação das Ciências Sociais: o crime²⁶³. Para os intelectuais da época, o crime era um sinal visível da desordem social²⁶⁴. Eles acreditavam que ao conhecer melhor a sociedade, poderiam controlar ou até mesmo

²⁶¹WILSON, James Q.. **Thinking about crime**. New York: Basic Books, 2013, p.229-231.

²⁶²NETO, Francisco Linhares Fonteles. **Crimes impressos**: a imprensa como fonte de pesquisa para a história social do crime. Fortaleza: ANPUH, XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, p.1.

²⁶³NETO, Francisco Linhares Fonteles. **Crimes impressos**: a imprensa como fonte de pesquisa para a história social do crime. Fortaleza: ANPUH, XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, p.1.

²⁶⁴BRETAS, Marcos Luiz. O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente. BIB – **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n.32, 1991, p.49.

eliminar esse tipo de “patologia” social”²⁶⁵. Nesse sentido, foram desenvolvidos conceitos e estratégias de contenção e vigilância sobre os indivíduos com condutas destoantes²⁶⁶.

É nesse contexto de crescente complexidade social e urbana que a autoridade policial surge desenvolvendo mecanismos de controle social mais eficientes sobre a população. Esses métodos estruturaram um panorama que se tornou a base para investigações criminais, identificando como desvios os comportamentos que fugiam às normas estabelecidas. Assim, as teorias científicas buscaram nas características individuais a razão para a violência e o crime²⁶⁷. Este passou a ser entendido como um desvio do comportamento normal, o “lugar do incomum” no estudo das sociedades, divergindo da “normalidade da vida dos cidadãos comuns”²⁶⁸.

À medida que o crime passou a ser visto como um comportamento anômalo, as abordagens científicas ajudaram a estruturar as investigações e o controle policial, possibilitando o desenvolvimento de práticas profissionais mais técnicas. Assim, a expansão dos ideais da criminologia, aliada ao surgimento de categorias socioculturais estigmatizantes frequentemente associadas às atividades antissociais e às chamadas “classes perigosas”, colocou as características fenotípicas do indivíduo criminoso no centro das questões policiais, jurídicas e médico-legais²⁶⁹. Nesse contexto, a polícia foi estimulada a reforçar suas tarefas iniciais, voltadas para o combate às “desordens” e a manutenção da “ordem”²⁷⁰. Como parte desse processo, passou a se concentrar na identificação, vigilância e punição de indivíduos classificados como pertencentes às

²⁶⁵BRETAS, Marcos Luiz. O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente. BIB – **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n.32, 1991, p.49.

²⁶⁶BRETAS, Marcos Luiz. O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente. BIB – **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n.32, 1991, p.49.

²⁶⁷NETO, Francisco Linhares Fonteles. **Crimes impressos: a imprensa como fonte de pesquisa para a história social do crime**. Fortaleza: ANPUH, XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, p.1-2.

²⁶⁸BRETAS, Marcos Luiz. O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente. BIB – **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n.32, 1991, p.49.

²⁶⁹PATRASSO, André Luís de Almeida. **A Escola da Polícia do Rio de Janeiro: ciência, identificação e educação profissional (1912-1918)**. 2015. 135f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, 2015, p.83.

²⁷⁰LOUREIRO, Ythalo Frota. **As origens da polícia de matriz luso-brasileira: a manutenção da ordem pública como controle social**. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca, v. 15, n. 2, p. 357, dez. 2020.

“classes perigosas”²⁷¹. Com o tempo, essa atuação consolidou um controle social e uma vigilância direcionados a segmentos específicos da população²⁷².

Esse processo de intensificação do controle e da vigilância levou a sociedade a perceber a polícia como uma instituição voltada principalmente para a prevenção do crime e a captura de criminosos. Por isso, quando a criminalidade aumenta ou os criminosos não são capturados, atribui-se esse fato à suposta insuficiência tanto na quantidade quanto na qualidade do efetivo policial. Contudo, essa percepção não reflete a realidade, já que a maioria das chamadas atendidas pela polícia envolvem situações que pouco têm a ver com crimes, como emergências médicas, brigas, acidentes, barulhos excessivos e pequenas infrações. Ainda assim, a preocupação com o crime produz a crença de que a solução seria ampliar a presença policial²⁷³.

A polícia, ao longo do tempo, se configurou como uma instituição central na implementação dessas estratégias de controle social, utilizando-se de abordagens cada vez mais técnicas e científicas para monitorar e reprimir comportamentos desviantes. Esse processo reflete uma visão de que o crime não é apenas uma transgressão individual, mas sim um sintoma de desordem social, o que levou ao desenvolvimento de práticas de vigilância intensiva. A defesa do aumento do policiamento na cidade e a construção de discursos sobre as “classes perigosas” emergem como temas fundamentais nas reflexões de Eptácio Timbaúba, e, por isso, esses tópicos serão aprofundados a seguir por meio da análise de suas colunas.

4.2.1 A polícia e o policiamento

Na obra de Michel Foucault a noção de “vigilância” é um conceito fundamental. No capítulo denominado “O Panoptismo”, o autor aborda essa ideia ao analisar o regulamento do fim do século XVII, que apontava as medidas que se faziam necessárias quando se declarava a peste em uma cidade²⁷⁴. Em um ambiente onde o medo da morte

²⁷¹LOUREIRO, Ythalo Frota. **As origens da polícia de matriz luso-brasileira: a manutenção da ordem pública como controle social**. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca, v. 15, n. 2, p. 358, dez. 2020.

²⁷²LOUREIRO, Ythalo Frota. **As origens da polícia de matriz luso-brasileira: a manutenção da ordem pública como controle social**. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca, v. 15, n. 2, p. 358, dez. 2020.

²⁷³WILSON, James Q.. **Thinking about crime**. New York: Basic Books, 2013, p.49-50.

²⁷⁴FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramalhe. 30ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1987, p.162.

pelo contágio se fazia presente, havia a necessidade de restringir ao máximo a liberdade do indivíduo. Nesse sentido, Foucault descreve o tipo de organização imposta e os diversos mecanismos utilizados para impedir a proliferação da doença, como fechamento e a divisão da cidade, o isolamento dos moradores, a limitação da circulação, o sistema de registros e a vigilância constante. Para Foucault a vigilância se fazia essencial, pois era ela que coibia que o indivíduo desrespeitasse as imposições legais contra a peste: “A ordem responde à peste; ela tem como função desfazer todas as confusões”. Esse tipo de organização social é considerado pelo autor um modelo compacto do dispositivo disciplinar²⁷⁵.

Enquanto a peste suscitou esquemas disciplinares, a lepra suscitou modelos de exclusão, onde a sociedade recorreu a “separações múltiplas, a distribuições individualizantes, a uma organização aprofundada das vigilâncias e dos controles, a uma intensificação e ramificação do poder.”. O tratamento do leproso reflete a ideia de rejeição para proteger uma “comunidade pura”, enquanto o controle dos pestilentos representa o ideal de uma “sociedade disciplinar”, onde cada pessoa é monitorada, catalogada e regulada. E, apesar de serem propostas diferentes de organização social, não são incompatíveis. É no século XIX que esses modelos se aproximam, a partir da aplicação dos espaços de exclusão, ocupados agora por mendigos, vagabundos, loucos e violentos – o que foi anteriormente referenciado como “classes perigosas” –, controlados por técnicas disciplinares, como a vigilância por meio do “‘quadriculamento’ disciplinar”²⁷⁶.

A estrutura arquitetônica do Panóptico, concebida por Bentham, simboliza a integração desses modelos. A estrutura se resume a uma torre, no centro, ocupada pelos guardas, e no entorno, uma construção em anel, onde ficariam os presos. Esse modelo induz nos indivíduos a sensação de serem observados ininterruptamente, mesmo que a vigilância não seja constante, o sentimento de estar sendo vigiado é contínuo. Esse estado de visibilidade permanente assegura que o controle funcione automaticamente, pois o medo de estar sendo vigiado leva os indivíduos a se comportarem como se sempre fossem monitorados. O poder, então, torna-se visível — representado pela torre central —, mas inverificável, já que o observado nunca sabe se está sendo de fato monitorado²⁷⁷. Assim,

²⁷⁵FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhe. 30ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1987, p.163.

²⁷⁶FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhe. 30ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1987, p.164-165.

²⁷⁷FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhe. 30ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1987, p.165-166.

o Panóptico, segundo Foucault, é um mecanismo de poder que opera pela internalização da vigilância.

O que vale destacar sobre essa discussão proposta por Foucault é que o autor considera que a vigilância é a chave para o funcionamento do poder. Seja a partir de um monitoramento efetivo e visível, como no caso da peste, seja ele indireto e psicológico como no panóptico. O medo e a possibilidade constante de vigilância são utilizados por ambos os dispositivos de controle como mecanismos para assegurar que os indivíduos se comportem conforme as regras estabelecidas, isto é, para a manutenção da ordem. Nesse sentido, o que importa, segundo Foucault, é que o sujeito desfrute do sentimento de se sentir vigiado, pois assim, será possível coibir os possíveis comportamentos desviantes.

Uma percepção bastante semelhante à noção de “vigilância” apresentada por Michel Foucault pode ser identificada nas colunas de Eptácio Timbaúba ao longo da década de 1950. Para Timbaúba, o crime estava diretamente relacionado à ausência de uma vigilância constante e eficaz em todas as áreas da cidade, sobretudo naquelas que ele considerava “antros” das chamadas “classes perigosas”. Em suas reflexões, o autor defende que o comportamento da polícia deveria ser pautado por uma presença sistemática e rigorosa, capaz de coibir desvios e garantir a ordem pública, numa estratégia que ecoa os princípios do controle disciplinar descritos por Foucault.

Ao realizar um paralelo entre os discursos de Eptácio Timbaúba e as ideias de Foucault, não existe qualquer intenção de sugerir que um tenha lido o outro ou vice-versa. O objetivo ao construir essa associação é observar que, os dois autores compartilham de determinadas ideias no que se refere as práticas de controle social. No caso de Eptácio, a vigilância, acima de qualquer outra, é a solução ideal para resolver a questão do crime na cidade do Rio de Janeiro. Por isso, ele propõe que a polícia recorra a métodos que relembram em muito as técnicas disciplinares de vigilância aplicadas durante a peste descritas por Foucault.

Um exemplo disso seria a ideia de fechamento e controle dos espaços como medidas essenciais para conter a propagação de elementos considerados ameaças à ordem – sejam doenças ou crimes. No caso da peste, as medidas para conter a disseminação da doença baseavam-se na restrição total da circulação, no fechamento da cidade, e proibição

da movimentação de pessoas pelas ruas²⁷⁸. De maneira semelhante, Epitácio aponta para a necessidade de uma “prevenção policial”, onde “muitos botequins, bares, restaurantes, gafieiras e bilhares não funcionariam pela madrugada a dentro para servir de ponto habitual de malandros e desordeiros”, e assim, “a partir das 24 horas o movimento da cidade, com o fechamento das casas de diversões públicas, diminui consideravelmente”²⁷⁹. Além disso, para ele, as autoridades deveriam ainda percorrer a madrugada fazendo um levantamento das “favelas” existentes e as fiscalizando, com objetivo de identificar e revistar os indivíduos que fossem encontrados “à noite perambulando pelas ruas ou que ficam até altas horas nas esquinas ora a sós, ora em grupos”, pois, assim conseguiriam realizar a “apreensão de armas – o que hoje em dia existe em abundância nesta cidade”²⁸⁰. A noite, então, é descrita como esse lugar de proliferação da criminalidade, o qual precisaria ser vigiado e regulado.

De outra parte, Timbaúba sugere também a divisão da cidade em setores iguais, sob a responsabilidade de diferentes comissários, os quais deveriam realizar uma fiscalização contínua em suas respectivas jurisdições²⁸¹. Dessa forma seria possível, de acordo com o autor, manter um “clima de policiamento nada agradável aos que vivem à margem da lei.”²⁸². Essa proposta se aproxima do conceito de “quadriculamento” construído por Foucault, que diz respeito a organização e o controle do espaço de maneira específica e segmentada²⁸³. O objetivo desse método é dividir o espaço em áreas controláveis, de modo que o poder disciplinar consiga vigiar, avaliar, corrigir e intervir sobre o comportamento dos indivíduos de forma mais eficiente, garantindo o controle e a ordem²⁸⁴. Vale destacar, porém, que o “quadriculamento” não se refere apenas a uma divisão física do ambiente, mas sim uma forma de organização do espaço que permita uma vigilância contínua e um controle disciplinar sobre o sujeito.

Essa lógica é ainda reforçada por outra crônica de Timbaúba, onde o autor enfatiza a necessidade da presença ostensiva da polícia em todas as ruas da cidade: “Segundo os

²⁷⁸FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 30ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1987, p.162.

²⁷⁹TIMBAÚBA, Epitácio. Onda de crimes. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 10 ago. 1956.

²⁸⁰TIMBAÚBA, Epitácio. Onda de crimes. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 10 ago. 1956.

²⁸¹TIMBAÚBA, Epitácio. Providências. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 16 dez. 1956.

²⁸²TIMBAÚBA, Epitácio. Providências. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 16 dez. 1956.

²⁸³FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 30ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1987, p.123.

²⁸⁴FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 30ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1987, p.123.

dados colhidos na Prefeitura, a cidade tem cerca de 5.000 logradouros públicos, o que exige um total de vinte mil policiais a razão de um para cada rua, trabalhando durante seis horas”²⁸⁵. E completa que, ao invés dos carros da rádio-patrolha ficarem estacionados em locais fixos, eles deveriam circular pela cidade, principalmente “depois das 21 horas e de dia nos lugares de muito movimento”²⁸⁶. As orientações de Eptácio sobre o que ele considera ser o procedimento correto a ser realizado pela polícia, quanto a mobilização constante e o monitoramento da cidade e dos indivíduos, se conecta com o conceito de vigilância abordado por Foucault, principalmente no que se refere ao modelo panóptico.

Timbaúba considera a vigilância um fator essencial para manutenção da ordem na cidade e a prevenção dos crimes. Em uma de suas colunas, ele defende que a polícia é “mais preventiva que repressiva, isto é, cabe-lhe evitar o crime em lugar de puni-lo”, mas que sua função fica comprometida a medida em que “a vigilância da cidade não se realiza à altura das necessidades”²⁸⁷. A partir dessa perspectiva, a questão do crime só seria resolvida caso houvesse “em todos os logradouros públicos, de dia e de noite, policiais fardados que façam, com sua simples presença, [...] abortar as pretensões dos que vivem à sombra da ilegalidade”²⁸⁸. Estes indivíduos, então, “se aproveitam da deficiência policial para mostrar seus libidos criminais e seus instintos de maldade”²⁸⁹. A noção de vigilância presente na discussão sobre a estrutura do panóptico, complementa a reflexão de Eptácio quanto a necessidade da presença constante de policiamento nas ruas para manutenção da ordem. O panóptico, assim como o policiamento ostensivo, compartilham características em comum, no sentido de reproduzir nos indivíduos a sensação de observação contínua. Ainda que não haja interação direta com os policiais, a simples presença deles nas ruas, funcionaria como um mecanismo para dissuadir comportamentos considerados inadequados ou ilegais. Essa percepção é compartilhada por Eptácio que afirma que “olhando para um lado e para outro, sem deparar com um agente da autoridade, sentindo que nenhum policial perto se encontra para detê-lo ao praticar o crime ou a contravenção, o indivíduo não tem dúvida em agir [...] com sua inclinação para o desrespeito a lei.”²⁹⁰. Dessa forma, o policiamento ostensivo proposto por Eptácio, reflete alguns aspectos do modelo panóptico ao recomendar a instituição de uma

²⁸⁵TIMBAÚBA, Eptácio. Conto da “Cascata”. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 4 jan. 1952.

²⁸⁶TIMBAÚBA, Eptácio. Providências. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 16 dez. 1956.

²⁸⁷TIMBAÚBA, Eptácio. Sem proteção. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1957.

²⁸⁸TIMBAÚBA, Eptácio. Polícia ostensiva. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 10 abr. 1951.

²⁸⁹TIMBAÚBA, Eptácio. Polícia ostensiva. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 10 abr. 1951.

²⁹⁰TIMBAÚBA, Eptácio. Nada feito. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 19 mai. 1951.

vigilância contínua, que não apenas controla diretamente, mas induz os indivíduos à autocontenção pela sensação constante de estarem sendo observados.

Desse modo, para Epitácio, a única solução seria aumentar o policiamento de modo que em todas as ruas “a qualquer hora e em qualquer dia haja sempre dentro de um raio visual um agente da autoridade fardado em condições de intervir logo que tal se torne necessário”²⁹¹. Assim, o policiamento urbano funcionaria como um dispositivo panóptico: não precisando agir diretamente o tempo todo, afinal a ideia de estar sendo monitorado induziria a conformidade e a disciplina nos indivíduos. Além disso, os policiais estariam melhor distribuídos pelas áreas da cidade podendo intervir de forma mais rápida e eficiente nas situações que demandassem sua atuação. O poder se tornaria, por fim, descentralizado, automatizado e internalizado, com os cidadãos assumindo o papel de controlar suas próprias ações em resposta à visibilidade do aparato de vigilância estatal.

Os mecanismos de exclusão aplicados aos leprosos, descritos acima por Foucault, e as práticas de controle voltadas às “classes perigosas” no século XIX, mencionadas no subcapítulo anterior, convergem na forma como o poder se organiza para preservar a ordem social. Enquanto a separação dos leprosos visava proteger uma “comunidade pura” ao segregar indivíduos vistos como contaminantes, essa lógica foi adaptada no século XIX para marginalizar grupos como mendigos, vagabundos, loucos e violentos, considerados ameaças à ordem pública²⁹². Esses grupos, frequentemente responsabilizados pelo aumento da criminalidade e dos vícios, foram alvo de discursos que justificavam a intensificação da vigilância na capital, como defendido por Epitácio²⁹³. Em sua coluna, o autor argumenta que, para impedir o crime, a polícia deveria vigiar de forma permanente os “pontos onde comumente se reúnem os elementos que vivem à margem da lei”, além de realizar uma “guerra ao alcoolismo principalmente nos lugares propícios ao crime e à contravenção”, e deter aqueles “que já sofreram sanção legal e no entanto ainda se conservam em estado de completa periculosidade desde que nenhuma profissão ou ofício exercem e continuam a viver em ambientes impróprios e em más companhias”²⁹⁴. Em outra crônica, Timbaúba chega a listar esses indivíduos,

²⁹¹TIMBAÚBA, Epitácio. Nada feito. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 19 mai. 1951.

²⁹²FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhe. 30ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1987, p.164.

²⁹³TIMBAÚBA, Epitácio. Ampliação policial. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 25 mai. 1956.

²⁹⁴TIMBAÚBA, Epitácio. E a polícia? **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 mar. 1953.

considerados perpetradores de comportamentos desviantes: “bicheiros, maconheiros, proxenetas, rameiras, viciados...”²⁹⁵. Devido à importância desse tema para a presente análise, no próximo tópico, serão aprofundadas as relações desses grupos com a sociedade e os discursos que os envolvem.

Para Epitácio, a falta de policiamento ostensivo e permanente nas ruas era a “causa única” da situação calamitosa da criminalidade na cidade²⁹⁶. E somente a presença de “um policial fardado durante as 24 horas do dia” impediria a prática de “atividades criminais”²⁹⁷. Para o autor, não adiantava “discutir quais os fatores responsáveis pela onda de crime que se espalhou ultimamente sobre a metrópole se não é possível eliminá-los de chofre”²⁹⁸. A única discussão relevante, para Timbaúba, era a supressão do crime através da vigilância contínua feita pelos agentes policiais. No entanto, ao contrário das abordagens anteriores, Robert Reiner argumenta que, apesar de um bom policiamento corroborar na preservação da ordem social, ele não pode produzi-la²⁹⁹. Isto é, a ordem social não depende unicamente da atuação policial, mas de fatores como política, economia e cultura. Em sociedades onde esses elementos funcionam bem, conflitos e crimes tendem a ser menos frequentes, sendo regulados por controles informais e práticas de instituições não policiais. Assim, quando a polícia atua em um contexto onde esses controles já são eficazes, ela parece mais bem-sucedida, resolvendo crimes e conflitos de forma legítima. Por isso, a polícia é muitas vezes vista como um símbolo idealizado de ordem e moralidade, mesmo que sua função real seja complementar outros mecanismos sociais. É sob essa perspectiva que Reiner parafraseia Durkheim ratificando que a polícia parecerá mais bem-sucedida quanto menos for realmente necessária³⁰⁰.

Desse modo, a tarefa da polícia é a manutenção emergencial da ordem, não a criação de suas pré-condições, ou seja, sua atribuição não engloba a criação de condições estruturais para a ordem social. Na realidade, sua principal função é garantir uma resposta emergencial e temporária a situações que inesperadamente rompem com essa ordem. O papel da polícia é mais parecido com o de patrulheiros, que intervêm para solucionar

²⁹⁵TIMBAÚBA, Epitácio. Fizeram muito. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 jan. 1954.

²⁹⁶TIMBAÚBA, Epitácio. Roubos a granel. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 13 jun. 1954.

²⁹⁷TIMBAÚBA, Epitácio. Roubos a granel. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 13 jun. 1954.

²⁹⁸TIMBAÚBA, Epitácio. Ótima prevenção. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 10 mai. 1950.

²⁹⁹REINER, Robert. **The politics of the police**. 4^o ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, p.XIV.

³⁰⁰REINER, Robert. **The politics of the police**. 4^o ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, p.XIII.

crises imediatas, sem necessariamente abordar as causas mais profundas dos problemas³⁰¹.

Por fim, para Timbaúba, a vigilância é fundamental e deve ser realizada de forma constante, o que se assemelha à perspectiva de Foucault sobre o poder e o controle social. Todavia, Robert Reiner oferece uma perspectiva diferente, afirmando que, ainda que a polícia desempenhe um papel importante na manutenção da ordem, ela não pode ser considerada a única responsável pela criação de uma sociedade ordenada, afinal, esta depende de uma interação entre diversos fatores. Sendo a polícia, portanto, apenas um complemento a outros mecanismos reguladores.

4.2.2 A polícia e as “classes perigosas”

A sociedade carioca do século XX experienciou profundas transformações urbanas e sociais, impulsionadas pelas ideias de progresso e modernização que marcaram o período, frequentemente inspiradas nos modelos dos centros europeus. Mediante esse processo, as “classes perigosas” eram consideradas um obstáculo à concretização do desejo de “civilizar” a capital do Brasil. Esses grupos eram identificados como uma ameaça à população em geral, pois eram associados a perigos de ordem criminal, sanitária e política³⁰². Para os grupos empenhados em reformar o Rio de Janeiro e elevá-lo a condição de capital moderna, as “classes perigosas” representavam um perigo, sobretudo à ordem, razão pela qual eram vistas como um problema da polícia.

Essa expressão – “classes perigosas” – surgiu no início do século XIX, sendo utilizada para descrever grupos marginalizados³⁰³. No Brasil, porém, esse conceito foi ampliado passando a vincular pobreza, vício e ociosidade à criminalidade, consolidando o uso do termo para descrever certos grupos como uma ameaça social em potencial³⁰⁴. Com isso, vagabundos, viciados, prostitutas, mendigos, menores, drogados, alcoólatras, degenerados, homossexuais, negros, pobres, entre outros, são identificados como pertencentes a essa categoria. Todo indivíduo considerado mais facilmente corrompido,

³⁰¹REINER, Robert. **The politics of the police**. 4^o ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, p.169.

³⁰²FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, Sujos e Malvados: a Utopia Médica do Biodeterminismo**. São Paulo: Alameda, 2009, p.35.

³⁰³CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.20.

³⁰⁴CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.20.

mais propenso a criminalidade, ao vício e ao desvio comportamental, é entendido como uma ameaça, pois é percebido como alguém de caráter instável, sem atitudes previsíveis, o que gera medo, já que foge ao controle social.

Esses grupos atrapalhavam a construção de um país que nem sequer os aceitava ou desejava. Desse modo, mediante a conjuntura de modificações urbanas, o conceito de “classes perigosas” pode ser entendido como uma referência a qualquer grupo que interferisse nos interesses de modernização e progresso. Ou seja, indivíduos que não trabalham – vagabundos, viciados, alcólatras, drogados, menores –, aqueles que são considerados vetores de doenças e comprometem a limpeza da cidade – prostitutas e pobres –, e até os que dificultam o embelezamento e as reformas urbanas – mendigos, pobres e negros. Ao associar esses indivíduos ao crime, torna-se mais fácil justificar sua vigilância, controle e punição.

4.2.3 O ócio e o crime: vadios, mendigos e menores

A ideologia de valorização do trabalho, elemento central das políticas de Vargas, encontrou respaldo na medicina legal, que a reforçava e legitimava ao lhe conferir uma base científica. A relevância atribuída pelo governo ao ofício tinha como objetivo servir de base ideológica para o reordenamento do mercado de trabalho, atendendo às exigências de modernização capitalista e à necessidade de disciplinar a força de trabalho. Esse processo era crucial à medida em que as bases escravistas de construção do país ainda se faziam presentes no imaginário social, associando o trabalho a inferioridade: “O trabalho que sujava a mão também sujava a alma”³⁰⁵. Sob essa perspectiva, o trabalho, sobretudo aquele que dependia da força física, era visto, de forma simbólica, como algo que “corrompia” ou “desvalorizava” o caráter e a dignidade do sujeito. Esse estigma tem raízes na sociedade escravocrata brasileira, onde o trabalho manual era associado à inferioridade social, e aqueles que se dedicavam a ele desfrutavam de menos prestígio e respeito. Dessa forma, era imprescindível que esse pensamento fosse superado, pois somente assim seria possível implementar o progresso e a modernização do país.

³⁰⁵FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, Sujos e Malvados: a Utopia Médica do Biodeterminismo**. São Paulo: Alameda, 2009, p.243.

O trabalho, então, era visto sob espectro positivo, essencial para a construção do caráter e da regeneração do indivíduo, promovendo a formação moral e cívica dos trabalhadores³⁰⁶. Enquanto o trabalho funcionava como uma “cura” para os problemas sociais e morais, o “não-trabalho” – ou seja, a ociosidade, a vadiagem, a mendicância – era entendido como um comportamento negativo, um “desvio da norma”³⁰⁷. A desocupação não estava somente ligada a questão da improdutividade econômica, mas também ao problema da desordem social, compreendida como algo que levava ao comportamento desviante ou criminoso. Assim, o trabalho seria a chave para a formação de um cidadão responsável e disciplinado, enquanto a falta de trabalho era vista como uma ameaça à ordem social e ao progresso.

Nesse contexto, o ócio era considerado prejudicial à sociedade, pois poderia levar ao vício, que seria a origem do crime: “Na ociosidade, que é mãe de todos os vícios, está muita vez a razão dos crimes.”³⁰⁸. Mediante essa percepção, tanto o ócio quanto o vício se tonavam atribuições da polícia, já que poderiam culminar no aumento da criminalidade, e principalmente na desordem. Era então fundamental a criação de meios para coibir esses traços nocivos. O artigo 59 da Lei de Contravenções Penais previa uma pena de prisão de quinze dias a três meses para quem se entregasse “habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência”³⁰⁹. Assim, a preocupação com as “desocupações” alheias fazia com que categorias como “vadio” e “menor” fossem classificadas como “pré-delinquentes por excelência”³¹⁰. O vadio era “intrinsecamente perigoso”, e deveria ser submetido à disciplinarização através do trabalho³¹¹.

Essas noções vão se fazer presente em uma coluna de Epitácio Timbaúba de 1946, onde o autor afirma que era necessário “reprimir a mendicância e combater a vagabundagem” através da atuação policial, pois a “vagabundagem desenfreada” era um

³⁰⁶FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, Sujos e Malvados: a Utopia Médica do Biodeterminismo**. São Paulo: Alameda, 2009, p.243.

³⁰⁷FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, Sujos e Malvados: a Utopia Médica do Biodeterminismo**. São Paulo: Alameda, 2009, p.243.

³⁰⁸GARCIA, Basileu. **Regimes adequados ao cumprimento das penas de reclusão e detenção - estabelecimentos de prisão provisória**. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 37, p. 113.

³⁰⁹BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941**. Dispõe sobre as contravenções penais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 out. 1941.

³¹⁰FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, Sujos e Malvados: a Utopia Médica do Biodeterminismo**. São Paulo: Alameda, 2009, p.243.

³¹¹FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, Sujos e Malvados: a Utopia Médica do Biodeterminismo**. São Paulo: Alameda, 2009, p.243.

“ultrage á moral publica, como se, por ventura, a cidade maravilhosa não tivesse policiamento.”³¹². Ele conclui que ignorar esses grupos era “dar margem a que o crime se prepare de vez que é, no meio dos vadios, dos mendigos [...] que se formam os criminosos de amanhã.”³¹³.

Em 1950 esse assunto retorna à crônica de Eptácio em forma de elogios à Delegacia de Vigilância por conta de sua atuação enérgica e eficaz de “repressão à vadiagem”³¹⁴. A “campanha” conduzida pela polícia tinha o objetivo de “sanear os morros e as favelas dos elementos indesejáveis que ali se acoltaram, alguns fugindo à própria ação da Justiça.”³¹⁵. Dentre as ações empreendidas pelas autoridades estava a inspeção de “todos os lugares escusos da cidade, os pontos perigosos”, recolhendo “indivíduos perigosos ao sossêgo social” e destruindo “litros de cachaça, que é vendido livremente nas tascas do morro, incitando os beberrões ao crime e ao vício”³¹⁶. A polícia era a encarregada da manutenção da “ordem, defendendo a sociedade, amparando à família”³¹⁷.

Outro problema que assolava a cidade do Rio de Janeiro na década de 1950 era a mendicância. Seu enfrentamento, assim como o da vadiagem, foi delegado como responsabilidade da polícia. De acordo com Eptácio, “a mendicância é a chaga viva da cidade”, sua presença feria preceitos básicos para a construção de uma capital civilizada³¹⁸. A exposição “pelas ruas centrais da metrópole, de infelizes exibindo aos olhos nacionais e estrangeiros, defeitos físicos, miséria orgânica e ulcerações repugnantes, é sempre um espetáculo triste que depõe muito contra nossos fóros de civilizados e cristãos”³¹⁹. O artigo 60 da Lei de Contravenções Penais ratificava o problema da mendicância, postulando prisão de quinze dias a três meses por mendigar por ociosidade, aumentando a pena de um sexto a um terço, se a contravenção fosse praticada “de modo vexatório, ameaçador ou fraudulento”, “mediante simulação de moléstia ou deformidade”, ou “em companhia de alienado ou de menor de dezoito anos.”³²⁰.

³¹²TIMBAÚBA, Eptácio. Boletim do Crime. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 27 fev. 1946.

³¹³TIMBAÚBA, Eptácio. Boletim do Crime. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 27 fev. 1946.

³¹⁴TIMBAÚBA, Eptácio. Elogios merecidos. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 27 mai. 1950.

³¹⁵TIMBAÚBA, Eptácio. Elogios merecidos. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 27 mai. 1950

³¹⁶TIMBAÚBA, Eptácio. Elogios merecidos. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 27 mai. 1950

³¹⁷TIMBAÚBA, Eptácio. Elogios merecidos. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 27 mai. 1950

³¹⁸TIMBAÚBA, Eptácio. Um pouco de felicidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 25 fev. 1953.

³¹⁹TIMBAÚBA, Eptácio. Um pouco de felicidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 25 fev. 1953.

³²⁰BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941**. Dispõe sobre as contravenções penais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 out. 1941.

Essa temática é ainda abordada em outra matéria onde Timbaúba apresenta a importância da limpeza da cidade contra os “maus elementos evitando que a capital do país continue a ser o valhacouto de ladrões.”³²¹. A associação entre a ideia de “limpeza” e “maus elementos”, presente nesse trecho, data de um período mais anterior. Conforme os discursos médicos do século XIX, os pobres representavam, no sentido literal, uma ameaça sanitária, pois seus hábitos e suas habitações eram considerados “nocivos a sociedade” e “focos de irradiação de epidemias”³²². O medo da proliferação de doenças, dos vícios, dos crimes e da desordem social levaram o discurso científico médico a interferir nos costumes da população pobre³²³. A sujeira era entendida não apenas como uma questão estética, mas também como um risco de contágio e ameaça à saúde pública. Na tentativa de superar esses empecilhos para a construção do projeto modernizador e civilizador da capital, os princípios da higiene foram reunidos em uma espécie de ideologia. Esse “conjunto de princípios” passou a servir como alicerce para as ações “saneadoras” implementadas por engenheiros e médicos³²⁴. É sob esse contexto que a conexão entre as ideias de “limpeza”, “progresso” e “ordem” se contrapõem as noções de “desordem”, “sujeira” e indivíduos nocivos. Elucidando muito bem essa discussão Timbaúba afirma que “o que não é justo, o que não é direito, o que não está de acordo com nosso progresso e nossa evolução, é que continue o espetáculo, que já se tornou permanente, de uma exibição de misérias e de vadiagem”³²⁵.

Dessa forma, Epiácio disserta em sua coluna a necessidade de impedir que as ruas da metrópole apresentem o “aspecto desolador que mostram aos visitantes a nossa miséria orgânica e penúria social com a exibição de mendigos e maltrapilhos”³²⁶. A presença de pessoas vivendo nas ruas traz à sociedade uma sensação de perigo e instabilidade, mas não somente isso, levanta o questionamento quanto a civilidade da cidade, o seu progresso e sua “evolução” frente as grandes metrópoles europeias. Epiácio conclui afirmando que a “população da cidade” está “ansiosa em se ver livre, o mais breve possível daqueles que põem em perigo sua estabilidade e seu equilíbrio.”³²⁷. Uma das considerações que

³²¹TIMBAÚBA. Epiácio. Vigilância da Cidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro: 8 fev. 1950.

³²²CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.29.

³²³CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.30.

³²⁴CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.35.

³²⁵TIMBAÚBA, Epiácio. Boletim do Crime. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 27 fev. 1946.

³²⁶TIMBAÚBA, Epiácio. Boletim do Crime. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 27 fev. 1946.

³²⁷TIMBAÚBA. Epiácio. Vigilância da Cidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 fev. 1950.

Timbaúba faz sobre esse assunto é a indispensabilidade da criação de um órgão policial exclusivamente direcionado para a coordenação da mendicância, menores e meretrício³²⁸.

Desde o fim do século XIX, o imaginário do senso comum era moldado pela associação entre os pobres e as doenças contagiosas. E esse era considerado o motivo pelo qual as “classes perigosas” continuavam a se proliferar, as crianças pobres cresciam em um ambiente inadequado, expostas aos “vícios” dos pais, e, assim, passavam a reproduzi-lo. Por isso, no que diz respeito a discussão sobre o combate ao ócio, a estratégia era, primeiramente, “reprimir os supostos hábitos de não-trabalho dos adultos” e depois “cuidar da educação dos menores”³²⁹. Desse modo, os menores serão também considerados como grupos de risco, que podem atrapalhar o processo de ordenamento da sociedade, já que possuem uma natureza facilmente corrompida.

Essa perspectiva se faz presente nos escritos de Eptácio que afirma que os menores desamparados, criados “ao léu”, estão se transformando em “futuros criminosos em face os exemplos que recebem diariamente nos morros e favelas.”³³⁰. Estes se entregam a uma vida “de ociosidade e de vícios” fugindo “do trabalho honesto e substituindo-o pela mendicância”³³¹. Reforçando assim as ideias anteriores que relacionam pobreza, ócio e criminalidade, corroborando para a noção de que o ambiente corrompido que a criança cresce – geralmente um meio pobre – introduz ela ao crime. A favela serviria, então, como a representação desse ambiente insalubre e infestado de maus elementos, que poderiam corromper a juventude. Timbaúba complementa essa concepção em outra crônica assinalando que “nos morros em uma promiscuidade de pasmar, nas favelas em um ambiente anti-higiênico e mesmo antimoral, [...] está se criando uma população infantil da qual nada pode esperar a nação”³³². Vários conceitos mencionados anteriormente estão presentes nessa afirmação. Primeiro, a noção de higiene, limpeza e ordem contrapondo as noções de sujeira, criminalidade e desordem. Além disso, a declaração “nada pode esperar a nação” pode ser entendida como uma referência a inutilidade desses corpos, tanto no sentido produtivo, relativo ao ócio, quanto na questão de se tornarem empecilhos ao progresso do país.

³²⁸TIMBAÚBA, Eptácio. Vitória do Couto. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 19 jul. 1957.

³²⁹CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.29.

³³⁰TIMBAÚBA, Eptácio. Grande problema. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 16 fev. 1951.

³³¹TIMBAÚBA, Eptácio. Grande problema. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 16 fev. 1951.

³³²TIMBAÚBA, Eptácio. Infância desvalida. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 fev. 1953.

Epitácio acreditava que a solução deste problema cabia à polícia, que juntamente com a Delegacia de menores deveria “salvar esta meninada que está marchando a passos largos para o crime, impedir que ela se acostume com a lama em que vêm vivendo” e assim “desenvolver nela os nobres sentimentos, instruí-la, medicá-la, orientá-la de acôrdo com os ensinamentos cristãos”³³³. A medicalização, o controle e a moldagem dos menores eram noções já estipuladas pelo discurso científico no que se refere ao manejo das classes perigosas.

A abordagem científica sobre a questão dos menores foi vital para a estipulação de determinados conceitos e reflexões. Nesse sentido, Cesare Lombroso, uma das personalidades mais importantes no que se refere ao processo de organização e consolidação do pensamento criminológico, construiu princípios bastante férteis no século XX, sobre a questão da menoridade. Médico, Lombroso buscou elaborar um sistema de controle científico da criminalidade. Ele defendia a ideia de que o comportamento humano seria determinado biologicamente, e baseando-se no acúmulo de dados antropométricos construiu uma teoria de natureza evolucionista, em que criminosos poderiam ser identificados através de características físicas e psicológicas³³⁴. Assim, em seu livro *Criminal Man*, o autor afirma que todos os “instintos criminosos comuns aos selvagens primitivos seriam encontrados proporcionalmente em quase todas as crianças” [tradução nossa]³³⁵. De acordo com Lombroso, muito precocemente as crianças exibiam descontrole emocional e um direcionamento para sentimentos ruins, como desejo de vingança. Ele defendia que os criminosos e os menores manifestavam impulsos em comum, como “raiva, espírito de vingança, ociosidade, volubilidade e falta de afeição.” [tradução nossa]³³⁶.

Os discursos provenientes das teorias deterministas acreditavam que já era possível reconhecer na criança seu futuro criminoso. E que era na infância ou na puberdade que se revelavam as primeiras tendências para atitudes “antissociais”, as quais iam se concretizando progressivamente sob a influência do ambiente que experienciavam.

³³³TIMBAÚBA. Epitácio. Grande problema. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 16 fev. 1951.

³³⁴PATRASSO, André Luís de Almeida. **A Escola da Polícia do Rio de Janeiro: ciência, identificação e educação profissional (1912-1918)**. 2015. 135f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, 2015, p.37.

³³⁵LOMBROSO, Cesare. **Criminal Man**: according to the classification of Cesare Lombroso. Nova York; Londres: GP Putnam, The Knickerbocker Press, 1911, p.130.

³³⁶LOMBROSO, Cesare. **Criminal Man**: according to the classification of Cesare Lombroso. Nova York; Londres: GP Putnam, The Knickerbocker Press, 1911, p.134.

Seria no começo da vida que o médico, o agente do Estado, deveria procurar “ler” no indivíduo e no seu corpo seu futuro crime³³⁷. Era, portanto, necessário atentar-se à criança em busca de manifestações de “inclinações antissociais”, para evitar a proliferação desses comportamentos. Epitácio compartilhava de concepções semelhantes questionando a falta de interferência dos órgãos públicos para mitigar esta “chaga que é o crescimento da criança abandonada nas sargêtas das ruas, em companhia de máus elementos, em contato com os vícios e o crime”³³⁸. E, atribuindo ao local de habitação dos menores, a culpa pelas suas condutas desviantes: “os menores delinquentes e abandonados vêm das favelas” “E por que não se acaba com as favelas? Por que não se elimina a causa para acabar com o efeito?”³³⁹.

A ideia de que a pobreza e o “ambiente degradante das favelas” são os principais responsáveis pela formação de criminosos permeava o discurso sobre as classes perigosas. Sendo o menor, portanto, fruto e reflexo do meio em que vive. Timbaúba, reproduz em várias de suas crônicas essa percepção afirmando que os menores marchavam “a passo acelerado, para a vida criminal, desde que, em face ao ambiente em que vivem, recebem apenas ensinamentos do mal formando o espírito à sombra da ilegalidade”³⁴⁰. Por isso, se fazia essencial a intervenção direta e urgente da polícia na infância, com o objetivo de “integrá-lo na comunidade nacional como futuro indivíduo capaz de trabalhar e progredir, moldá-lo segundo a moral e os bons exemplos.”³⁴¹. Novamente, a ideia de trabalho está conectada a noção de progresso, o que, por sua vez, só poderia ser concretizado mediante ao controle das classes perigosas. Assim, vadios, mendigos e menores são grupos que ameaçam o projeto nacional, pois o não-trabalho leva a vícios, que levam ao crime e a desordem, se tornando, desse modo, problemas da polícia.

Nesse sentido, no processo de identificação realizado pela polícia, as categorias negativas eram manipuladas “de forma a permitir o maior enquadramento possível.”. A polícia detinha instrumentos de disciplinarização do conjunto das camadas populares, o que permitia definir as regras de comportamento no espaço urbano. No entanto, era “possível à polícia punir, mesmo fora do âmbito processual, aqueles que criam problemas

³³⁷FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, Sujos e Malvados: a Utopia Médica do Biodeterminismo**. São Paulo: Alameda, 2009, p.264.

³³⁸TIMBAÚBA, Epitácio. Menores abandonados. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 9 jun. 1951.

³³⁹TIMBAÚBA, Epitácio. Menores abandonados. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 9 jun. 1951.

³⁴⁰TIMBAÚBA, Epitácio. Infância desvalida. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 fev. 1953.

³⁴¹TIMBAÚBA, Epitácio. Ajuda ao menor. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 17 mai. 1953.

para a vida na cidade.”. O poder oferecido pelos códigos não era suficiente para manter a ordem na cidade em transformação, a polícia não estava aparelhada suficiente para exercer controle sob o novo Rio de Janeiro, tornando-se necessário a constituição de um arsenal de recursos capazes de mitigar os problemas. A instituição policial então empenhou-se para ampliar sua capacidade punitiva³⁴².

4.2.4 Entre o Vício e o Crime: Álcool, Drogas e Prostituição

No século XX, a consolidação do saber médico institucionalizado e a regulamentação estatal das drogas permitiu o fortalecimento da ideia de que certas substâncias que alteravam os sentidos e levavam a condutas anormais, eram viciantes, e por isso, eram um empecilho para a manutenção da ordem, atrapalhando a construção de uma nação “regrada e civilizada”. Era, assim, imprescindível que as drogas fossem proibidas e prescritas somente pelos detentores exclusivos do saber científico: os médicos³⁴³. Investidos do papel de “missionários salvadores”, os médicos buscavam produzir estudos que identificassem os males a serem superados para o avanço e progresso do país. Entre esses, estavam as drogas que alteram o estado de consciência, as quais deveriam ser coibidas, já que seu uso poderia levar a desordem. As ideias de “progresso”, “civilização” e “desenvolvimento” inundaram o período, refletindo os anseios da classe médica, que considerava essencial a “limpeza” da sociedade e a eliminação de tudo que representasse o “atraso, a desmoralização, o regresso e a barbárie”³⁴⁴.

Assim, no início do século XX, os médicos Pernambuco Filho e Adauto Botelho escreveram um ensaio, onde buscaram analisar diversas drogas presentes na sociedade do período. Essa obra, repleta de princípios fundamentais para a medicina da época, apresentava a noção de que indivíduos que fazem uso de drogas são “physica e moralmente desequilibrados, morbidamente predispostos, nevrosados, dados às imaginações doentias e extravagantes”. Para os autores, o vício em drogas se deve a uma

³⁴²BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018, p.144.

³⁴³SAAD, Luísa Gonçalves. **“Fumo de negro”**: A criminalização da Maconha no Brasil (1890-1932). Tese (Pós-graduação em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.4, 2013.

³⁴⁴SAAD, Luísa Gonçalves. **“Fumo de negro”**: A criminalização da Maconha no Brasil (1890-1932). Tese (Pós-graduação em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.53, 2013.

predisposição que torna o sujeito mais suscetível a essa condição, tanto no sentido moral, “já elles tinham frouxas essas qualidades”, quanto no que diz respeito ao organismo, “estamos convencidos da necessidade de um estado cerebral especial para que o individuo se deixe dominar por completo pela droga”³⁴⁵. Dessa forma, a pessoa viciada possui enfraquecidas as noções “superiores de moral, ethica, esthetica, auto-critica e altruísmo”, sendo, então, “capazes de qualquer crime”³⁴⁶. Logo, conforme os autores afirmam, era urgente travar uma luta “contra esta pleidade de insanos que cresce dia a dia, seja tenaz e sem esmorecimento, em bem da eugenia e sobretudo no que nos diz respeito para que não assistamos de braços cruzados a degeneração da nossa raça”³⁴⁷.

A proibição das drogas é fundamentada na ideia de que o uso de substâncias viciantes leva ao comportamento desviado. No entanto, essa classificação vai além, estando intimamente ligada às noções de “pureza racial”, onde o uso de drogas é visto como um risco de degeneração. Associar o vício ao crime é também delegar a outra autoridade a responsabilidade por essa questão, tornando-se um pretexto utilizado pela própria polícia para ampliar sua gama de atuações para com esses grupos.

Entre as drogas apontadas por Epitácio como problemáticas estão o álcool, a maconha e a cocaína. Para o autor era indiscutível a relação entre o álcool e o crime: “É matéria pacífica que o alcool é um fator primordial no aumento da criminalidade”³⁴⁸. De acordo com ele, as estatísticas já haviam provado que o estado de embriaguez levava a “crimes barbaros, aqueles que são praticados com requintes de perversidade, aqueles que arrepiam pela crueza e maldade de seus autores”³⁴⁹. A conexão entre o sadismo e o vício, bem como a falta de moral experienciada pelo indivíduo que se entrega a devassidão, está fortemente presente no discurso da época. O conceito de limpeza também retorna a crônica de Timbaúba ao dissertar sobre a importância do envolvimento policial na luta contra essa substância: “Combater o alcool como medida de higiene criminal, guerreá-la

³⁴⁵PERNAMBUCO FILHO, P.; BOTELHO, Adauto. **Vícios Sociaes Elegantes**: Cocaina, ether, diamba, opio e seus derivados, etc. Estudo clinico, medico-legal e prophylatico. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924, p.20-23.

³⁴⁶PERNAMBUCO FILHO, P.; BOTELHO, Adauto. **Vícios Sociaes Elegantes**: Cocaina, ether, diamba, opio e seus derivados, etc. Estudo clinico, medico-legal e prophylatico. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924, p.51.

³⁴⁷PERNAMBUCO FILHO, P.; BOTELHO, Adauto. **Vícios Sociaes Elegantes**: Cocaina, ether, diamba, opio e seus derivados, etc. Estudo clinico, medico-legal e prophylatico. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924, p.14.

³⁴⁸TIMBAÚBA, Epitácio. Criminalidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 23 mar. 1951.

³⁴⁹TIMBAÚBA, Epitácio. Criminalidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 23 mar. 1951.

como método de prevenção policial, deve ser a preocupação da chefia de Polícia”³⁵⁰. Além disso, ao longo do texto, ele reforça a conexão entre as noções de droga, crime e favela, voltando a destacar o morro como um espaço de criminalidade, “um exemplo da influência tremenda que o álcool exerce sobre os indivíduos, [...] encontra-se nos morros e favelas”³⁵¹. A chave para resolver isso, de acordo com Epitácio, seria cassando as “licenças concedidas autorizando os proprietários de tendas, tascas e biróscas venderem bebidas alcoólicas.”³⁵²

Outro método de controle proposto pelo autor é através da restrição do consumo. Ao não conseguir impedir totalmente a venda de bebidas alcoólicas, as autoridades deveriam recorrer a meios indiretos na tentativa de reduzir sua ingestão, principalmente “nos momentos em que a massa, por isto ou aquilo, encontra-se descontrolada, entregue completamente aos seus próprios impulsos, dominada pelos instintos”³⁵³. A preocupação constante das autoridades era evitar a agitação popular, recorrendo a subterfúgios, como o controle ou a proibição das drogas, com intuito de manter a população ordenada e possível de ser manejada.

Antes do século XIX, os discursos contra o consumo de álcool eram direcionados a indivíduos considerados “espirituosos”. No entanto, após esse período, passou a ser associado à exclusão social, reforçando um estigma que vinculava os alcoólatras às camadas mais pobres. Esse estigma foi ainda mais intensificado pelos altos índices de tuberculose registrados entre essas populações. Dessa forma, no cenário pós-abolição, a maioria das classes trabalhadoras era composta por negros e ex-escravizados³⁵⁴. Essa perspectiva pode ser observada na crônica de Epitácio, que confirmava que o álcool exercia maiores efeitos “junto as pessoas de cultura inferior como em face de sua ação sobre a raça proporcionando heranças patológicas e taras as mais diversas”³⁵⁵.

Assim como o álcool passou a ser associado a classe trabalhadora e aos negros, a maconha também era considerada uma droga de origem africana, reforçando narrativas que vinculavam certas questões raciais e sociais. Com base nos discursos científicistas,

³⁵⁰TIMBAÚBA, Epitácio. Criminalidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 23 mar. 1951.

³⁵¹TIMBAÚBA, Epitácio. Criminalidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 23 mar. 1951.

³⁵²TIMBAÚBA, Epitácio. Criminalidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 23 mar. 1951.

³⁵³TIMBAÚBA, Epitácio. Álcool e Crime. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1955.

³⁵⁴SAAD, Luísa Gonçalves. “**Fumo de negro**”: A criminalização da Maconha no Brasil (1890-1932). Tese (Pós-graduação em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.54, 2013.

³⁵⁵TIMBAÚBA, Epitácio. Álcool e Crime. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1955.

positivistas e eugenistas, a elite intelectual e política brasileira considerava a presença do negro e de sua cultura como um perigo para o progresso e a evolução de uma República ‘moralmente exemplar’. Tudo que proviesse ou se relacionasse com a cultura negra era incômodo e se tornava um problema, pode-se citar como exemplo o candomblé, a capoeira e a maconha, pois havia o receio de que pudessem entrar em contato com as camadas “saudáveis” – brancas – e arruinar o projeto de nação civilizada³⁵⁶.

Dessa forma, os ‘cânones da medicina legal’, especialidade que unificava o conhecimento das áreas médicas e jurídicas, se preocuparam em demonstrar que devido à quantidade de influência negra na sociedade brasileira, a nação estaria fadada ao fracasso, se certas providências não fossem tomadas. Os discursos do político Rodrigues Dória, por exemplo, abordavam de forma bastante negativa a utilização da diamba nos ritos das religiões de matriz africana, conectando a maconha a um ambiente de imoralidade, estado de loucura e a vícios das camadas populares que poderiam contaminar os outros setores sociais³⁵⁷. Pernambuco Filho e Adauto Botelho complementam essa ideia ao afirmar que a origem da maconha no Brasil se devia a uma vingança dos negros: “Dir-se-ia, dada sua origem, que a raça outr’ora captiva, trouxeram bem guardado consigo para ulterior vingança, o algoz que deveria mais tarde escravizar a raça opressora.”³⁵⁸.

Na mesma medida, Timbaúba considerava que “antigamente a utilização da erva maldita – que os escravos negros trouxeram para o Brasil onde facilmente se aclimatou – era apenas procurada por indivíduos de baixa condição social”, porém, com o passar do tempo, “a maconha deixou os morros e as favelas e veio plantar-se sòlidamente na cidade, onde formou sua legião de aficionados”³⁵⁹. De acordo com o autor, os usuários dessa droga advinham, em sua maioria, das “rodas elegantes e entre aquêles que, pelo fato de possuírem pais ricos não procuram matar o tempo no trabalho que enobrece ou no estudo que enriquece o espírito e engrandece o caráter.”³⁶⁰. Novamente é possível vislumbrar a

³⁵⁶SAAD, Luísa Gonçalves. “**Fumo de negro**”: A criminalização da Maconha no Brasil (1890-1932). Tese (Pós-graduação em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.5, 2013.

³⁵⁷SAAD, Luísa Gonçalves. “**Fumo de negro**”: A criminalização da Maconha no Brasil (1890-1932). Tese (Pós-graduação em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.83, 2013.

³⁵⁸PERNAMBUCO FILHO, P.; BOTELHO, Adauto. **Vícios Sociaes Elegantes**: Cocaína, ether, diamba, opio e seus derivados, etc. Estudo clinico, medico-legal e prophylatico. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924, p.72.

³⁵⁹TIMBAÚBA, Epitácio. Vício maldito. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 7 mar. 1958.

³⁶⁰TIMBAÚBA, Epitácio. Vício maldito. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 7 mar. 1958.

relação entre o não-trabalho e o vício – uso de drogas –, ambos sendo contrapostos aos conceitos positivos como enriquecimento e engrandecimento.

Por conseguinte, os estudos médico-legais também atestavam que os negros seriam dotados de características animais e agressivas, o que em conjunto com substâncias tidas como altamente perigosas, como a maconha, os levaria a cometer crimes. Os discursos que vinculavam a diamba com a loucura, feitiçaria e o crime impulsionaram o processo de criminalização e repressão do cultivo e uso da erva³⁶¹. Com base na crônica de Epitácio, a maconha conduziria “o indivíduo à prática de atos criminais”, além de torná-lo “incapaz ao exercício de qualquer atividade, destruindo-lhe a vontade, anulando-lhe a inteligência”³⁶². O corpo que não trabalha, não é útil, e, portanto, atrapalha o progresso do país. Sendo, assim, preciso da interferência policial, ou, como sugerido por Timbaúba, “batidas [policiais] nas favelas onde se ocultam os principais maconheiros”³⁶³.

A cocaína, de outra parte, era considerada um vício da elite. Conhecida como um “hábito elegante”³⁶⁴, o público usuário da cocaína vai se diferenciar conceitualmente daqueles que fazem uso da maconha e do álcool. Nesse sentido, o tipo de ação estabelecida pela polícia contra cada droga será determinado pelo público a qual ela é associada, ou seja, o tipo de repressão instituída contra a maconha, em nada se assemelhava a da cocaína³⁶⁵. Tendo seu meio de propagação a noite, nas boates e casas de diversão noturna, Timbaúba reforçava a necessidade de vigilância policial nos pontos de distribuição da droga, acreditando que o seu “uso passou a ser símbolo de distinção e elegância o que define uma época em que os prazeres criminosos dominam os espíritos mais lúcidos perturbando-os por completo”³⁶⁶.

³⁶¹SAAD, Luísa Gonçalves. “**Fumo de negro**”: A criminalização da Maconha no Brasil (1890-1932). Tese (Pós-graduação em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.7, 2013.

³⁶²TIMBAÚBA, Epitácio. O Grande Mal. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 18 jun. 1957.

³⁶³TIMBAÚBA, Epitácio. O Grande Mal. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 18 jun. 1957.

³⁶⁴PERNAMBUCO FILHO, P.; BOTELHO, Adauto. **Vícios Sociais Elegantes**: Cocaina, ether, diamba, opio e seus derivados, etc. Estudo clinico, medico-legal e prophylatico. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924, p.30.

³⁶⁵ADIALA, Júlio César. **Drogas, medicina e civilização na Primeira República**. 2011. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Rio de Janeiro, p.24, 2011.

³⁶⁶TIMBAÚBA, Epitácio. Prazeres. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 21 nov. 1958.

De acordo com Pernambuco Filho e Aduauto Botelho, a cocaína era uma droga de “propagação fácil e violenta”, e por isso, um perigo para a sociedade³⁶⁷. Consumidas fundamentalmente por “gentes de vida alegre que, avidas de sensações violentas, dedicam-se com acirrado amor aos vícios”, os médicos apontavam que “cerca de 2/3 das prostitutas do Rio de Janeiro” faziam uso dessa substância³⁶⁸. Com isso, eram consideradas as principais disseminadoras dessa prática. Pertencentes também as “classes perigosas”, as prostitutas, assim como os pobres, eram tidas como transmissores de doenças, dentre estas, o vício.

Ainda que a prostituição não constituísse crime na década de 1950, Eptácio compartilhava da noção de que ao permitir a proliferação dessa atividade, seriam “os alicerces da sociedade abalados profundamente, a integridade da família ameaçada por uma ocupação abjeta”³⁶⁹. Era necessário a criminalização da prostituição, afinal, a Justiça não deveria “amparar aquelas que ferem fundamentalmente os princípios básicos da família e que concorrem para sua dissolução.”³⁷⁰. As prostitutas eram então, retratadas pelos médicos, autoridades e as “boas famílias” como viciadas e traficantes³⁷¹. Além dos “cabarés” serem reconhecidos como “terreno fértil para a propagação de vícios”³⁷². Acreditava-se que os “moços elegantes” eram contaminados através das prostitutas com os vícios saídos das classes mais pobres³⁷³. A caracterização das prostitutas como vetores dos vícios, e, por conseguinte, da criminalidade, era uma noção compartilhada por diversos médicos do período. Para além disso, Eptácio também identificava os antros de prostituição como anti-higiênicos, indecentes e causadores da “perturbação da ordem”³⁷⁴. Na tentativa de mitigar esse problema, ele sugeria a realização de um policiamento ostensivo e permanente nas chamadas “zona de pecado”³⁷⁵. Ainda assim, Timbaúba

³⁶⁷PERNAMBUCO FILHO, P.; BOTELHO, Aduauto. **Vícios Sociaes Elegantes**: Cocaina, ether, diamba, opio e seus derivados, etc. Estudo clinico, medico-legal e prophylatico. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924, p.28.

³⁶⁸PERNAMBUCO FILHO, P.; BOTELHO, Aduauto. **Vícios Sociaes Elegantes**: Cocaina, ether, diamba, opio e seus derivados, etc. Estudo clinico, medico-legal e prophylatico. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924, p.27.

³⁶⁹TIMBAÚBA, Eptácio. Campanha meritória. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 10 nov. 1959.

³⁷⁰TIMBAÚBA, Eptácio. Campanha meritória. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 10 nov. 1959.

³⁷¹MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho (Org.). **Fumo de Angola: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade**. Salvador: EDUFBA, 2016, p.145.

³⁷²MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho (Org.). **Fumo de Angola: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade**. Salvador: EDUFBA, 2016, p.145.

³⁷³MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho (Org.). **Fumo de Angola: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade**. Salvador: EDUFBA, 2016, p.145.

³⁷⁴TIMBAÚBA, Eptácio. O decálogo. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 ago. 1959.

³⁷⁵TIMBAÚBA, Eptácio. ‘Operação Mangue’. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 7 nov. 1959.

acreditava que o melhor remédio seria “a extinção daquele aglomerado de infelizes como medida higiênica e saneamento moral da cidade”.

Enquanto a medicina se erguia como o bastião intelectual contra as drogas e o vício, formulando discursos e teorias que sustentavam a moralidade e a saúde pública, a polícia, por sua vez, executava a repressão contra as drogas e os locais e pessoas que supostamente as propagavam. Na medida em que os vícios eram diretamente associados ao crime pelo pensamento médico, havia uma justificativa para responsabilizar a polícia pela contenção dessa prática. Assim como no caso das “classes perigosas”, as noções de “limpeza” e “higiene” foram utilizadas para embasar a necessidade de controle das drogas, com o intuito principal de preservação da ordem social, na tentativa de garantir a construção de um país civilizado e moderno.

4.3 Atuações policiais

Na passagem do século XIX para o século XX o Rio de Janeiro sofreu um intenso processo de transformação social, mediante o qual a polícia enfrentava a tarefa de atualizar-se. Não somente a sociedade estava se ampliando, como também os vícios estavam se diversificando, tornando necessário o desenvolvimento por parte da polícia de um exercício classificatório, com objetivo de conseguir lidar com as novas classes que emergiam. Foi necessário a elaboração de um sistema de procedimentos que ofereciam ao policial uma margem de “interferência com a mínima expectativa de atritos.”. Isto significa que com certos grupos sociais, como prostitutas e vadios, a polícia detinha uma capacidade de ação quase ilimitada, e a violência era sempre possível. Entretanto, os resultados dessas ações eram restritos, já que estes “grupos desclassificados” que infestavam a cidade sabiam “também como sobreviver a esta violência.”. A conjuntura do período levou a polícia a estabelecer um método de negociação que lhe permitia, concomitantemente, não comprometer a ordem, e não entrar em conflito com os envolvidos. Dessa forma, o policial se tornava um “intérprete da lei”, realizando “acertos e admitindo exceções.”: “nenhuma lei era igual para todos; e o policial era o juiz.”³⁷⁶.

Apesar do policial ter como expectativa o comportamento legal, o qual é ensinado a valorizar, ele reserva para si um repertório de “opções fora da legalidade”, que utiliza

³⁷⁶BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018, p.157-158.

conforme sua percepção dos acontecimentos. Isto é, ele pode decidir não intervir ou até mesmo aplicar a violência. A escolha por qual procedimento seguir se faz por meio de um “conhecimento organizacional” – não é ministrado nas escolas –, que “qualifica a cidadania dos envolvidos, através de valores atribuídos a cor, idade, sexo, nível socioeconômico etc.”³⁷⁷. As decisões tomadas pelos policiais são baseadas na raça, classe e relações de intimidade entre os envolvidos; “os atores são mais importantes que os eventos na relação das disputas.”³⁷⁸. Assim, operando a partir dessas classificações, a polícia constrói uma hierarquia social, onde distribui as possibilidades de recurso e as punições³⁷⁹.

Além disso, a maior parte do policiamento é realizado por “policiais que estão, literalmente, por sua própria conta, trabalhando sozinhos ou aos pares.”. Então, ainda que possam estar conectados a um comando através do rádio, não recebem instruções organizadas e diretas sobre como agir mediante cada ocorrência. Os policiais também, raramente tem suas práticas sujeitas à revisão, o que lhes oferece uma sensação de liberdade de atuação. Assim, ainda que realizem algum treinamento formal, é geralmente através do trabalho cotidiano que os policiais aprendem a lidar com cada situação³⁸⁰. Nesse sentido, a autonomia demasiada experienciada por esses agentes, é muitas vezes confundida com permissividade, levando-os a agir com arbitrariedade.

O despreparo policial e o abuso de poder são temas recorrentes nas crônicas de Eptácio, que critica principalmente o uso desenfreado e indevido das armas. De acordo com o autor, os policiais não “titubentam em usar as armas que portam repetem-se com uma constância de alarmar os casos de mortes e ferimentos ocasionados por disparos dos revólveres policiais dados a esmo e sem motivos plausíveis”³⁸¹. Para ele a polícia deveria se encarregar de “zelar pela ordem pública”, mas ao invés disso insiste em se apresentar como protetora “de violências de toda espécie”³⁸². Timbaúba acreditava que o uso de

³⁷⁷BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018, p.16.

³⁷⁸BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018, p.19.

³⁷⁹BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018, p.156.

³⁸⁰BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2017, p.35.

³⁸¹TIMBAÚBA, Eptácio. Não se esqueçam. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 23 abr. 1950.

³⁸²TIMBAÚBA, Eptácio. Violências policiais. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 3 fev. 1950.

armas de fogo, mesmo por autoridades, precisava ser limitado, não devendo eles mesmos serem os primeiros a violar as leis que têm o dever de fazer cumprir³⁸³.

Por outro lado, o abuso de poder por parte da polícia também vai ocupar boa parte das críticas de Timbaúba. Ele defende que “espancar um prêso, maltratar quem quer que seja que se encontre nas mãos da Polícia, ferir a dignidade do detido com insultos ou ameaças, são atos que merecem o repúdio geral, que degradam uma instituição”³⁸⁴. E, por isso, toda campanha feita contra “agentes, que só sabem agir utilizando métodos violentos, é digna de aplausos.”³⁸⁵. Sob essa perspectiva, no carnaval de 1952, o chefe de polícia fez recomendações aos policiais para que todos “agissem com urbanidade, tratassem bem o povo, usassem a calma e ponderação durante os festejos”³⁸⁶. Essas orientações sugerem que esses tipos de comportamentos eram comuns entre os policiais, uma vez que foi necessário reforçar a importância de agir com decoro. Para Eptácio, estas recomendações seriam dispensáveis se “outra fosse a mentalidade de alguns policiais que se comprazem em maltratar aqueles que estão debaixo de sua vigilância”. O autor considerava que o mais difícil era fazer os policiais, “que tem uma pequena parcela de autoridade”, compreenderem que ao abusarem de suas funções, perderiam o respeito e as garantias legais, podendo ser responsabilizados “criminal e administrativamente”.

A questão da violência policial e do abuso de autoridade leva a refletir sobre a perspectiva de Robert Reiner de que, muitas vezes, os policiais tomam decisões baseadas em suas próprias concepções de certo e errado. Ou seja, a grande maioria dos agentes exercita um tipo de justiça social, que não se baseia na lei, mas no seu senso de justiça pessoal. Com isso, ao tomar decisões com base em seu caráter, o policial age influenciado por sua formação, crença e ideologia. Isso significa que suas escolhas não são neutras, e refletem preconceitos e estereótipos construídos através da sua experiência de vida, categoria profissional ou gênero³⁸⁷. Portanto, as decisões tomadas pelos policiais podem ser afetadas por vieses particulares, o que compromete a objetividade e a justiça do processo.

Confirmando a análise anterior, Egon Bittner destaca que o abuso de poder policial é resultado de diversos fatores, como as características pessoais do agente,

³⁸³TIMBAÚBA, Eptácio. Intranquilidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 25 abr. 1950.

³⁸⁴TIMBAÚBA, Eptácio. Serenidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 mai. 1954.

³⁸⁵TIMBAÚBA, Eptácio. Serenidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 mai. 1954.

³⁸⁶TIMBAÚBA, Eptácio. Guardas Violentos. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 fev. 1952.

³⁸⁷REINER, Robert. **The politics of the police**. 4ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, p.167.

incluindo seu comportamento e atitudes individuais, e a ausência de supervisão ou controle efetivo por parte do departamento. No entanto, ele ressalta que a principal causa desse problema é a incompetência profissional, ou seja, a falta de qualificação adequada para o desempenho de determinadas funções. Apesar do trabalho policial, exigir habilidades refinadas e uma capacidade apurada de julgamento, sendo uma atividade complexa e séria, ele é frequentemente atribuído a profissionais despreparados para lidar com suas demandas. Isso se deve, essencialmente, ao modo “displicente como os policiais são recrutados, treinados e supervisionados, não surpreende que policiais altamente habilitados constituam uma minoria³⁸⁸”.

Uma outra forma de desvio comportamental presente na polícia é a corrupção. O policiamento é apontado por Bittner como uma das atividades mais expostas à corrupção, devido ao grande número de oportunidades e tentações³⁸⁹. Especialmente no policiamento criminal, onde o policial lida com “drogas, prostituição e jogatina”, podendo “fazer vista grossa” em troca de algum benefício³⁹⁰. Na década de 1950, Eptácio já tratava desse tema, destacando que a corrupção entre os policiais não era um fenômeno recente, segundo ele, “não é de hoje que pesa sobre determinados elementos policiais a pecha do suborno.”³⁹¹. Timbaúba argumenta que, ainda que hajam esforços contínuos para combater a corrupção dentro da polícia, como a tentativa da chefia de eliminar os servidores envolvidos em extorsão, e o trabalho da imprensa em denunciar atos ilegais cometidos por esses agentes, o problema persistia e causava prejuízos a “respeitabilidade do órgão”³⁹². A corrupção enfraquece a autoridade da polícia, que passa a ser percebida como incapaz de cumprir sua função, uma vez que não consegue sequer disciplinar seus próprios membros. A corrupção policial era considerada também a responsável pelo aumento da criminalidade, pois, segundo Eptácio, se a “desonestidade policial” fosse erradicada, os criminosos teriam menos facilidade para cometer “suas empreitadas contra o povo e contra a lei”³⁹³.

Assim, quando o diretor da Divisão de Polícia Política e Social menciona a “antipatia popular contra a Polícia”, Eptácio responde por meio de sua coluna que a referida “antipatia popular contra a Polícia” na verdade é consequência “dos atos

³⁸⁸BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2017, p.37-38.

³⁸⁹BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2017, p.37.

³⁹⁰BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2017, p.37.

³⁹¹TIMBAÚBA, Eptácio. Desonestidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 21 mai. 1950.

³⁹²TIMBAÚBA, Eptácio. Desonestidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 21 mai. 1950.

³⁹³TIMBAÚBA, Eptácio. Desonestidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 21 mai. 1950.

praticados ilegalmente, pelas autoridades sempre convencidas que são donas de todos nós e senhoras absolutas de tudo que nos cerca.”³⁹⁴. Esse sentimento compartilhado pela população “decorre, exclusivamente, dos próprios atos praticados pelas autoridades policiais e seus agentes, atos estes, na maioria dos casos, contrários aos textos legais, infringentes dos preceitos morais”³⁹⁵. O autor questiona que tipo de confiança o povo poderia ter “em autoridades e agentes que procedem irregularmente que publicamente mostram seus complexos de inferioridade, que têm prazer em fazer mal, ao seu semelhante, que se sentem bem em perseguir?”³⁹⁶. A “antipatia popular” nada mais seria, então, do que reflexo das ações da própria corporação.

É necessário, portanto, compreender que as identidades policiais se constroem concomitantemente às relações entre a polícia e os cidadãos. Assim, segundo Bittner, no que diz respeito a manutenção da paz, não há dentro da polícia um comportamento regrado para reagir a todas às situações, então cabe a cada policial lidar com os chamados de acordo com seu julgamento. Por não existir um código de normas que regulamente essas ações, na maioria das vezes, os policiais escolhem agir ou não, ponderando suas próprias perspectivas. No entanto, devido a constância dessas ocorrências, os policiais acabam por desenvolver rotinas baseadas em suposições e objetivos já cristalizados³⁹⁷. Dessa forma, uma cultura policial foi se desenvolvendo de forma irrestrita através das experiências cotidianas desses agentes de segurança ao longo da história. Logo, é na atividade cotidiana dos policiais que se encontra a origem de seus saberes, o qual a maioria permanece ainda informal, destoando-se do treinamento³⁹⁸. Sendo possível visualizar a transgressão dos códigos teóricos em detrimento dos conhecimentos adquiridos na atuação prática, cruzando a linha entre o profissional e o pessoal.

Os problemas estruturais da instituição policial, como o abuso de poder, a corrupção e a falta de preparo profissional, refletem um cenário complexo e historicamente enraizado. A ausência de controle e supervisão eficazes, aliada à autonomia excessiva dos agentes, resultou em práticas arbitrárias baseadas em percepções pessoais, preconceitos e saberes informais adquiridos no cotidiano. Essa cultura policial, desenvolvida de maneira desordenada, comprometeu a confiança da população. Por fim,

³⁹⁴TIMBAÚBA, Epitácio. Antipatia Popular. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 fev. 1951.

³⁹⁵TIMBAÚBA, Epitácio. Antipatia Popular. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 fev. 1951.

³⁹⁶TIMBAÚBA, Epitácio. Antipatia Popular. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 fev. 1951.

³⁹⁷BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2017, p.18-19.

³⁹⁸BRETAS, Marcos Luiz. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo social: Revista de Sociologia**, São Paulo, USP, v.9, n°1, p.83, maio, 1997.

vale destacar que a relação entre a polícia e a população não se construiu em um espaço neutro, sendo assim reflexo também das transformações urbanas e sociais experienciadas pela cidade.

5.0 Polícia e cidade

A cidade do Rio de Janeiro experimentou uma série de mudanças significativas durante a década de 1950, em termos de alterações da paisagem urbana e nas dinâmicas sociais enfrentadas pela população. O Distrito Federal brasileiro, assim como o resto do mundo, enfrentava um contexto conturbado politicamente, tanto no que se refere a política externa, com o fim da Segunda Guerra Mundial, quanto internamente, com o fim do “Estado Novo” e o período de redemocratização. Por ser a capital federal, o Rio de Janeiro sediava ainda uma agitada agenda política, tendo os anos cinquenta se destacado pelas discussões acerca da organização administrativa da cidade, ou seja, da divisão e diferenciação das atribuições do Município e da União.

Desde o início do século XX, com as reformas de Pereira Passos, o Rio de Janeiro experiencia uma série de modificações consideráveis na configuração da cidade. Observa-se então, o alargamento das ruas, o esvaziamento do centro da cidade, construções e destruições diversas, além da redistribuição de várias ocupações, em uma tentativa de “arejar” e “modernizar” o Rio de Janeiro. Uma das consequências desse reordenamento urbano é a produção de situações “novas”, as quais a população ainda não acostumada a lidar, delegava a tarefa à polícia.

Segundo Timbaúba, a polícia desempenhava um papel central na organização e no funcionamento da cidade, sendo a principal responsável por sua manutenção e controle: “A ordem de uma cidade depende, exclusivamente, de seu constante policiamento...”³⁹⁹. Cabia à polícia executar todas as tarefas essenciais à vida urbana, como a “manutenção da ordem pública, a vigilância das cidades, as medidas de prevenção e repressão indispensáveis à garantia da propriedade e à segurança”⁴⁰⁰. Essa percepção evidencia a dimensão abrangente das funções atribuídas à corporação. Assim, amplia-se a análise sobre o objeto policial ao considerar a cidade enquanto um organismo vivo, que

³⁹⁹TIMBAÚBA, Eptácio. Milagre policial. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 16 mai. 1953.

⁴⁰⁰TIMBAÚBA, Eptácio. Polícias! **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 6 jan. 1953.

exerce influência nas características e configurações da polícia, mediante a alteração de seu espaço urbano e social.

5.1 Rio de Janeiro em disputa: a construção da ideia de capitalidade

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 e o início da “era atômica”, com bombas e anúncios da Guerra Fria, o mundo enfrentava um período conturbado política e economicamente. No Brasil, a conjuntura de instabilidade se repetia, em 1945 Getúlio Vargas desocupou a presidência e se iniciou um processo de redemocratização após o domínio do “Estado Novo”. Esses acontecimentos reverberavam com mais força na sede do poder federal, a cidade do Rio de Janeiro, pois havia expectativas de que estas mudanças também refletiriam na organização política da própria capital. A política carioca era marcada por uma forte fragmentação, causada pelo seu caráter nacional, o que não permitia que seus representantes atuassem em defesa dos interesses específicos da cidade⁴⁰¹. É preciso, porém, retornar no tempo para compreender o porquê o Rio de Janeiro exercia esse papel tão indefinido.

Em 1808 com a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil, estabeleceu-se a ideia de construção de um Império na América Portuguesa. A cidade do Rio de Janeiro, então, escolhida como sede desse poder, deveria substituir Lisboa e se tornar a base do novo governo. A ruptura política com Portugal tornou necessário a criação de uma identidade nacional, que deveria garantir a essa “nação tropical” um lugar “civilizado” no mundo. Quando em 1831 Dom Pedro I abdica do trono, eclode um debate acerca das instituições políticas, principalmente no que diz respeito a relação ente o Estado central e as províncias. Assim, em 1834 é instaurado o Ato Adicional, que impõe um modelo centralizador, criando o Município Neutro separado da província fluminense, o que foi um elemento fundamental na construção da cidade-capital brasileira, marcando sua diferenciação em relação aos outros municípios e sua subordinação ao governo central. Todavia, a construção da capital imperial como lugar da unidade não podia se limitar à definição do seu arcabouço político-jurídico, era imprescindível que a capital fosse capaz de anular a visão provinciana: “garantindo a imposição de hábitos e costumes,

⁴⁰¹DANTAS, Camila; MORAES, Marieta. Os apaziguados anseios da Terra Carioca – lutas autonomistas no processo de redemocratização pós-1945. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Rio de Janeiro: uma cidade na história**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.59-60.

de padrões de comportamento, de linguagem, de gosto e de moda, a partir de uma clara intenção unificadora e homogeneizadora”. Existia um processo de inferiorização do provinciano frente ao habitante da capital⁴⁰².

Para construção da capital como centro formador do “espírito nacional”, era essencial definir um perfil para a nação brasileira que fosse capaz de garantir uma “identidade própria”. Esse processo tinha o objetivo de inserir o país no conjunto de “nações civilizadas” e, também, manter uma unidade interna. Concomitante a esta construção de identidade nacional, era preciso estabelecer estratégias políticas de controle e subordinação principalmente no que diz respeito a população da capital, pois a proximidade física com a sede do governo representava uma constante fonte de preocupação para a elite dirigente⁴⁰³.

A construção da “capitalidade” do Rio de Janeiro tinha dois pilares principais; o primeiro era uma organização centralizada buscando unidade e ordem, sendo representado como “matriz irradiadora”, e o segundo, era o cosmopolitismo. No que diz respeito a este ponto, a cidade era o principal elo com o mundo europeu, “garantindo sua própria inserção no processo civilizacional e se tornando fonte de irradiação dessa civilização no país”. Dessa forma, os três elementos que marcaram a construção do Rio de Janeiro como capital do Império do Brasil foram; a unidade, a ordem e a ‘civilização’. Esses elementos contribuíram para a formação da identidade e importância da cidade como capital. A cidade, então, se tornou o pilar da unidade e da centralização, enfrentando o desafio de unificar um grande território composto por “ilhas econômicas e culturais, desejosas de emancipação política, o que era uma ameaça”⁴⁰⁴.

Após a Proclamação da República em 1889, o Rio de Janeiro sofreu diversos processos de reconfiguração com intuito de exercer o papel de Distrito Federal Republicano. Dentre estas modificações estava a alteração do estatuto político da capital. Era preciso instituir um novo “arcabouço político-jurídico que marcasse a inserção do ex-Município Neutro, agora Distrito Federal, no regime federativo”. A grande questão que pairava sobre o período era se o Distrito Federal deveria ter uma “vida política autônoma como a dos demais estados da federação” ou se ele deveria ser mantido como “Município Neutro”, “dependendo do Governo Federal central e afastado da política municipal

⁴⁰²MOTTA, Marly. **Rio, cidade-capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p.9-13.

⁴⁰³MOTTA, Marly. **Rio, cidade-capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p.14-15.

⁴⁰⁴MOTTA, Marly. **Rio, cidade-capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p.16-17.

local⁴⁰⁵. A situação do Rio de Janeiro era bastante complexa e conturbada, o parágrafo a seguir nos traz a dimensão das problemáticas

Com tutela federal, bancada estadual e administração municipal, a capital republicana transformou-se em uma entidade política e jurídica original no quadro federativo brasileiro. Originalidade que se configurou tanto na constituição de uma identidade política gravada pela ambiguidade quanto na formação de um campo político marcado pela fragmentação. O Distrito Federal, como os demais estados, elegia representantes para o Congresso Nacional (três senadores e dez deputados) e para o Conselho Municipal (27 intendentess). Já o prefeito e o chefe-de-polícia eram indicados pelo presidente da República, enquanto cabia ao Senado, e não ao Legislativo Municipal, a apreciação dos vetos do prefeito.⁴⁰⁶

Assim, a fragmentação característica do campo político carioca ia se construindo, sendo representada, como discorrido no trecho anterior, por disputas entre várias esferas; o Presidente da República, prefeito, senadores, deputados, intendentess. A divisão política do Rio de Janeiro não levou à “despolitização da cidade”, na verdade, havia “excesso de política”: “Fazia-se política no Catete, no Congresso, na Prefeitura, no Conselho Municipal. Fazia-se política nos sindicatos, nos partidos, nos clubes. E fazia-se política nas ruas⁴⁰⁷”.

Os defensores da autonomia carioca reivindicavam uma diminuição e limitação da intervenção do poder federal na capital. Durante a Primeira República este desejo não foi atendido, mas com o fim do Estado Novo e o retorno das eleições para presidente, elaborou-se a Constituinte de 1946, onde se apresentou novamente essa vontade popular. A autonomia do Distrito Federal neste período significava conceder o direito ao povo carioca de eleger, por voto direto, o prefeito da cidade. Mais do que isso, era também uma garantia dos direitos já conquistados, como possuir uma representação legislativa federal e municipal. No entanto, na Constituinte de 46 ficou evidente a existência de práticas neutralizadoras implementadas pelo governo federal, através do partido majoritário e de membros da elite política e de outros estados, que fizeram de tudo para garantir o direito de indicação do prefeito pelo Presidente da República. O processo de redemocratização não acatou as vontades de autonomia dos cariocas, o Distrito Federal continuou marcado pela ambiguidade e provisoriedade⁴⁰⁸.

⁴⁰⁵MOTTA, Marly. **Rio, cidade-capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p.18-21.

⁴⁰⁶MOTTA, Marly. **Rio, cidade-capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p.22-23.

⁴⁰⁷MOTTA, Marly. **Rio, cidade-capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p.24.

⁴⁰⁸DANTAS, Camila; MORAES, Marieta. Os apaziguados anseios da Terra Carioca – lutas autonomistas no processo de redemocratização pós-1945. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Rio de Janeiro: uma cidade na história**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.61-66.

O debate sobre como o Rio de Janeiro deveria estar organizado esteve presente desde o período Imperial, mas foi na República que ficou claro que diversas segmentações do Governo Federal estavam se sobrepondo aos poderes municipais. Nesse sentido, é na conjuntura política de 1950 que se reacende a discussão sobre a melhor forma de distribuir as funções entre a União e o Município⁴⁰⁹.

Em 1952 Eptácio Timbaúba aborda esta problemática em sua coluna. Em uma matéria intitulada “Polícia e Autonomia”, o autor ressalta a aprovação pela Câmara de uma emenda constitucional que daria autonomia política ao Distrito Federal, restando apenas a aprovação do Senado para que “Metrópole tenha sua vida administrativa própria sintetizada na eleição do seu Prefeito.”⁴¹⁰. Até a presente data o prefeito era indicado pelo Presidente da República, o que delimitava em muito os poderes do prefeito, mas também sua articulação política⁴¹¹.

No entanto, mais do que a eleição por vias populares do prefeito, Eptácio evidencia a importância de que a autonomia seja completa, ou seja, de que todos os serviços públicos locais sejam transferidos para o governo municipal. Entre os órgãos que deveriam ser transferidos para a órbita municipal o primeiro deles deveria ser a polícia civil: “Lucrará ou não a instituição policial com a mudança? Parece-nos que sim.”. As disputas no Rio de Janeiro fragmentado não se limitavam a política, mas se estendiam também nas questões de controle e ordem da cidade. Por isso, para Timbaúba era importante que o município tivesse seu lugar bem demarcado dentro da República. Se a polícia civil fosse movida de jurisdição, ela disporia de maiores elementos materiais e recursos; “a Prefeitura poderá dar à polícia uma melhor situação, que irá desde a melhoria dos vencimentos dos servidores policiais até a instalação condigna de suas inúmeras dependências.”⁴¹².

Além disso, como a grande questão entre a polícia e a cidade é o seu constante policiamento, o autor afirma que a concretização dessa passagem dos serviços policiais para a municipalidade traria um benefício para a vigilância da cidade⁴¹³. Isto se deve,

⁴⁰⁹DANTAS, Camila; MORAES, Marieta. Os apaziguados anseios da Terra Carioca – lutas autonomistas no processo de redemocratização pós-1945. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Rio de Janeiro: uma cidade na história**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 60.

⁴¹⁰TIMBAÚBA, Eptácio. Polícia e autonomia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 28 set. 1952.

⁴¹¹TIMBAÚBA, Eptácio. Polícia e autonomia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 28 set. 1952.

⁴¹²TIMBAÚBA, Eptácio. Polícia e autonomia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 28 set. 1952.

⁴¹³TIMBAÚBA, Eptácio. Polícia e autonomia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 28 set. 1952.

pois, a polícia municipal “com seu importante contingente de vigilantes que não é aproveitado convenientemente, passará a ter uma ação mais decisiva conseqüentemente mais eficiente.”. Devido a uma falta de “entrosamento das autoridades policiais com os órgãos municipais competentes”, a polícia municipal oferece serviços inferiores à sua capacidade. Para Epiácio, se esta emenda constitucional fosse aprovada, a população passaria a usufruir de um policiamento mais “uniforme e portanto mais eficiente”⁴¹⁴. Todavia, há também o viés político por trás dessa decisão, como fica claro na matéria, a passagem da polícia, do Corpo de Bombeiros e da justiça local para o âmbito administrativo municipal, significaria “pôr nas mãos do Prefeito um indiscutível poder.”⁴¹⁵.

Ao final de 1952 o assunto continuava em voga nas colunas de Epiácio, onde ele apontava para a tramitação de um projeto de reforma administrativa no país, que continha uma possível transferência do Serviço de Trânsito para a Prefeitura e a subordinação da Polícia Militar – que estava sob as ordens do Ministro da Justiça – ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP)⁴¹⁶, responsável pela manutenção da ordem no Distrito Federal, concentrando todas as funções de polícia⁴¹⁷. Apesar de positivas, de acordo com o autor, estas modificações precisavam ser aprofundadas⁴¹⁸. O Serviço de Trânsito, a Inspetoria de Iluminação e de Gás e o Corpo de Bombeiros eram considerados como serviços locais, de “interesse imediato da cidade”. Por isso, deveriam passar para a municipalidade, assim como o Serviço de Águas e Esgotos. Para Timbaúba, era inaceitável que a polícia “eminentemente local” não ficasse subordinada ao Município, como ocorria em outras capitais: “É claro que o governo federal, sediado na capital do país, não pode ficar sem um serviço policial próprio que zele pela segurança de seus membros”⁴¹⁹.

A tentativa de “civilizar”, ou seja, aproximar a cidade do Rio de Janeiro ao “padrão” civilizacional e de progresso Europeu, permanecia presente no imaginário da sociedade carioca na década de 1950, com apenas uma diferença, o Estados Unidos havia

⁴¹⁴TIMBAÚBA, Epiácio. Polícia e autonomia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 28 set. 1952.

⁴¹⁵TIMBAÚBA, Epiácio. Polícia e autonomia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 28 set. 1952.

⁴¹⁶TIMBAÚBA, Epiácio. A Reforma e a Polícia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 25 dez. 1952.

⁴¹⁷NETO, David Maciel de Mello. ‘**Esquadrão da morte**’: Uma outra categoria da acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Vol.10, nº1, jan./abr., 2017, p.138-139.

⁴¹⁸TIMBAÚBA, Epiácio. A Reforma e a Polícia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 25 dez. 1952.

⁴¹⁹TIMBAÚBA, Epiácio. A Reforma e a Polícia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 25 dez. 1952.

se tornado também um modelo a ser seguido. Com o fim da Segunda Guerra Mundial os norte-americanos estabeleceram uma nova política externa, onde o foco passou a ser o estreitamento das relações entre o país e a América Latina⁴²⁰. Para isso foram utilizadas ferramentas de cunho econômico, político e cultural⁴²¹. É possível observar essa influência ao encontrar em diversas reportagens de Timbaúba uma referência enaltecendo os Estados Unidos, seja citando os moldes “Americanos” de autonomia como os corretos a serem seguidos⁴²², seja valorizando o modelo de policiamento deste país em detrimento do seu próprio⁴²³:

É o policiamento ostensivo, que se vê em tôdas as grandes cidades norte-americanas e europeias que neutraliza em grande parte a ação dos inimigos da lei, evita as públicas infrações penais, consolida a defesa da propriedade, garante a segurança individual, assegura a todos o direito de locomoção, vigia pela integridade física dos que têm necessidade de ir e vir.⁴²⁴

Para Timbaúba, a capital do país não tinha o policiamento ostensivo que ela tanto precisava, dispoendo de um corpo restrito de guardas-civis e não tendo um quadro de inspetores de trânsito adequados às necessidades. O governo se recusava a atender os pedidos dos Chefes de Polícia, “com o fim de ombrear a metrópole com as demais capitais.”, estendendo o problema à outras esferas; as verbas eram escassas, as viaturas deficientes, as instalações inadequadas, os funcionários restritos, poucos recursos e regulamentos malfeitos⁴²⁵. Conforme afirma o título da matéria, apenas um milagre para que a instituição permanecesse funcionando. Entretanto, nem só de problemas administrativos e disputas políticas vivia o Rio de Janeiro, a cidade também experienciava grandes problemas urbanos.

5.2 As transformações na cidade do Rio de Janeiro

Essa busca, desde os tempos imperiais, para inserir o Brasil – e principalmente o Rio de Janeiro, a capital – em uma certa “escala evolutiva de progresso”, comparando-o

⁴²⁰GOMES, Daniel Costa. **A Imposição do Alinhamento:** a política externa dos governos Dutra e Vargas (1946-1954). 2016. 145f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016, p.124.

⁴²¹GOMES, Daniel Costa. **A Imposição do Alinhamento:** a política externa dos governos Dutra e Vargas (1946-1954). 2016. 145f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016, p.124.

⁴²²TIMBAÚBA, Eptácio. A Reforma e a Polícia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 25 dez. 1952.

⁴²³TIMBAÚBA, Eptácio. Milagre policial. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 16 mai. 1953.

⁴²⁴TIMBAÚBA, Eptácio. Milagre policial. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 16 mai. 1953.

⁴²⁵TIMBAÚBA, Eptácio. Milagre policial. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 16 mai. 1953.

com países considerados “civilizados”, teve algumas consequências, dentre elas a alteração do espaço urbano. Contudo, muitas vezes a história do Rio de Janeiro ficava no caminho para sua própria “modernização”. Em 1922, para a comemoração do centenário da Independência, foi proposta a transformação do Rio de Janeiro em um tipo de “vitrine do progresso nacional” ao longo dos últimos cem anos, com intuito de apresentar o avanço ocorrido no país para o exterior. Para realizar este projeto, foi planejada uma “exposição universal”, para qual seria necessário a construção de pavilhões e palácios nacionais e estrangeiros. Todavia, a execução deste empreendimento demandava a demolição do morro do Castelo, para dar lugar aos prédios da exposição. Este acontecimento provocou um debate acirrado entre aqueles que consideravam “o arrasamento” um “imperativo da modernidade” e outros que compreendiam o desaparecimento do morro como um “sacrilégio”⁴²⁶. Neste caso em específico, supostamente a “modernidade” venceu, o morro do Castelo foi demolido. No entanto, um outro caso semelhante ocorreu em 1953, e Epitácio Timbaúba recorreu a sua coluna periódica para criticá-lo.

O pensamento sanitarista repercutia nas rodas intelectuais da capital, o que muitas vezes era utilizado como embasamento para a realização de certas obras. Se utilizando destas ideias, Timbaúba argumenta que o “refrescamento” da Avenida Presidente Vargas, a construção da Avenida Perimetral, o alargamento da rua Visconde de Itaboraá e a construção da nova sede do Departamento dos Correios eram reformas de extrema utilidade e urgência para a cidade⁴²⁷. Porém, nenhuma destas intervenções poderia ser feita devido a uma “velharia que está caindo aos poucos” e, que por ter sido construída em 1817, há 136 anos, “acha-se inscrita desde 24 de maio de 1917 no Livro do Tombo como preciosidade histórica não podendo portanto ser demolida.”⁴²⁸.

O tombamento de um bem imóvel significa que este não pode ser alterado, nem removido, pois está protegido legalmente, por possuir algum tipo de relevância histórica ou arquitetônica⁴²⁹. O prédio a qual Epitácio se refere pode ser encontrado no mapa de 1953 a seguir, ocupando a parte direita da Rua Visconde de Itaboraá, virado para o mar. Fica evidente, a partir da observação da imagem, que o prédio ocupava o espaço que

⁴²⁶MOTTA, Marly. **Rio, cidade-capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p.31-32.

⁴²⁷TIMBAÚBA, Epitácio. A velharia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1953.

⁴²⁸TIMBAÚBA, Epitácio. A velharia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1953.

⁴²⁹SANTOS, Helena Mendes dos; TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. Livro do Tombo. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbeta). ISBN 978-85-7334-299-4.

estaria destinado às obras citadas pelo autor; como o “refrescamento” da Avenida Presidente Vargas, com a passagem dos ventos marinhos⁴³⁰. O alargamento da rua Visconde de Itaboraá, que permitiria a passagem dos bondes nos dois sentidos, liberando a rua Primeiro de Março, onde o “tráfego atual já chegou ao máximo”⁴³¹. E a construção da nova sede do Departamento dos Correios, que ofereceria mais conforto para seus funcionários “mais garantia às cartas e invólucros enviados por via postal, mais bem-estar ao público.”⁴³². Este espaço entre os dois prédios é atualmente conhecido como Praça dos correios.

FIGURA 22 – Mapa da cidade do Rio de Janeiro, 1953



Fonte: ImagineRio.

No que diz respeito a construção da Avenida Perimetral, sua presença no mapa só se dá a partir da década de 1970. Ainda assim, é possível visualizar a forma que o espaço ocupado por este imóvel tombado “atrapalharia” o empreendimento citado. Esta obra era considerada de extrema importância, pois ligaria a Praça Mauá e a Avenida Beira-Mar, facilitando o escoamento dos veículos que se dirigissem à zona sul⁴³³. Não seria mais necessário atravessar as ruas centrais para chegar ao seu destino, diminuindo o fluxo de

⁴³⁰TIMBAÚBA, Eptácio. A velharia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1953.

⁴³¹TIMBAÚBA, Eptácio. A velharia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1953.

⁴³²TIMBAÚBA, Eptácio. A velharia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1953.

⁴³³TIMBAÚBA, Eptácio. A velharia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1953.

carros nestas áreas, que estavam já bastante sobrecarregadas por um trânsito cada vez mais intenso⁴³⁴.

FIGURA 23 – Mapa da cidade do Rio de Janeiro, 1970



Fonte: ImagineRio.

A “velharia” mencionada pela matéria data da época do Império, e funcionou, primeiramente como prédio da Primeira Praça do Comércio e, posteriormente, como edifício da Alfândega⁴³⁵. Atualmente, restaurado e conservado, este patrimônio tombado é conhecido como Casa França-Brasil, funcionando como um centro cultural.

FIGURA 24 – Casa França-Brasil



Fonte: Michel Schettert, 2016.

⁴³⁴TIMBAÚBA, Epitácio. A velharia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1953.

⁴³⁵TIMBAÚBA, Epitácio. A velharia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1953.

Na crônica fica evidente a opinião favorável do autor no que diz respeito a modernização da cidade “a todo custo”. Isto é, para Epitácio a “retirada daquelas paredes de mais de um século” permitiria a circulação do vento vindo do mar, sendo “canalizado para a grande artéria refrescando-a bastante tornando-a assim inútil sua arborização.”⁴³⁶. O prédio era considerado também um desperdício de espaço, sendo descrito como “aquele prédio sujo, velho, com uma árvore crescendo em seu teto, as paredes caindo aos poucos contrastando com a imponente Candelária e com a elegância dos modernos edifícios.”⁴³⁷. A foto a seguir apresenta realmente uma fachada decadente, precisando de conservação. Porém, as críticas de Epitácio tampouco dizem respeito a estética, elas representam muito mais um apelo à modernidade, ao progresso, e a edificação de uma “nova República”, despreendida do passado colônial: “o velho prédio com 136 anos permanecerá sem consêrto ou reparo, atestando a capacidade de um arquiteto francês e lembrando a cobardia de D. João VI ao fugir das tropas de Junot.”⁴³⁸. E complementa: “o saudosismo não admite tais coisas. Que tudo continue como está, mas fique de pé a velharia que nos lembra que um dia fomos colônia!”⁴³⁹.

FIGURA 25 – Fotografia da fachada da antiga Alfândega do Rio de Janeiro



Fonte: Arquivo Nacional, 1954.

⁴³⁶TIMBAÚBA, Epitácio. A velharia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1953.

⁴³⁷TIMBAÚBA, Epitácio. A velharia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1953.

⁴³⁸TIMBAÚBA, Epitácio. A velharia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1953.

⁴³⁹TIMBAÚBA, Epitácio. A velharia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1953.

No entanto, nem só de fracasso viviam as obras urbanas no Rio de Janeiro na década de 1950, muitas outras foram realmente concretizadas. E trouxeram diversas questões tanto para a configuração estrutural da cidade, como social. Dentro deste processo de modificações, o principal a sofrer as consequências foi o tráfego; fluxos intensos nos principais pontos da cidade, obras atrapalhando o deslocamento, alargamento de ruas, derrubada de prédios e até mesmo morros, redirecionamento e criação de novas ruas, formulação de novas leis de trânsito, entre outras reformas urbanas que afetavam direta ou indiretamente o tráfego. Este cenário interferia profundamente no cotidiano da população carioca. Por isso, as questões de trânsito se faziam presentes na imprensa, inclusive nas colunas de Epitácio.

Quando o Chefe de Polícia cogitou mandar rebocar os automóveis encontrados estacionados em locais proibidos, Timbaúba redigiu uma dura crítica contra esta ação⁴⁴⁰. De acordo com ele, os proprietários de carros particulares seriam os mais prejudicados, e estes só recorreriam a esse subterfúgio, pois o Rio de Janeiro sofria com a reduzida quantidade de vagas: “Eles assim procedem dadas as dificuldades que encontram para estacionar seus carros nos pontos permitidos, os quais diminuem dia a dia, à medida que aumenta extraordinariamente o número de veículos.”⁴⁴¹. Em certa medida, a argumentação de Epitácio se faz verídica, já que os índices mostram que em 1922, o número de automóveis no Brasil era de 2.772, logo no ano seguinte esse número quase quadruplicou, e em 1923 já eram 12.995 veículos nas ruas⁴⁴². Essa quantidade ainda aumenta significativamente em 1950, chegando a 262.529 automóveis⁴⁴³. Apesar de referentes ao Brasil e não somente ao Rio de Janeiro, estas informações nos trazem uma perspectiva da crescente vertiginosa que os veículos sofreram no país em menos de 30 anos.

A solução proposta pelo autor para mitigar a situação do aumento do número de automóveis e a pouca infraestrutura na cidade para comportá-los, seria a construção de garagens subterrâneas, largos ou praças apropriadas para o estacionamento, “alguns logradouros públicos exclusivamente para aquele fim”⁴⁴⁴. Epitácio assegurava que se isso

⁴⁴⁰TIMBAÚBA, Epitácio. Primeiro a Lei. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 29 jan. 1950.

⁴⁴¹TIMBAÚBA, Epitácio. Primeiro a Lei. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 29 de jan. 1950.

⁴⁴²Um índice no nosso progresso. É assombroso o aumento dos automoveis! **O Globo**. Rio de Janeiro, 29 Jul. 1925, p.1.

⁴⁴³GORDINHO, Margarida Cintra. Transportes no Brasil: a opção rodoviária. São Paulo: Marca D'água, 2003, p.123.

⁴⁴⁴TIMBAÚBA, Epitácio. Primeiro a Lei. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 29 jan. 1950.

fosse feito “sem duvida nenhuma ninguém se sujeitaria a pagar multas pelo fato de deixar, durante horas de trabalho ou nos momentos de compra ou diversão, seu automovel em lugar não permitido.”⁴⁴⁵.

Além disso, a medida prevista pelo Chefe de Polícia não estava presente no Código Nacional de Trânsito (1941), o que Eptácio Timbaúba chamou de prática “antipática, prejudicial e abusiva. É também ilegal.”⁴⁴⁶. Este regulamento previa multa no valor de vinte cruzeiros ao estacionar em local não permitido (art. 127, item 43), e não conferia reboque para esta ocasião em específico (art. 131)⁴⁴⁷. As novas demandas de uma cidade em constante transformação requerem modificações em seus aparatos legais, para que estes se adequem aos novos contextos sociais criados.

Entre o início e o fim da década de 1950 há um aumento significativo das mortes por causas externas em relação à totalidade dos óbitos registrados no município do Rio de Janeiro⁴⁴⁸. O principal responsável por este crescimento foram os acidentes de trânsito⁴⁴⁹. Essa conjuntura talvez estivesse clara para seus contemporâneos, como apresenta Timbaúba em suas reportagens: “Alarmado, muito justamente, com os delitos do tráfego que dia a dia aumentam assustadoramente e bem assim com os excessos praticados por aqueles que dirigem automóveis”⁴⁵⁰.

Em 1952, Eptácio sinalizava que o Chefe de Polícia havia baixado uma portaria a respeito da fiscalização do trânsito estabelecendo normas que intensificavam a repressão contra “maus motoristas”. Esse tipo de ação tinha o objetivo de suprir as deficiências da vigilância, devido ao número restrito de servidores disponibilizados pelo Serviço de Trânsito. A recomendação do Chefe de Polícia era de que todas as autoridades policiais colaborassem, auxiliando o “Serviço de Trânsito, exercendo severa fiscalização nos locais em que se encontrem mesmo sem estarem de serviço”. Para o autor, os problemas no trânsito se devem às práticas de condutas abusivas, como; “delírio de velocidade, o abuso de buzinas e faróis, as contramão de direção, principalmente nos

⁴⁴⁵TIMBAÚBA, Eptácio. Primeiro a Lei. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 29 jan. 1950.

⁴⁴⁶TIMBAÚBA, Eptácio. Primeiro a Lei. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 29 jan. 1950.

⁴⁴⁷**BRASIL**. Código Nacional de Trânsito. Decreto-Lei nº 2994, de 28 de janeiro de 1941.

⁴⁴⁸MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. 414f. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999, P.96.

⁴⁴⁹MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. 414f. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999, P.96.

⁴⁵⁰TIMBAÚBA, Eptácio. Reforçando a Fiscalização. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 16 nov. 1952.

cruzamentos, as passagens entre meo-fios e bondes, os estacionamentos em lugares impróprios, as grosserias de motoristas e trocadores coletivos.”⁴⁵¹.

No que diz respeito ao problema das buzinas e dos faróis, é o seu uso exacerbado que afeta a vida na cidade. Ao dissertar sobre o tema, Eptácio afirma que os estrangeiros que chegam ao Rio de Janeiro ficam espantados com o abuso da buzina e do farol: “um aviso, transformou-se durante o dia em verdadeiro tormento para todos”⁴⁵². Um dos exemplos que traz é de que “Se o sinal está fechado o motorista faz funcionar a buzina do carro, como se porventura seus sons tivessem capacidade para acelerar o andamento do sinaleiro automático.”. Além da sinfonia que o trânsito proporcionava, com o uso indevido e desnecessário da buzina, não havia um controle para o som, cada motorista instalava em seu carro a “buzina que quer, quantas quiser e com a intensidade de som que achar conveniente.”. Isto se tornou um enorme obstáculo para a manutenção da ordem na cidade, que se transformou em um “verdadeiro pandemônio, não sendo respeitados hospitais, casas de saúde, escolas, igrejas, recolhimentos. O ideal é fazer o maior barulho possível.”. A noite a buzina era substituída pelos faróis, que cegam os motoristas em sentido contrário e os pedestres que atravessam as ruas⁴⁵³.

Na tentativa de resolver algumas destas questões, certas medidas foram tomadas. Em 1953 o tráfego da Avenida Rio Branco e da Presidente Vargas se encontrava em estado de anarquia⁴⁵⁴. Então, com o objetivo de impedir as “fechadas” e passagens violentas no trânsito a fila de ônibus e micro-ônibus foi reestabelecida ao longo do meio-fio. Esta medida não foi bem recebida pela população, que reclamou de possíveis atrasos. No entanto, Eptácio reforça que é melhor um pequeno atraso do que “sofrer como as 505 pessoas do ano passado e as 133 deste ano”⁴⁵⁵.

Outra determinação, visando maior segurança do trânsito, foi a implementação de semáforos. O Serviço de Trânsito estava passando por uma transformação, e estudos estavam sendo realizados para preencher as necessidades de fiscalização, principalmente nos pontos de maior circulação⁴⁵⁶. Devido a deficiência de pessoal e de material desta repartição, foi instalado a maior quantidade possível de sinais automáticos, escolhendo

⁴⁵¹TIMBAÚBA, Eptácio. Reforçando a Fiscalização. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 16 nov. 1952.

⁴⁵²TIMBAÚBA, Eptácio. Buzinas e Faroís. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 2 nov. 1952.

⁴⁵³TIMBAÚBA, Eptácio. Buzinas e Faroís. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 2 nov. 1952.

⁴⁵⁴TIMBAÚBA, Eptácio. A indisciplina. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 12 abr. 1953.

⁴⁵⁵TIMBAÚBA, Eptácio. A indisciplina. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 12 abr. 1953.

⁴⁵⁶TIMBAÚBA, Eptácio. Novos Rumos. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 12 fev. 1953.

preferencialmente cruzamentos mais perigosos e lugares onde a densidade de trânsito era maior:

Na falta de guardar que permaneçam, durante as vinte e quatro horas em determinados pontos, dirigindo o trânsito o sinal automático é o único recurso admitido. Além de forçar o motorista a ter cuidados especiais impedindo-o de desenvolver em seu carro velocidade excessiva o sinal automático é uma garantia para o pedestre que pode cruzar as ruas, em segurança, nos pontos perigosos.⁴⁵⁷

Para além da instauração da sinalização automática, a cidade sofreu outra transformação, diversas ruas tiveram sua direção alterada, com o intuito de desobstruir o trânsito e aumentar a fluidez⁴⁵⁸. Além disso, novas ruas foram criadas, ampliadas e revestidas, como é o caso da pista do canal do Mangue, que tornou possível a passagem de mais uma fila de carros, com intuito de acelerar e facilitar o escoamento de automóveis⁴⁵⁹. Novamente Eptácio coloca em perspectiva que a alteração do espaço não se fez suficiente devido a ressalva para com elementos antigos, neste caso, foram as palmeiras que ficavam à beira do canal. O autor acredita que estas “palmeiras velhas” deveriam ter sido retiradas para que as pistas tivessem sido aumentadas ao máximo: “É o amor pelo arcaico, prejudicando o interesse da coletividade.”⁴⁶⁰. A parte interessante deste comentário é que no que se refere a pista da Avenida Presidente Vargas, Eptácio foi a favor de um “refrescamento” por vias marítimas para evitar a arborização, ou seja, ele compreende a importância de elementos que diminuam as temperaturas da cidade. De fato, o que se torna evidente, é um apreço pelo progresso a qualquer custo, e um desmantelamento do passado sempre que possível.

Um outro meio de transporte que também transtornava a dinâmica da cidade eram os trens. Em vinte anos (1930-1950), a população do Rio de Janeiro quase que dobrou de tamanho⁴⁶¹. Vários fatores contribuíram para este intenso crescimento demográfico, dentre estes o mais fundamental foi o crescimento industrial da cidade, que atraiu significativa mão-de-obra. O aumento populacional através da imigração contribuiu para o desenvolvimento dos subúrbios, especialmente dos situados nas proximidades da fronteira do Distrito Federal ou além dela, nos municípios da baixada. A multiplicação

⁴⁵⁷TIMBAÚBA, Eptácio. Novos Rumos. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 12 fev. 1953.

⁴⁵⁸TIMBAÚBA, Eptácio. Novos Rumos. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 12 fev. 1953.

⁴⁵⁹TIMBAÚBA, Eptácio. Novos Rumos. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 abr. 1953.

⁴⁶⁰TIMBAÚBA, Eptácio. Novos Rumos. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 abr. 1953.

⁴⁶¹ABREU, Maurício de Souza. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011, p.96.

das fábricas no Estado do Rio de Janeiro pressionou o poder público para investir em infraestrutura básica, na melhoria dos transportes intra e interurbanos⁴⁶². Na década de 1950 o processo migratório havia se intensificado, e desta quantidade, metade se estabeleceu na “periferia intermediária”, especialmente municípios da Baixada Fluminense. Nesse sentido, apesar da abertura das rodovias ter sido um fator adicional de expansão do Rio de Janeiro em direção à Baixada, foi o trem que permaneceu como principal responsável pela “anexação de áreas longínquas ao tecido urbano”. O motivo para isto se dá, pois o trem possuía tarifas unificadas e subsidiadas pelo governo, o que contribuiu para o crescimento da metrópole, possibilitando uma série de projetos imobiliários construídos a distâncias cada vez maiores do centro do Rio⁴⁶³.

O conflito entre classes é refletido também na luta pelo domínio do espaço, marcando a forma de ocupação do solo urbano, o contrário também ocorre, a forma de organização do espaço condiciona e assegura a concentração de renda e de poder na mão de poucos. No caso brasileiro, o Estado tem – historicamente – apoiado os interesses e privilégios de determinados grupos, adotando para isso “política, controles e mecanismos reguladores altamente, discriminatórios e elitistas.”. Esse comportamento acentua as disparidades e fomenta a elitização dos espaços urbanos centrais, levando a uma consequente periferização das classes de baixa renda. O conceito de “periferização” abrange mais do que a simples definição de uma localização distante do centro metropolitano, é também a falta de acessibilidade ao consumo e bens de serviços que, “embora produzidos socialmente pelo Estado, localizam-se apenas nas áreas mais privilegiadas da metrópole, beneficiando, portanto, principalmente aqueles que aí residem.”⁴⁶⁴.

Essa oposição entre o núcleo e a periferia foi ainda reforçada pela antiga situação em que o Rio de Janeiro se encontrava, onde o núcleo se via separado de suas periferias e do seu território com a divisão da Região Metropolitana em dois estados. Os recursos foram concentrados em obras para o núcleo da cidade do Rio de Janeiro, sem reinvestir nas regiões as quais não tinha “responsabilidades políticas”. O núcleo então se fortaleceu, porém, cercado por uma periferia “pobre e, superpovoada, onde eram deixados todos os

⁴⁶²ABREU, Maurício de Souza. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011, p.96.

⁴⁶³ABREU, Maurício de Souza. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011, p.121-123.

⁴⁶⁴ABREU, Maurício de Souza. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011, p.15.

ônus para o antigo Estado do Rio, enquanto a Guanabara auferia todas as vantagens disponíveis.”⁴⁶⁵.

Vale destacar que a noção de “subúrbio” aqui aplicado à cidade do Rio de Janeiro, possui características diferentes do conceito utilizado na maioria das cidades norte-americanas e europeias. A ideia de “subúrbio carioca” é representada por um espaço ocupado por classes populares, sem a presença de classes médias ou altas. Ou seja, ainda que bairros como Botafogo, Gávea, Copacabana, Ipanema e Leblon estivessem distantes do centro da cidade, nunca estiveram incluídos na categoria de “subúrbio”. Além disso, o conceito carioca de subúrbio esteve intimamente associado à presença de ferrovias: “Encontramos ao longo do tempo, nos diferentes campos, manifestações dessa representação, cuja amálgama contém: subúrbio - bairros populares - trem - classe operária.”. Uma outra característica que complementa o conceito de subúrbio, empregado ao Rio de Janeiro, é o desprestígio social. Após a remoção da população pobre do centro da cidade, esta foi condenada a uma ausência de políticas de assistência à moradia, “sendo relegada a um processo de exclusão social, empurrada para a periferia, resultando em uma imagem desmoralizante do subúrbio, um lugar sem atrativos, sem cultura e sem história”. O subúrbio se tornou assim, uma região fora da cidade, sem direitos, “uma área “sub”, conforme o significado do prefixo (“posição abaixo de”; “inferioridade”; “insuficiência”)⁴⁶⁶.

É nesse contexto que o trem se torna – ao longo do século XX – um elemento fundamental da construção do subúrbio, recebendo deste a “condição de um transporte que não é da cidade, ficando sem a função integradora.”. O transporte ferroviário virou o “transporte do subúrbio”, o que explica, tendo em vista os processos abordados anteriormente, a falta de preservação e qualidade do serviço⁴⁶⁷.

O fenômeno de "segregação socioespacial", iniciado na década de 1930 e fundamentado na periferização urbana, ampliou a presença de moradias precárias na região metropolitana, sem resolver as questões relacionadas ao emprego, à infraestrutura

⁴⁶⁵ABREU, Maurício de Souza. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011, p.17.

⁴⁶⁶DUTTON, Rafael Bomfim. **Estratégias e táticas nos trens da Supervia**. 2012. 99f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Política). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2012, p.26-28.

⁴⁶⁷DUTTON, Rafael Bomfim. **Estratégias e táticas nos trens da Supervia**. 2012. 99f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Política). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2012, p.28.

e aos serviços na vida da classe trabalhadora. O resultado disso é um destaque ao problema dos transportes de massa, principalmente os trens, que nas três primeiras décadas do século XX sofreram um aumento significativo no número de passageiros. A quantidade de passageiros de 1937, ano de eletrificação das linhas, até 1945 passou de 32 milhões para 137 milhões, porém os trens permaneceram com as mesmas 60 composições. A falta de infraestrutura e investimentos gerou no sistema ferroviário uma gradativa precarização, gerando diversos problemas como: “a deterioração das composições, em função da sobrecarga para qual foram projetados; a superlotação; os atrasos; as constantes panes; os frequentes descarrilamentos; as quedas de energia”⁴⁶⁸.

Na década de 1950 o Estado opta pelo investimento no setor rodoviário, alimentando a chamada “febre viária” e assumindo um modelo de desenvolvimento que privilegia ônibus, lotações e veículos individuais. É neste período, com a deterioração dos transportes ferroviários juntamente com o alto custo de vida e a redução do poder aquisitivo, que a classe trabalhadora “experimentará uma intensificação da luta pelo direito à cidade, da qual o aumento do número de quebra-quebras é uma expressão da luta dos usuários contra a segregação espacial, que lhes restringe o direito à locomoção”⁴⁶⁹.

É neste contexto que se insere um incidente na estação Pedro II (a atual Central do Brasil), quando o povo cansado de esperar os trens – “eternamente atrasados” – resolveu reverter sua ira em ação⁴⁷⁰. Os policiais agiram com violência, recorrendo a agressões com cassetetes. A polícia que interferiu nesta ocasião era denominada “polícia da Central do Brasil” que, de acordo com Eptácio, foi criada por um abuso administrativo: “armados e fardados com indumentária peculiar ao guarda civil por uma concessão ilegal da chefia de polícia.”. A nomeação destes “policiais” seria ilegal, pois a guarda civil ingressava no serviço do Departamento Federal de Segurança Pública após provas especiais feitas no DASP ou na Escola de Polícia; “durante as quais revela condições intelectuais, morais e físicas adequadas à missão a que se propõe realizar”, enquanto isso os “pseudo-guardas civis da Central do Brasil” não fazem qualquer prova

⁴⁶⁸DUTTON, Rafael Bomfim. **Estratégias e táticas nos trens da Supervia**. 2012. 99f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Política). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2012, p.28-29.

⁴⁶⁹DUTTON, Rafael Bomfim. **Estratégias e táticas nos trens da Supervia**. 2012. 99f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Política). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2012, p.29.

⁴⁷⁰TIMBAÚBA, Eptácio. Um Testemunho. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 7 jan. 1953.

de seleção e são investidos de uma autoridade “que não lhes cabe, arvorados da noite para o dia em agentes da ordem pública.”⁴⁷¹.

A solução oferecida por Timbaúba no que diz respeito ao problema tratado pela matéria, em nada refere-se a uma melhora na infraestrutura ou maiores investimentos nos transportes ferroviários, mas sim, a saída mais simples: aumento do policiamento. Aconselha que seja estabelecido um posto da Guarda Civil no local, já que o movimento de passageiros na estação Pedro II é intenso, exigindo um policiamento permanente⁴⁷². A pronta resolução deste conflito se faz necessária à medida que Timbaúba considera uma afronta à construção de civilidade a veiculação em jornais de imagens de barbárie tanto por parte da população como da polícia⁴⁷³.

As atribuições policiais, portanto, variavam conforme as transformações experienciadas pela cidade do Rio de Janeiro, fossem estas modificações da conjuntura social, como era o caso do acesso à transportes de qualidade, fossem estas reformas urbanas, como a ampliação de ruas, retirada de prédios e morros, remoção de moradias e novas construções; como o caso que será aqui analisado: o Maracanã. Inaugurado dia 16 de junho de 1950, a crônica de Timbaúba se passa no dia 29 de junho de 1950, poucos dias após uma transformação drástica no funcionamento das ruas ao entorno do estádio, e principalmente, após uma mudança social do movimento naquele bairro. A notícia discorre sobre uma atuação descabida dos agentes de segurança, que na tentativa de punir os proprietários dos automóveis que ficaram estacionados na avenida Maracanã e ruas adjacentes ao ‘Estádio Municipal’ quando se realizavam os jogos da Copa do Mundo, promoveram o esvaziamento dos pneus dos carros como forma de penalização aos motoristas que não cumpriram as determinações⁴⁷⁴.

No entanto, a pena estabelecida para este tipo de infração pelo Código Nacional de Trânsito é de apenas uma multa – como já foi citado aqui no caso do reboque. Além de considerar a medida ilegal, o autor salienta a sua injustiça, visto que não existiam sinais vedando o estacionamento de veículos, nem mesmo guardas o suficiente para impedir a permanência dos automóveis, e sequer um edital publicado para evitar o estacionamento indevido⁴⁷⁵. Essa crônica se torna valiosa para a presente pesquisa já que demonstra como

⁴⁷¹TIMBAÚBA, Epitácio. Um Testemunho. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 7 jan. 1953.

⁴⁷²TIMBAÚBA, Epitácio. Um Testemunho. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 7 jan. 1953.

⁴⁷³TIMBAÚBA, Epitácio. Um Testemunho. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 7 jan. 1953.

⁴⁷⁴TIMBAÚBA, Epitácio. Excesso de Poder. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 29 jun. 1950.

⁴⁷⁵TIMBAÚBA, Epitácio. Excesso de Poder. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 29 jun. 1950.

as transformações experienciadas pela cidade do Rio de Janeiro eram mais rápidas do que a capacidade tanto do poder público, como das pessoas e até mesmo dos próprios policiais de se adequarem a essas modificações e dar conta das novas atribuições.

Após refletir sobre a ação inconveniente realizada pela polícia na matéria analisada, alguns questionamentos podem surgir no que diz respeito ao porquê a polícia interferiu em uma situação a qual não estava preparada e talvez até mesmo desconhecesse. A polícia é entendida como uma resposta rápida e urgente a uma situação, agindo naquilo que a população ainda não sabe lidar⁴⁷⁶. Faz parte da atribuição policial cuidar daquilo que a sociedade desconhece, até que possa ser avaliado seu risco e definidas as agências do Estado capazes de tratar especificamente do problema⁴⁷⁷. De fato, “não existe o problema humano, ou não se pode imaginar um, sobre o qual se possa dizer, decisivamente, que não poderá, com certeza, vir a se tornar um assunto de polícia.”⁴⁷⁸.

Entretando, polícia não possui um protocolo rígido para lidar com todas as situações do cotidiano, o que faz com que cada policial responda às ocorrências conforme suas próprias percepções e critérios. Devido à frequência dessas ocorrências, os policiais tendem a criar rotinas fundamentadas em suposições e objetivos previamente estabelecidos. Ainda assim, grande parte desses problemas sociais são bastante complexos e sérios, o que pressupõe habilidades específicas de julgamento e conhecimento para lidar com eles, requisitos os quais não são priorizados no recrutamento e treinamento dos policiais⁴⁷⁹. Nesse sentido, uma vez que a cidade e seus conflitos são, “problemas” da polícia, a polícia se torna também, em alguma medida, um problema da cidade.

5.3 A Polícia e a cidade em transformação

Para além do cosmopolitismo, com sua rápida implementação das reformas urbanas de “modernização”, um outro elemento que compunha a capitalidade do Rio de Janeiro era a ordem. Para Timbaúba, era à polícia que cabia esta tarefa⁴⁸⁰. Bem verdade,

⁴⁷⁶ BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2017, p.235.

⁴⁷⁷ BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018, p.132.

⁴⁷⁸ BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2017, p.235.

⁴⁷⁹ BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2017, p.17-19.

⁴⁸⁰ TIMBAÚBA, Epitácio. Milagre policial. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 16 mai. 1953.

a maior parte dos recursos da polícia eram destinados à manutenção da paz na cidade, que consiste na tarefa de encontrar soluções permanentes ou provisórias para problemas que requerem atenção imediata⁴⁸¹. Os policiais são frequentemente envolvidos em operações de resgate, ainda que sua função mais típica seja impedir o caos, a violência e manter a ordem⁴⁸².

O trabalho policial no Rio de Janeiro do século XX era dificultado por diversos fatores. A escolha do chefe de polícia era realizada pelo Presidente da República e o Ministro da Justiça, o que retirava o poder de decisão da política local, resultando na escolha para o cargo de pessoas afastadas dos problemas da cidade, “ignorante de sua geografia e seus hábitos”⁴⁸³. Além disso, os códigos não desfrutavam de poder o bastante para exercer o controle sobre a cidade em transformação. A polícia não estava aparelhada de forma suficiente para manter a ordem no “novo Rio de Janeiro”, sendo necessário, portanto, a construção de estratégias e recursos capazes de mitigar as questões latentes no período⁴⁸⁴.

Concomitantemente, a sociedade e os vícios presentes nela estavam se diversificando, demandando da polícia o desenvolvimento da identificação e controle dos novos grupos que emergiam, como as “classes perigosas”. Para isso, a polícia construiu um sistema de procedimentos que permitia sua atuação com o mínimo de conflitos. No que se refere às classes marginalizadas, a polícia desfrutava de uma viabilidade de ação muito mais ampla, com a violência sempre presente como uma possibilidade. Diante disso, era necessário desenvolver uma abordagem que permitisse, ao mesmo tempo, preservar a ordem e evitar confrontos com esses indivíduos.⁴⁸⁵ O Rio de Janeiro deste período se tornou, então, o espaço de formação do “novo saber policial”, construído a partir da interação diária entre o povo e a polícia⁴⁸⁶.

⁴⁸¹BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2017, p.33.

⁴⁸²BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2017, p.34.

⁴⁸³BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018, p.43.

⁴⁸⁴BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018, p.144.

⁴⁸⁵BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018, p.157-158.

⁴⁸⁶BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018, p.96.

Na República, o Estado vai se demonstrar, por diversas vezes, incapaz de definir um agente específico para a ação coercitiva na cidade do Rio, e assim indicar com precisão suas tarefas⁴⁸⁷. Isto acaba por indefinir o limite entre a ação policial e a arbitrariedade, “criando uma zona cinzenta mal regulada, onde se movem policiais imaginais em confrontos que se definem em si, de forma extralegal.”⁴⁸⁸. Afinal, ainda que os departamentos de polícia fossem altamente burocratizados e os policiais respondessem a uma estrita regulamentação interna, no que se refere as atuações nas ruas, “eles estão bastante sozinhos e independentes em seus afazeres junto aos cidadãos.”⁴⁸⁹. As identidades policiais se constroem em consonância às relações entre a polícia e a população. Com efeito, a maior parte das atividades policiais contempla a manutenção da paz, que inclui, principalmente, a repressão contra cidadãos. Nesses confrontos, a abordagem é quase sempre mais agressiva, com pessoas das escalas econômicas mais baixas e com aqueles que pertencem a minorias raciais⁴⁹⁰.

A esses grupos foi delegado na cidade lugares específicos para sua ocupação. Em 1950 o Rio de Janeiro crescia em ritmo acelerado junto com as reformas urbanas, produzindo um processo social de esvaziamento populacional do centro. Este projeto teve como consequência a transferência de grupos em condição de vulnerabilidade às encostas de morros ou bairros do subúrbio. Essa sequência de acontecimentos construiu uma dualidade de espaços, onde para além da diferença arquitetônica das moradias e disposição das ruas, estruturava-se um ambiente considerado inconstitucional, no que diz respeito as relações com as entidades de controle do Estado. O morro se tornava um território sem infraestrutura, informal e ilegal. A evolução urbana do Rio de Janeiro contribuiu para a atualização das “representações que equalizavam favela, subúrbio, pobreza, indolência, desorganização e, principalmente, o crime.”⁴⁹¹.

A ideia de associar a favela à criminalidade esteve presente, não apenas, no imaginário da polícia da década de 1950, mas também em suas ações. Em sua coluna, Timbaúba discorreu grandes elogios ao novo delegado da Delegacia de Vigilância e

⁴⁸⁷BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018, p.38.

⁴⁸⁸BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018, p.38.

⁴⁸⁹BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2017, p.238.

⁴⁹⁰BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2017, p.36.

⁴⁹¹NETO, David Maciel de Mello. ‘Esquadrão da morte’: Uma outra categoria da acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Vol.10, nº1, jan./abr., 2017, p.137-138.

Capturas, destacando suas valorosas ações, como as “grandes batidas” feitas nos morros e favelas “detendo indivíduos de vida duvidosa, apreendendo nos barracos e casebres armas as mais variadas”, além de destruir nas tendas que funcionavam ilegalmente, “quantidades apreciáveis de cachaça utilizada durante toda a noite pelos malandros, e que em grande parte era a causa principal dos crimes de sangue que ali tinham lugar.”⁴⁹². Para Epitácio, o trabalho realizado pelo agente foi de uma “profilaxia policial, de verdadeira prevenção”, e caso a abordagem tivesse se mantido, teria sido possível reduzir o “alto índice de criminalidade” na cidade⁴⁹³. Esse texto conecta ideias pejorativas ao espaço da favela, produzindo uma ligação direta entre o seu crescimento ao aumento da violência, vícios e crimes.

Desde 1930, a cidade do Rio de Janeiro já se encontrava bastante estratificada. As classes economicamente mais abastadas predominavam na “nova” Zona Sul, as classes médias na antiga Zona Sul e na Zona Norte, e classes pobres nos subúrbios. Todavia, essa organização espacial passa a conflitar com as exigências de acumulação de capital. A expansão extensiva da cidade, em parte condicionada por fatores físicos, resultou no aumento das distâncias entre o local de trabalho e a residência, demandando deslocamentos cada vez mais extensos para a força de trabalho. A população, então, precisava se localizar próximo à demanda crescente de emprego. A opção que sobrava a essas pessoas era a ocupação de terrenos ainda não ocupados, como morros íngremes⁴⁹⁴.

O intenso fluxo migratório e as políticas populistas foram dois elementos que corroboraram fundamentalmente para a propagação das favelas, tendo em vista o aumento significativo na demanda por habitações e a condição financeira que muitos se encontravam, precisando recorrer a locais pouco valorizados. Além da necessidade, durante o período de redemocratização – pós 1945 –, de angariar votos utilizando, principalmente, lugares em que se prevalecia uma vulnerabilidade social⁴⁹⁵. O primeiro censo das favelas do Distrito Federal foi realizado em 1948, e contabilizou 105 favelas,

⁴⁹²TIMBAÚBA. Epitácio. Delegacia de Vigilância. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 28 dez. 1952.

⁴⁹³TIMBAÚBA. Epitácio. Delegacia de Vigilância. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 28 dez. 1952.

⁴⁹⁴ABREU, Maurício de Souza. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011, p.94-95.

⁴⁹⁵ABREU, Maurício de Souza. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011, p.95.

nas quais habitavam quase 200 mil pessoas, ou seja, 7% da população da cidade na época⁴⁹⁶.

Outra favela que estava se formando no mesmo período encontrava-se localizada em São Cristóvão, conhecida como “barreira do Vasco”⁴⁹⁷. De acordo com Epitácio, a sensação no bairro era de insegurança, pois com o passar do tempo havia se estabelecido “malandros, vendedores de “maconha”, contrabandistas, salteadores, valentões arvoraram o antigo bairro imperial em sede de suas atividades”, estes transformaram alguns pontos em verdadeiros esconderijos, “pondo-se a salvo da ação policial e da repressão por parte de suas vítimas.”. Dentre estes “esconderijos” citados figurava-se a favela da “barreira do Vasco”, onde “a criminalidade conseguiu organizar-se de forma eficiente, tornando nulas todas as intervenções realizadas pelas autoridades policiais e até mesmo militares.”⁴⁹⁸.

A matéria pede a extinção desta comunidade como resolução do problema em questão, o que o autor chama, novamente, de “profilaxia policial”, seria a desarticulação completa dos “péssimos elementos que ali moram, destruídas as tendas e “biroscas” que fornecem aos desordeiros a cachaça que eles necessitam como incentivo às práticas criminais a que se habituaram.”. Nesta linha de pensamento não apenas a favela é entendida como um antro de criminalidade, mas todos que moram ali são vistos como criminosos também. A favela se torna o mal da cidade, o “cancro” que deve ser extirpado para que a cidade possa, enfim, viver a ordem para qual ela foi construída. Além de acusar os moradores desta comunidade, e designar a favela em si como culpada dos males da sociedade, Epitácio ainda recorre a uma política segregacionista, sugerindo que a polícia coloque “um círculo de ferro em torno daquela área da capital do país para reestabelecimento ali do império da lei, da ordem e da moralidade.”⁴⁹⁹.

No entanto, muito antes das crônicas de Epitácio, já se fazia presente nos veículos midiáticos, discursos onde a favela era diretamente conectada com os mais diversos problemas sociais. A revista “Vida Policial”, por exemplo, exibia, já em 1925, uma capa repleta de estereótipos acerca desse lugar⁵⁰⁰.

⁴⁹⁶ABREU, Maurício de Souza. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011, p.103.

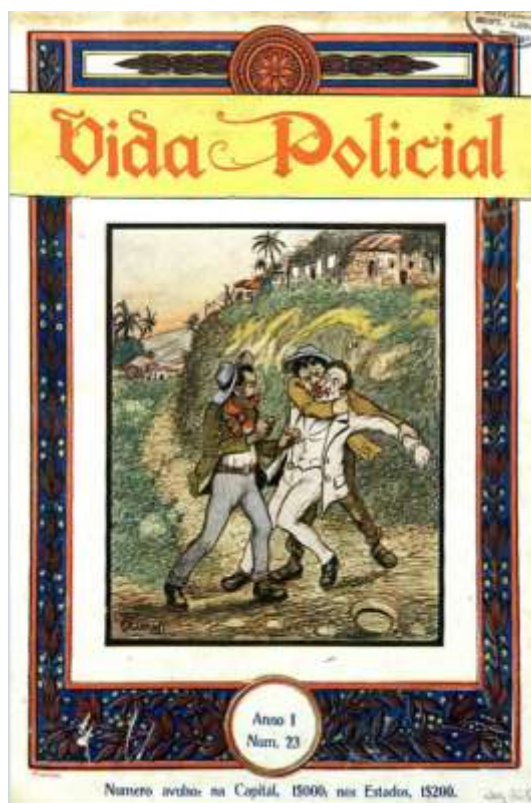
⁴⁹⁷TIMBAÚBA. Epitácio. Crime Organizado. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 20 mar. 1953.

⁴⁹⁸TIMBAÚBA. Epitácio. Crime Organizado. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 20 mar. 1953.

⁴⁹⁹TIMBAÚBA. Epitácio. Crime Organizado. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 20 mar. 1953.

⁵⁰⁰Vida Policial. Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, 1925. Capa.

FIGURA 26 – Capa da revista “Vida Policial” de 15 de agosto de 1925



Fonte: Vida Policial. Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, 1925. Capa. Disponível em <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/342246/1153>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

Na imagem, é possível observar uma representação da favela, onde ao fundo estão construções pequenas, amontoadas e irregulares, cercadas por uma paisagem de aspecto rural e pouco moderno. Dois homens negros aparecem em primeiro plano, assaltando um homem branco. Aqueles são retratados com roupas comuns e simples, em contraste com o homem branco, que aparece vestido de forma elegante, destoando de seu entorno, usando um traje branco, simbolizando riqueza e status. Além disso, os traços fenotípicos característicos dos homens negros são excessivamente exagerados no desenho, evidenciando uma tentativa deliberada de ridicularizar e caricaturar as pessoas negras, reforçando estereótipos racistas e desumanizantes. Um desses indivíduos também segura em sua mão direita um cachimbo, fazendo alusão ao uso de drogas relacionando pessoas negras, vício, moradores de favela e crime. Essa imagem, então, reforça a visão estigmatizada dos morros como espaços degradados, marcados pela presença predominante de habitações precárias, criminosos e drogas.

Segundo Bittner, as chamadas “áreas deterioradas” são vistas pela polícia como o “habitat natural de pessoas que perderam a capacidade e o comprometimento de levar uma vida normal em bases permanentes.”. Dessa forma, a atuação dos policiais é limitada

pelos estereótipos atribuídos a esses moradores⁵⁰¹. Para além disso, Eptácio destaca que é nos “morros que o crime encontra suas mais profundas raízes, seja escondendo aqueles que vivem à margem da lei, seja protegendo e amparando os que têm contas a ajustar com a Justiça”⁵⁰². As favelas são apontadas por ele como lugares escusos e enigmáticos, onde criminosos se refugiam e nos quais a Justiça era incapaz de penetrar.

Conforme Timbaúba, a culpa da proliferação desse comportamento era da própria polícia, que não realizava o policiamento ostensivo tão necessário a cidade dando margem para que os criminosos descessem para “a planície, onde dão pasto a suas inclinações criminais, indo depois se ocultar nos casebres que enfeitam os morros, contrariando todos os princípios de higiene e de estética ou urbanismo”. Assim, o pobre, o criminoso, a prostituta, o vagabundo, o mendigo, o menor, enfim, as classes perigosas, eram as responsáveis pela disseminação de doenças, vícios e crimes, e a favela e os morros, eram os locais onde se proliferavam essa gente, onde todos os princípios de cidade civilizada ficavam suspensos, e se vivia em um ambiente sujo, feio e desordenado, colaborando para o retrocesso da cidade como um todo.

Para enfrentar esse problema, o autor propõe, em uma matéria de 1954, a criação de um “pôsto policial que se encarregaria não só da vigilância como da identificação dos moradores”⁵⁰³. Essa sugestão é retomada em 1959, reforçando a ideia de que a polícia deveria estabelecer uma presença constante nos morros e “organizar o fichário de cada um levantando o cadastro policial completo de todos os moradores”⁵⁰⁴. Eptácio acreditava que com esse método em pouco tempo os “môrros e favelas da cidade estariam castrados.”⁵⁰⁵. Assim, a vigilância e o controle aparecem novamente como funções primordiais da polícia, consolidando sua responsabilidade de monitorar e regulamentar a vida nesses espaços marginalizados.

Assim, devido ao seu crescimento desordenado e à desconformidade com os padrões urbanos estabelecidos, as favelas passaram a ser vistas como um problema para a cidade. Tanto esse lugar como seus habitantes representavam uma ameaça à ordem, provocando desconforto e insegurança nos grupos dirigentes, que visavam a implementação de um projeto modernizador e civilizador. A favela e seus moradores

⁵⁰¹BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2017, p.51.

⁵⁰²TIMBAÚBA, Eptácio. O Crime. Vigilância da Cidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 fev. 1950.

⁵⁰³TIMBAÚBA, Eptácio. Uma sugestão. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 23 fev. 1954.

⁵⁰⁴TIMBAÚBA, Eptácio. ‘Mané 45’ e outros. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 5 dez. 1959.

⁵⁰⁵TIMBAÚBA, Eptácio. ‘Mané 45’ e outros. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 5 dez. 1959.

eram tratados como “caso de polícia”, preteridos pela própria cidade, que os entendia como empecilhos para o real “progresso”.

Portanto, a cidade do Rio de Janeiro na década de 1950 apresentava uma relação conflituosa entre os projetos de modernização urbana e as dinâmicas sociais de exclusão e marginalização. A polícia, central na manutenção da ordem, operava em uma zona ambígua entre legalidade e arbitrariedade, desempenhando um papel classificatório que reforçava estigmas. A associação da favela e da pobreza à criminalidade reflete um discurso segregacionista que priorizava a 'higienização' e o controle social em detrimento de soluções estruturais para as desigualdades. A modernização urbana, longe de integrar a população em um projeto de progresso, consolidou desigualdades e reforçou a violência como instrumento de gestão da cidade.

6.0 Conclusão

Perito, ex-policial, ex-diretor do Gabinete de Pesquisas Científicas, Eptácio Timbaúba da Silva foi uma figura emblemática em sua época. Transitando pelo meio policial e também jornalístico. Responsável por uma série de crônicas críticas das questões envolvendo a polícia – sua configuração e atuação – e o Rio de Janeiro, Eptácio traz em seus textos características muito específicas, advindas de sua trajetória anterior enquanto um “homem da ciência”. Sua jornada como diretor do G.P.S. foi marcada por trabalhos em eventos de importância nacional, onde seu prestígio e relevância cresceram, levando seus serviços a serem reconhecidos por diversos jornais. Durante a década de quarenta e cinquenta, Timbaúba aparece muito na mídia como um homem com bastante influência e autoridade, principalmente no que se refere ao conhecimento dos crimes.

Por isso, é difícil precisar o porquê Eptácio Timbaúba passou a história como somente uma nota de rodapé. A teoria possível, que não foi abordada pela presente pesquisa tendo em vista que não diz respeito ao que se propôs, é de que ao ter criticado aberta e duramente a polícia por meio dos veículos de imprensa, seus iguais, insatisfeitos, escolheram deliberadamente atribuir-lhe uma posição de irrelevância na construção da polícia técnica e científica, e assim, não mais tocar em seu nome. Além disso, apesar de sua notoriedade como perito, Eptácio não era jornalista de formação, e, portanto, pode não ter sido também reconhecido como objeto de estudo válido por aqueles que trabalham

com a imprensa. Independente de qual seja o motivo que levou Epitácio Timbaúba da Silva a esse lugar de esquecimento, sua presença nos jornais e crimes na década de 1950 foi consistente, contínua e influente. Assim, ainda que esse autor desfrute de poucos registros, seus escritos contemplam problemas e questões da época, sob uma luz nova advinda de sua experiência prévia como policial, o que permite a análise de nuances distintas sobre os crimes, a polícia e a cidade.

Dessa forma, foram examinadas reportagens sobre os mais diversos temas, desde a atuação policial no carnaval, até as estratégias de vigilância, controle das “classes perigosas”, manutenção da ordem e domínio sobre as mudanças da cidade. Todos esses tópicos foram investigados sob a ótica de Epitácio Timbaúba, sendo afetados por suas ideologias, pensamentos e preconceitos. A respeito do capítulo que abordou a polícia e o carnaval, foram discutidos o papel dos agentes de segurança na manutenção da ordem durante um evento que, supostamente, rompe com a rotina e cria um contexto social onde as normas e estruturas tradicionais são temporariamente suspensas. Com base nas ideias de Robert Reiner e Egon Bittner, discutiu-se como a polícia, em sua função de garantir a paz e evitar o caos, enfrentava desafios específicos durante o carnaval, onde a liberdade exacerbada e a quebra de normas dificultavam a ação policial. As reflexões de Da Matta também foram utilizadas para abordar o papel da polícia na manutenção da ordem em um ambiente marcado pela suspensão temporária das hierarquias sociais, destacando a complexidade de seu trabalho em um cenário de imprevisibilidade e agitação. Além disso, a predileção pela ordem e a contenção das classes perigosas foram discutidas como bases fundamentais da atuação policial durante a década de 1950.

Conforme mencionado, as crônicas de Epitácio Timbaúba refletem sua experiência tanto como policial quanto como perito. Seus valores e ideias influenciaram não apenas a forma como ele abordava os temas, mas também sua percepção do que constituía um “problema”. Esses elementos influenciaram seus textos, refletindo sua singularidade. Para Epitácio, a moral cristã era de extrema importância e deveria ser preservada a todo custo. Dessa forma, ele considerava uma obrigação da polícia defender a moral como forma de proteger os “bons costumes” e a “boa família”. O carnaval, nesse contexto, tornava-se um evento em que essa moral era desafiada, especialmente pela presença subversiva das chamadas “classes perigosas” — alcoólatras, prostitutas e homossexuais —, que eram vistas como uma ameaça à moralidade, às famílias e aos

costumes da sociedade. Timbaúba utiliza seu espaço no jornal para defender a vigilância constante sobre esses grupos como método regulador, atribuindo à polícia o papel de guardião da moral pública. Essa posição reflete não apenas uma preocupação com a ordem, mas também com a preservação de valores religiosos, especialmente os da Igreja Católica, que, segundo ele, deveriam ser respeitados tanto no calendário quanto nas práticas sociais, como no caso do carnaval.

O conceito de “classes perigosas” foi utilizado para categorizar e marginalizar certos grupos sociais considerados uma ameaça à ordem e ao progresso da cidade. No século XX, o Rio de Janeiro experienciava intensas transformações urbanas e sociais e algumas categorias eram consideradas obstáculos à modernização, associados à criminalidade, ao vício e à instabilidade social. Esse pensamento era utilizado como justificativa para o policiamento, o controle e a punição das “classes perigosas”, refletindo uma ideologia de controle social que visava "civilizar" a capital do Brasil ao excluir e criminalizar aqueles considerados indesejáveis ou fora dos padrões de comportamento aceitáveis.

Ainda no século XIX, com a industrialização e a urbanização, o crime passou a ser visto como um sinal de desordem social, levando ao desenvolvimento de estratégias de controle por parte das autoridades. Com o aprofundamento dos estudos sobre o crime, este passou a ser associado a características individuais dos sujeitos, especialmente aqueles pertencentes às “classes perigosas”. A vigilância passou a ser considerada um trabalho essencial para manutenção da ordem já que visava o controle desses grupos. Epitácio argumentava que um policiamento constante e ostensivo nas ruas resolveria o problema da criminalidade.

Uma outra forma de contenção desses grupos problemáticos, era através da ideologia de valorização do trabalho, promovida pelo governo de Getúlio Vargas e reforçada pela medicina legal. Esse enaltecimento do ofício era influenciado pelos discursos médicos no que diz respeito a conceitos como ‘higiene’ e ‘limpeza’, apontando o trabalho como essencial para a regeneração moral e cívica dos indivíduos, enquanto o ócio, a mendicância, a vadiagem e o vício eram associados à criminalidade e à desordem social. Essa concepção era usada para justificar políticas de repressão a essas “fontes de criminalidade”. Para tanto atribuía-se à polícia o papel de disciplinar e moralizar essas

classes, utilizando tanto mecanismos legais, como as leis contra vadiagem e mendicância, quanto medidas arbitrárias formuladas no cotidiano.

A relação entre o uso de substâncias entorpecentes e o comportamento desviado também foi moldado pelo saber médico e pelas políticas públicas de controle social. Essas autoridades influenciadas por discursos científicos, viam o vício como um risco à ordem e à moralidade, ligando-o à degeneração racial e ao crime. Essa perspectiva foi utilizada para fundamentar a proibição e a administração exclusiva de certas drogas, como a maconha e a cocaína. A contenção da prostituição também se fazia necessária visto que eram consideradas por esses discursos como os vetores dos vícios das classes mais baixas, podendo contaminar as classes mais altas. Com o objetivo de manter uma sociedade “civilizada” e “saudável”, em consonância com os valores de progresso e desenvolvimento, Epitácio sugeria, novamente, a intervenção policial.

O surgimento desses novos vícios e as transformações experienciadas pelo Rio de Janeiro no século XX colocaram a polícia em uma posição difícil, exigindo sua atualização e adaptação às novas dinâmicas urbanas e sociais. Diante disso, a polícia criou um sistema de classificação que permitia ações arbitrárias, muitas vezes baseadas em preconceitos relacionados à classe, raça e outros fatores. A autonomia excessiva dos policiais, associada à falta de treinamento adequado e à ausência de supervisão, levou ao abuso de poder, corrupção e práticas violentas. Esses problemas refletiam não apenas a estrutura interna da polícia, mas também as transformações sociais e urbanas da cidade, impactando a relação entre a polícia e a população.

Enquanto isso, o Rio de Janeiro, como capital federal, sofria um processo de reordenamento, com a modernização e reorganização do espaço urbano, que criaram novas dinâmicas e desafios para a população. Nesse cenário, a polícia teve um papel central na manutenção da ordem e no controle da cidade, sendo responsável pela segurança e vigilância, e refletindo as mudanças sociais e urbanas nas práticas e nas atribuições da corporação. A fragmentação política da cidade, a disputa por autonomia em relação ao controle federal, afetava a administração local, especialmente nas questões de segurança pública. A cidade, marcada por uma tentativa de emular padrões de “civilização” europeus, vivia também um paradoxo de instabilidade política e social, refletido nas propostas de reforma administrativa e no anseio por maior autonomia municipal.

Ao longo desse processo de “modernização” do Rio de Janeiro, houve um forte impulso para transformar a cidade em um símbolo de progresso, muitas vezes à custa de sua memória histórica e de sua configuração social. Eptácio Timbaúba, defendia a ideia de que a transformação da cidade devia prevalecer, mesmo que isso envolvesse a destruição de edifícios antigos, visando a criação de uma cidade mais funcional e eficiente, livre de vestígios do passado colonial. No entanto, o crescimento populacional e as transformações urbanas acabaram por influenciar a segregação socioespacial e a expansão da periferia. A periferação resultou em desigualdade no acesso a serviços e infraestrutura. A criminalização das classes populares e a atuação policial, exemplificam as respostas inadequadas às demandas urbanas e sociais, refletindo uma desconexão entre as transformações rápidas da cidade e as capacidades institucionais e policiais de lidar com essas mudanças.

O contexto social do Rio de Janeiro em 1950 exemplificava as tensões entre os projetos de modernização urbana e as dinâmicas sociais de marginalização, particularmente em relação às favelas. A polícia desempenhava um papel central na manutenção da ordem, mas sua ação era marcada pela ambiguidade entre legalidade e arbitrariedade, reforçando estigmas sociais. Os morros e seus habitantes eram vistos como uma ameaça à ordem estabelecida, sendo associados à criminalidade e à violência. O discurso policial e a segregação social refletiam uma abordagem de controle e 'higienização' que negligenciava soluções estruturais para as desigualdades, consolidando a exclusão e a violência como instrumentos de gestão urbana.

Por fim, o Rio de Janeiro do século XX abrigava uma complexa relação entre a polícia e a população, onde o papel exercido por esses agentes era de manutenção da ordem em meio às transformações urbanas, sociais e políticas da época. Foram, portanto, exploradas a evolução do papel da polícia, as dificuldades enfrentadas pelos agentes e as estratégias desenvolvidas para lidar com o crescimento de diferentes grupos sociais. O intuito da presente pesquisa foi demonstrar a atuação policial enquanto uma resposta rápida e urgente a uma situação nova, sendo, então, a ponta do Estado, agindo naquilo que a sociedade ainda não sabia lidar.

7.0 Referências

a) Fonte Primária

A estrutura do novo órgão que substituirá a polícia civil do Distrito Federal. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 29 mar. 1944. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_07/18391>. Acesso em: 21 de abr. 2024.

A Justiça Prestigiando o Gabinete de Pesquisas Cientificas. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 out. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/21604>. Acesso em: 15 de jul. 2023.

A Pericia Policial a Cata de Um Burro. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 26 mar. 1937. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/093092_02/29344>. Acesso em: 15 de jul. 2023.

A Proefficiencia dos Nossos peritos policiaes. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1937. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/29314>. Acesso em: 15 de jul. 2023.

A tragedia do Edificio Seabra continua emocionando a opinião publica. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 11 jun. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/10979>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

A tragedia do Edificio Seabra continua emocionando a opinião publica. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 13 jun. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/10999>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

A tragedia do Edificio Seabra continua emocionando a opinião publica. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 jun. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/11011>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

A tragedia do Edificio Seabra Continua Impressionando a Opinião Publica. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 jun. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/10939>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

A tragedia do Edificio Seabra continua preocupando novamente a opinião publica. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 6 jun. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/10905>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

A Tragedia do Edificio Seabra Continua Preocupando Vivamente a Opinião Publica. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 3 jun. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/10870>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

Actos do Chefe do Governo Provisório. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 17 mar. 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/14163>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

Actos do chefe do Governo. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 18 ago. 1931. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/5865>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

Ainda mais por conta da divida fluctuante. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 29 mar. 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_01/2526>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

Ainda o Caso da Morte do Tenente Mario Ribeiro na Rua Justiniano da Rocha: Vae agir o Gabinete de Pesquisas Scientificas. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 16 mai. 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/14907>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

Arma Sinistra! O laudo do Gabinete de Pesquisas Scientificas sobre as bombas lacrimogêneas da P. Municipal. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 9 jan. 1937. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/28231>. Acesso em: 15 de jul. 2023.

BELISBA. A verdade da escrita. Profissão sem concorrentes. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 5 mar. 1967. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/57027 >. Acesso em: 21 de abr. 2024.

BRASIL. Código Nacional de Trânsito. Decreto-Lei nº 2994, de 28 de janeiro de 1941. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2994-28-janeiro-1941-412976-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 4 de jan. de 2024.

BRASIL. Decreto nº 23.030, de 2 de agosto de 1933. Legislação Informatizada, Câmara dos Deputados. Diário Oficial da União: seção 1, 23 ago. 1933, p.16597 (Publicação Original). Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23030-2-agosto-1933-515949-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 4 de jan. de 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm >. Acesso em: 1 nov. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre as contravenções penais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 out. 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em: 14 dez. 2024.

Calheiros foi Abatido ao Deixas Automovel Mysterioso. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 set. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/21052>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

Como a Policia Conseguiu Prender Luiz Carlos Prestes. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 6 mar. 1936. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/23664>. Acesso em: 15 de jul. 2023.

Como o chefe do Gabinete de Pesquisas Scientificas louva a iniciativa do “Diario Carioca”. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 ago. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/20676>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

Completo Tres Anos de Existencia o Instituto de Pesquisas Scientificas. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 24 jun. 1936. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/25294>. Acesso em: 15 de jul. 2023.

Continua envolto em mysterio o crime da Rua Humaytá. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 19 nov. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/12840>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

De Punho e Lettra de Luiz Carlos Prestes! **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 11 fev. 1936. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/23333>. Acesso em: 15 de jul. 2023.

Diário Carioca, Rio de Janeiro, 11 jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/39693>. Acesso em: 15 de fev. 2024.

Diário Carioca, Rio de Janeiro, 3 jan. 1950. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/33>. Acesso em: 15 de fev. 2024.

Dispensas, designações e transferências de officiaes, nas juntas de alistamento militar. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 fev. 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/093092_02/430>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

Faculdade de Pharmacia e Odontologia do Districto Federal. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1932. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/6998>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

Faculdade de Pharmacia e Odontologia do Districto Federal. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 30 jul. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/11517>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

Feira de Amostras. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 ago. 1931. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/5773>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

Feita a pericia no edificio do Ministerio da Marinha. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 3 jun. 1938. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/34862>. Acesso em: 15 de jul. 2023.

Gabinete de Pesquisas Científicas da Policia do Distrito Federal: o seu terceiro aniversário. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 23 jun. 1936. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_06/9180>. Acesso em: 05 de abr. 2024.

GARCIA, Basileu. **Regimes adequados ao cumprimento das penas de reclusão e detenção - estabelecimentos de prisão provisória**. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v. 37, p. 100-117, 1942. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/65988>>. Acesso em: 14 dez. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil – 1950**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1951.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil – 1960**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1960.

Lampeão pensaria em suicidar-se? **O Estado**, Santa Catarina, 9 ago. 1938. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/884120/38271>>. Acesso em: 20 de abr. 2024.

LOMBROSO, Cesare. **Criminal Man**: according to the classification of Cesare Lombroso. Nova York; Londres: GP Putnam, The Knickerbocker Press, 1911.

Melhoramentos na polícia carioca. **O Dia**, Curitiba, 23 mai. 1944. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/092932/52271>>. Acesso em: 21 de abr. 2024.

Melhoramentos na Polícia Civil. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 jun. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/11098>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

Na Elucidação do Crime da Estrada do Macaco a Policia Continúa Tacteando nas Trevas. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 7 nov. 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/16955>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

Na Policia Central: Delegacia de dia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 nov. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/12780>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

O crime das mattas do Piahy. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 25 ago. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/20844>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

O estagio de alumnos do C.P. de Chimica. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 28 mar. 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_01/2514>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

O Gabinete de Pesquisas Scientificas Commemora, Hoje, Seu Segundo Anno de Proficua Existencia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 jun. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/19879>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

O material encontrado na casa sinistra do Grajahú. A pericia local e o exame dos explosivos feitos pelo Gabinete de Pesquisas Scientificas. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 24 dez. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/22614>. Acesso em: 15 de jul. 2023.

O movimento do Gabinete de Pesquisas Scientificas. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 6 out. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/12331>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

O que é a polícia técnica: Fala o Sr. Alberto Tornaghi. **A Noite**, Rio de Janeiro, 16 mai. 1944. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/26919>. Acesso em: 21 de abr. 2024.

O Ruidoso caso do “Cambio Negro”. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 2 mai. 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/14704>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

O Surto Communista do Grajahú! **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 25 dez. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/22625>. Acesso em: 15 de jul. 2023.

Para a Constituinte. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 31 mai. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/10833>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

Para o Dr. Timbaúba providenciar. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 abr. 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/14501>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

PERNAMBUCO FILHO, P.; BOTELHO, Adauto. **Vicios Sociaes Elegantes: Cocaina, ether, diamba, opio e seus derivados, etc.** Estudo clinico, medico-legal e prophylatico. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924.

Persiste o Mysterio em Torno do Assassinio de Tobias Warchvski. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 13 nov. 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/17035>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

Por que Walter Fernandes da Silva é Accusado do Assassinio de Tobias? **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 11 nov. 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/17002>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

Qual o Local Exacto em que Teria Sido Sacrificado o Director da Metralha. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 10 set. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/21076>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

Se você quer informação... Se você quer opinião... **Manchete**, Rio de Janeiro, 31 mai. 1969. Disponível em: < <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/95147> >. Acesso em: 21 de abr. 2024.

TIMBAÚBA, Eptácio. ‘Mané 45’ e outros. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 5 dez. 1959. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/48301 >. Acesso em: 7 de Jan. 2024.

TIMBAÚBA, Eptácio. ‘Operação Mangue’. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 7 nov. 1959. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/47929 >. Acesso em: 20 de abr. 2024.

TIMBAÚBA, Eptácio. “Êle disse...”. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 3 jan. 1952. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/12218 >. Acesso em: 27 de jun. 2024.

TIMBAÚBA, Eptácio. A indisciplina. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 12 abr. 1953. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/18106 >. Acesso em: 7 de Jan. 2024.

TIMBAÚBA, Eptácio. A morte na vista chinesa. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – III. **Manchete**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1969. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/94144> >. Acesso em: 21 de abr. 2024.

TIMBAÚBA, Eptácio. A Reforma e a Polícia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 25 dez. 1952. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/10288 >. Acesso em: 1 de Jan. 2024.

TIMBAÚBA, Eptácio. A Tragédia da rua Humaitá. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – II. **Manchete**, Rio de Janeiro, 12 abr. 1969. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/93916> >. Acesso em: 21 de abr. 2024.

TIMBAÚBA, Eptácio. A velharia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1953. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/18165 >. Acesso em: 1 de Jan. 2024.

TIMBAÚBA, Eptácio. Ajuda ao menor. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 17 mai. 1953. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/18616 >. Acesso em: 20 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Eptácio. Álcool e Crime. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1955. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/26779 >. Acesso em: 20 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Eptácio. Aleluia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 21 abr. 1957. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/36576 >. Acesso em: 15 de out. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Aleluia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 23 mar. 1956. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/32041 >. Acesso em: 15 de out. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Aleluia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 3 abr. 1958. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/40642 >. Acesso em: 15 de out. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Ampliação policial. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 25 mai. 1956. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/32741 >. Acesso em: 15 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Antipatia Popular. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 fev. 1951. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/6445 >. Acesso em: 20 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Boletim do Crime. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 27 fev. 1946. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_03/23772 >. Acesso em: 20 de jul. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Boletim do Crime. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 17 mar. 1946. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/23654 >. Acesso em: 20 de abr. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Buzinas e Faróis. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 2 nov. 1952. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/9468 >. Acesso em: 4 de Jan. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Campanha meritória. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 10 nov. 1959. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/45146 >. Acesso em: 20 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Carnaval e polícia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 6 jan. 1952. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/12253 >. Acesso em: 20 de jun. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Consequências. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 13 mar. 1954. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/22837 >. Acesso em: 15 de out. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Conto da “Casca”. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 4 jan. 1952. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/12229 >. Acesso em: 15 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Criminalidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 23 mar. 1951. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/6985 >. Acesso em: 20 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Depravação. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 27 jan. 1953. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/17025 >. Acesso em: 19 de jul. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Desonestidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 21 mai. 1950. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/1620 >. Acesso em: 20 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. E a polícia? **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 mar. 1953. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/17582 >. Acesso em: 15 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Elogios merecidos. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 27 mai. 1950. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/1685 >. Acesso em: 20 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Fizeram muito. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 jan. 1954. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/22093 >. Acesso em: 15 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Guardas Violentos. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 fev. 1952. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/12966 >. Acesso em: 20 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Infância desvalida. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 fev. 1953. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/17377 >. Acesso em: 20 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Intranquilidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 25 abr. 1950. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/1332 >. Acesso em: 20 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Já começou. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 12 fev. 1952. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/12827 >. Acesso em: 20 de jun. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Menores abandonados. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 9 jun. 1951. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/8148 >. Acesso em: 20 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Milagre policial. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 16 mai. 1953. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/18605 >. Acesso em: 1 de Jan. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Nada de critica. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 fev. 1952. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/12760 >. Acesso em: 27 de jun. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Nada feito. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 19 mai. 1951. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/7836 >. Acesso em: 15 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Não se esqueçam. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 23 abr. 1950. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/1320 >. Acesso em: 20 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Novos Rumos. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 12 fev. 1953. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/17260 >. Acesso em: 7 de Jan. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Novos Rumos. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 abr. 1953. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/18058 >. Acesso em: 7 de Jan. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. O decálogo. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 ago. 1959. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/46902 >. Acesso em: 20 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. O Grande Mal. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 18 jun. 1957. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/37244 >. Acesso em: 20 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. O Perito de Local é o Alicerce de Toda Investigação Criminal. Noções de policia técnica. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1946. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/23319 >. Acesso em: 20 de abr. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. O triste fim de Pierrot. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 10 mai. 1969. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/94601> >. Acesso em: 21 de abr. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Onda de crimes. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 10 ago. 1956. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/33633 >. Acesso em: 15 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Os mistérios da morte de Vargas. O Rio Violento: Memórias de um perito criminal – I. **Manchete**, Rio de Janeiro, 5 abr. 1969. Disponível em: < <http://memoria.bn.gov.br/docreader/004120/93759> >. Acesso em: 21 de abr. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Ótima prevenção. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 10 mai. 1950. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/1484 >. Acesso em: 15 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Polícia e autonomia. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 28 set. 1952. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/093092_04/16150 >. Acesso em: 1 de Jan. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Polícia ostensiva. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 10 abr. 1951. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/7246 >. Acesso em: 15 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Prazeres. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 21 nov. 1958. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/43430 >. Acesso em: 20 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Primeiro a Lei. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 29 jan. 1950. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/093092_04/384 >. Acesso em: 4 de Jan. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Providências. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 16 dez. 1956. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/35138 >. Acesso em: 15 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Reforçando a Fiscalização. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 16 nov. 1952. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/9676 >. Acesso em: 4 de Jan. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Roubos a granel. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 13 jun. 1954. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/24027 >. Acesso em: 15 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Saturnais. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 20 fev. 1952. Disponível em < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/12942 >. Acesso em: 19 de jul. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Sem proteção. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1957. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/36564 >. Acesso em: 15 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Serenidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 mai. 1954. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/23743 >. Acesso em: 20 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Um duelo na madrugada. O Rio Violento: Memórias do perito Timbaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, 3 mai. 1969. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/94479> >. Acesso em: 21 de abr. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Um pouco de felicidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 25 fev. 1953. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/17430 >. Acesso em: 20 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Um Testemunho. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 7 jan. 1953. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/16735 >. Acesso em: 10 de Jan. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Um Viva! **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 21 fev. 1953. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/17363 >. Acesso em: 20 de jun. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Uma sugestão. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 23 fev. 1954. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/22645 >. Acesso em: 7 de Jan. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Vício maldito. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 7 mar. 1958. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/40326 >. Acesso em: 20 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Vilipêndio. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 4 abr. 1958. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/40654 >. Acesso em: 15 de out. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Violencias policiais. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 3 fev. 1950. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/444 >. Acesso em: 20 de nov. 2024.

TIMBAÚBA, Epitácio. Vitória do Couto. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 19 jul. 1957. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/093092_04/37622 >. Acesso em: 20 de nov. 2024.

TIMBAÚBA. Epitácio. Crime Organizado. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 20 mar. 1953. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/10310 >. Acesso em: 10 de jan. 2024.

TIMBAÚBA. Epitácio. Delegacia de Vigilância. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 28 dez. 1952. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/10310 >. Acesso em: 10 de jan. 2024.

TIMBAÚBA. Epitácio. Excesso de Poder. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 29 jun. 1950. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/093092_04/2375 >. Acesso em: 10 de jan. 2024.

TIMBAÚBA. Epitácio. Grande problema. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 16 fev. 1951. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/6473 >. Acesso em: 10 de nov. 2024.

TIMBAÚBA. Epitácio. O Crime. Vigilância da Cidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 fev. 1950. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/093092_04/504 >. Acesso em: 10 de jan. 2024.

TIMBAÚBA. Epitácio. Polícias! **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 6 jan. 1953. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093092_04/16723 >. Acesso em: 10 de jan. 2024.

TIMBAÚBA. Epitácio. Vigilância da Cidade. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 fev. 1950. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/093092_04/504 >. Acesso em: 10 de jan. 2024.

Tira o retrato do velho. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 fev. 1952. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842_06/15279 >. Acesso em: 15 de jul. 2024.

Um Cadaver na Cisterna! **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 10 out. 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/16651>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

Um Crime Envolto em Mysterio: na Perola da Guanabara. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 5 ago. 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/15852>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

Um índice no nosso progresso. É assombroso o aumento dos automoveis! **O Globo**. Rio de Janeiro, 29 jul. 1925, p.1.

Uma estranha figura de mulher. A Attitude Curiosa da Companheira de Luiz Carlos Prestes na Policia Central. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 7 mar. 1936. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/23679>. Acesso em: 15 de jul. 2023.

Vida Policial. Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, 1925. Capa. Disponível em < <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/342246/1153> >. Acesso em: 17 jan. 2024.

Violenta explosão num arsenal extremista! **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 24 dez. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/22614>. Acesso em: 15 de jul. 2023.

b) Bibliografia de consulta

ABREU, Maurício de Souza. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4º Edição. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011.

ADIALA, Júlio César. **Drogas, medicina e civilização na Primeira República**. 2011. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Rio de Janeiro, p.1-207, 2011.

BABO, Lamartine. O carnaval como um rito de passagem. In: DA MATTA, Roberto. *Ensaios de antropologia estrutural*. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1973, p.19-66.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2017.

BOKOR, Rafael. **Rio Antigo**, por Rafael Bokor: Edifício Seabra, no Flamengo, uma das construções mais espetaculares do Brasil. Lulacerda: o site do Rio, 2021. Disponível em: <https://lulacerda.ig.com.br/2021/04/rio-antigo-por-rafael-bokor-edificio-seabra-no-flamengo-uma-das-construcoes-mais-espetaculares-do-brasil>. Acesso em 06 de jun. 2023.

BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

BRETAS, Marcos Luiz. O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente. **BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n.32, 1991, p.49-61.

BRETAS, Marcos Luiz. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo social: Revista de Sociologia**, São Paulo, USP, v.9, nº1, p.79-94, maio, 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20701997000100005>>. Acesso em: 20 de jun. 2022.

CANCELI, Elizabeth. **O mundo da violência: a Polícia da Era Vargas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1994.

CAPIOTTI, Douglas Michel. A “intentona comunista” ontem e hoje: representações do anticomunismo no exército brasileiro. **Revista Aurora**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 61–78, 2023. DOI: 10.36311/1982-8004.2023. v16.n1.p61-78. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/13989> . Acesso em: 8 jun. 2024.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e Gesto: pessoa, cor e produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6º ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANTAS, Camila; MORAES, Marieta. Os apaziguados anseios da Terra Carioca – lutas autonomistas no processo de redemocratização pós-1945. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Rio de Janeiro: uma cidade na história**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 59-79.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2º ed. São Paulo: Ática, 1992.

Diário Carioca. O máximo de jornal no mínimo de espaço. Cadernos da comunicação. Série Memória, vol.9. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003.

DUTTON, Rafael Bomfim. **Estratégias e táticas nos trens da Supervia**. 2012. 99f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Política). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2012.

ELIAS, Norberto. **O processo civilizador: uma história dos trajes**. Volume 1. Tradução: Ruy Jungmann. 2º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FAMILYSEARCH. “**Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012**”, Índices e Imagens. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:7QPH-JPW2>. Acesso em: 05 jun. 2023. Registro de óbito de Epitácio Timbaúba da Silva, 2 de outubro de 1971.

FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, Sujos e Malvados: a Utopia Médica do Biodeterminismo**. São Paulo: Alameda, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 30ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOMES, Daniel Costa. **A Imposição do Alinhamento: a política externa dos governos Dutra e Vargas (1946-1954)**. 2016. 145f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.26512/2016.12.D.22712>>. Acesso em: 10 de Jan. 2024.

GORDINHO, Margarida Cintra. **Transportes no Brasil: a opção rodoviária**. São Paulo: Marca D'água, 2003.

JUNQUEIRA, Maria Cecília da Costa. **Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

LEAL, Carlos Eduardo. Diário Carioca. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-carioca>> Acesso em: 04 mar. 2024.

LOUREIRO, Ythalo Frota. As origens da polícia de matriz luso-brasileira: a manutenção da ordem pública como controle social. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, v. 15, n. 2, p. 341-362, dez. 2020. DOI: 10.21207/1983.4225.1049. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11626?show=full>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MACHADO, Izamara Bastos. A reforma do Diário Carioca na década de 1950. In: Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 1., 2003, Rio de Janeiro. **Anais do Primeiro Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, Rio de Janeiro: 2003. Disponível em: <<https://redealcar.org/anais-eventos-nacionais-1o-encontro-2003/>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho (Org.). **Fumo de Angola: cannabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade**. Salvador: EDUFBA, 2016.

MISSE, Michel. Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil: uma abordagem crítica, acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas. **Série Estudos**, Rio de Janeiro, IUPERJ, n.º91, ago., 1995.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. 414f. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

MONTEIRO, Rodrigo Maia. **A nova razão policial: um estudo da trajetória de Leonídio Ribeiro na direção do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal durante a Era Vargas (1931-1945)**. 2023. 494 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MOTTA, Marly. **Rio, cidade-capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

NETO, David Maciel de Mello. **‘Esquadrão da morte’**: Uma outra categoria da acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol.10, nº1, jan./abr., 2017, p.132-162. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7752#:~:text=O%20artigo%20trata%20da%20evolu%C3%A7%C3%A3o,surge%20a%20partir%20de%201968> >. Acesso em: 2 dez. 2024.

NETO, Francisco Linhares Fonteles. **Crimes impressos**: a imprensa como fonte de pesquisa para a história social do crime. Fortaleza: ANPUH, XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009.

OLIVEIRA, Wellington do Rosário de. **Zwi-Migdal**: prostituição tráfico de escravas brancas pela imprensa carioca (1920-1930). In: Colóquio de Gênero e Pesquisa Histórica, 3., 2020, Irati. Anais do Colóquio de Gênero e Pesquisa, Irati: 2020.

PATRASSO, André Luís de Almeida. **A Escola da Polícia do Rio de Janeiro**: ciência, identificação e educação profissional (1912-1918). 2015. 135f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, 2015.

PIMENTA, Éverton Fernando; PEREIRA, Marco Antônio M. L.. “O perigo agora é verde!”: o caso da intentona integralista por meio dos jornais mineiros. In: LAPUENTE, Rafael Saraiva; ANDRADE, Guilherme Ignácio Franco de; PIMENTA, Éverton Fernando (orgs.). **As direitas no Brasil**. Discursos, práticas, representações. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

REINER, Robert. **The politics of the police**. 4° ed. Oxford: Oxford University Press, 2010.

SAAD, Luísa Gonçalves. **“Fumo de negro”**: A criminalização da Maconha no Brasil (1890-1932). Tese (Pós-graduação em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.1-147, 2013.

SANTOS, Helena Mendes dos; TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. Livro do Tombo. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

SILVA, Davi Costa da. **Ethé discursivos de Getúlio Vargas construídos nas marchinhas Gê-Gê (Seu Getúlio) (1931) e O Retrato do Velho (1951)**. 2023. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Texto) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

WILSON, James Q.. **Thinking about crime**. New York: Basic Books, 2013.

ZICMAN, Renée Barata. **História através da imprensa**: algumas considerações metodológicas. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 4, 2012. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410> >. Acesso em: 10 abr. 2024.